



UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

SOLANGE REGINA LEONI

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES
NO ENSINO PÚBLICO DE MATO GROSSO (SINTEP/MT) – [1979-
1989]**

São Paulo
2023

SOLANGE REGINA LEONI

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES
NO ENSINO PÚBLICO DE MATO GROSSO (SINTEP/MT) – [1979-
1989]**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Educação, sob a orientação do professor Carlos Bauer.

**São Paulo
2023**

Autorizo, a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Leoni, Solange Regina.

História e memória do sindicato dos trabalhadores no ensino público de Mato Grosso – SINTEP/MT – (1979-1989). Solange Regina Leoni. 2023.

216 f.

Dissertação (Mestrado) – Uninove, 2023.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Bauer.

1. Associativismo. 2. Fontes documentais. 3. História da educação.
4. Sintep/MT. 5. Sindicalismo

Solange Regina Leoni

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PÚBLICO DE MATO GROSSO [SINTEP/MT] – (1979- 1989)

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho - UNINOVE, como obtenção do grau de Mestra em Educação, formada por:

Presidente Prof. Carlos Bauer– Orientador UNINOVE

Membro Prof^a. Rosiley Teixeira – Dra. UNINOVE

Membro Prof^a. Maria Dilnéia Espíndola Fernandes – Dra. UFMS

Membro Prof. Celso do Prado Ferraz de Carvalho – Dr. UNINOVE.

Membro Prof. Amarílio Ferreira Junior – Dr. UFSCar

São Paulo, 25 de agosto de 2023.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que colaboram conosco, estiveram presentes em seu constructo, contribuindo cada qual do seu jeito e maneira, no transcurso do meu caminho acadêmico e pessoal.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos ao professor Carlos Bauer e todas suas orientações, apoio e dedicação ao longo da elaboração desta dissertação. Sua experiência, conhecimento e disponibilidade foram fundamentais para o sucesso deste trabalho.

Agradeço pela sua orientação cuidadosa, pelas valiosas sugestões e pelo constante incentivo ao longo de todo o processo de pesquisa. Seu comprometimento e paixão pela área de estudo foram inspiradores e motivadores para o meu crescimento acadêmico.

Expresso o meu prestígio à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por conceder-me a bolsa de estudos. O apoio financeiro fornecido pela CAPES foi essencial para a realização desta pesquisa, possibilitando o acesso a recursos e a oportunidade de me dedicar a este trabalho e a oportunidade de me dedicar de forma consistente ao desenvolvimento desta pesquisa.

Registro o reconhecimento à Universidade Nove de Julho (UNINOVE) por proporcionar um ambiente acadêmico propício à pesquisa e ao aprendizado. Agradeço aos professores, colegas e funcionários por seu apoio e colaboração ao longo dessa jornada. A UNINOVE desempenhou um papel fundamental na minha formação acadêmica.

Minhas palavras de relevo são endereçadas, de modo especial, a minha família. Agradeço pelo amor incondicional, pelo apoio constante e por acreditarem em mim. Suas palavras de encorajamento, paciência e compreensão foram essenciais para a minha motivação e sucesso neste trabalho.

E, finalmente, meu sincero agradecimento a todos que, de alguma forma, estiveram presentes e me apoiaram nesta desafiadora jornada.

Todas as vitórias ocultam uma abdicação...

Simone Beauvoir

RESUMO

O presente estudo foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (Uninove) e teve o objetivo geral de compreender de forma crítica e contextualizada, as origens históricas do sindicato dos trabalhadores no ensino público de mato grosso (SINTEP/MT) e os desafios surgidos no decênio que antecedeu sua fundação formal enquanto entidade sindical. O sindicato supracitado foi fundamental na valorização da carreira docente mato-grossense e reverberou nas conquistas da classe trabalhadora brasileira. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual a coleta dos dados ocorreu por meio de fontes bibliográfica, documentais e entrevista. No decorrer da pesquisa se encontram os resultados alcançados com o levantamento das fontes primárias que subsidiaram o estudo realizado sobre a história e a memória do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso – SINTEP/MT, entre os anos de 1979 a 1989. O acervo documental constituiu-se de fotografias, atas, revistas e entrevistas realizadas com ativistas sindicais que protagonizaram o processo de transformação da Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação (AMPE) no mencionado Sindicato. Partindo da premissa de que as fontes documentais coletadas não falam por si mesmas, ao organizá-las e cotejá-las com o auxílio dos referenciais teóricos e metodológicos próprios do materialismo histórico e a dialético, caminhou-se no sentido de desvelar o processo histórico educacional de consolidação do SINTEP/MT e a sua importância na valorização da carreira docente mato-grossense, bem como nos movimentos nacionais dos trabalhadores em educação e de integração nas lutas pela redemocratização do país, que marcaram o período estudado.

Palavras-chave: Associativismo. Fontes documentais. História da educação. Sintep/MT. Sindicalismo.

ABSTRACT

The present study was developed within the scope of the Graduate Program in Education (PPGE), at Universidade Nove de Julho (Uninove) and had the general objective of critically and contextually understanding the historical origins of the workers' union in public education. Mato Grosso (SINTEP/MT) and the challenges that arose in the decade that preceded its formal foundation as a trade union entity. The aforementioned union was fundamental in valuing the teaching career in Mato Grosso and reverberated in the achievements of the Brazilian working class. This is a qualitative research, in which data collection took place through bibliographical sources, documents and interviews. During the research, the results achieved with the survey of the primary sources that supported the study carried out on the history and memory of the Union of Public Education Workers of Mato Grosso – SINTEP/MT, between the years 1979 to 1989 are found. The documentary collection consisted of photographs, minutes, magazines and interviews with union activists who were protagonists in the transformation process of the Mato Grosso Association of Education Professionals (AMPE) into the aforementioned Union. Starting from the premise that the collected documentary sources do not speak for themselves, by organizing them, comparing them, with the help of theoretical and methodological references typical of historical and dialectical materialism, we moved towards to unveil the historic educational process of consolidation of SINTEP/MT and its importance in valuing the teaching career in Mato Grosso, as well as in the national movements of workers in education and integration in the struggles for the redemocratization of the country, which marked the period studied.

Keywords: Associativism. Documentary sources. History of education. Sintep/MT. Unionism.

RESUMEN

El presente estudio fue desarrollado en el ámbito del Programa de Posgrado en Educación (PPGE), de la Universidade Nove de Julho (Uninove) y tuvo como objetivo general comprender crítica y contextualmente los orígenes históricos del sindicato de trabajadores en la educación pública de Mato Grosso. (SINTEP/MT) y los desafíos que surgieron en la década que precedió a su fundación formal como entidad sindical. La referida unión fue fundamental en la valorización de la carrera docente en Mato Grosso y repercutió en las conquistas de la clase de los trabajadores brasileños. Se trata de una investigación cualitativa, en la que la recolección de datos se realizó a través de fuentes bibliográficas, documentos y entrevistas. Durante la investigación, se encuentran los resultados alcanzados con el levantamiento de las fuentes primarias que sustentaron el estudio realizado sobre la historia y la memoria del Sindicato de los Trabajadores de la Educación Pública de Mato Grosso – SINTEP/MT, entre los años 1979 a 1989. El acervo documental estuvo compuesto por fotografías, actas, revistas y entrevistas con activistas sindicales que fueron protagonistas en el proceso de transformación de la Asociación de Profesionales de la Educación de Mato Grosso (AMPE) en el citado Sindicato. Partiendo de la premisa de que las fuentes documentales recopiladas no hablan por sí solas, al organizarlas, compararlas, con la ayuda de referentes teóricos y metodológicos propios del materialismo histórico y dialéctico, se avanzó hacia develar el proceso histórico educativo de consolidación del SINTEP/MT y su importancia en la valorización de la carrera docente en Mato Grosso, así como en los movimientos nacionales de trabajadores de la educación y de integración en las luchas por la redemocratización del país, que marcaron el período estudiado.

Palabras clave: Asociativismo. Fuentes documentales. Historia de la educación. Síntesis/MT. Unionismo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABHO	Associação Brasileira de História Oral
ACP	Associação Campo-Grandense de Professores
ADEMAT	Associação Democrática dos Municípios do Sul do Mato – Grosso
ADP	Associação Douradense de Professores
AGB	Associação dos Geógrafos do Brasil
AI-5	Ato Institucional N.º 5
ALESP	Alesp – Assembleia Legislativa de São Paulo
AMP	Associação dos Municípios do Pará
AMP	Associação Mato-Grossense dos Professores
AMPP	Associação Mato-Grossense de Professores Primários
AMPE	Associação Mato-Grossense de Profissionais da Educação
ANAMPOS	Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
ANP	Associação Nacional dos Professores
ANPUH	Associação dos Professores Universitários Nacionais de História
APA	Associação de Professores de Aquidauana
APC	Associação de Professores de Corumbá
APEOESP	Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APP	App – Associação Pontaporanense de Professores
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CF	Constituição Federal
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos Do Brasil
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores Em Educação
CODEMAT	Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho

CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONCLAT	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CONCLAT	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras de São Paulo
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPB	Confederação dos Professores do Brasil
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea Do Brasil
CPPB	Confederação dos Professores Primários do Brasil
CPR	Centro Pedagógico de Rondonópolis
CTM	Centro de Treinamento de Magistério
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
EUA	Estados Unidos da América
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
FENPROF	Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
FNE	Federação Nacional dos Sindicatos
MSPMG	Federação de Servidores Públicos de Mato Grosso
GRUPHIS	Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social
GTRU	Grupo de Trabalho de Reforma Universitária
ICLC	Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá
IEAL	Internacional da Educação para a América Latina
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LIPED	Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MT	Mato Grosso
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Rede ASTE	Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras sobre o Associativismo e o Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação
SINTEP/MT	Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso
SP	São Paulo
SUDEB	Sistema Único Descentralizado de Educação Básica
SUPEB	Sistema Único de Educação Pública Básica
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICID	Universidade Cidade de São Paulo
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNISA	Universidade Santo Amaro
USAID	United States Agency For International Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Manifestação dos alunos da Universidade do Mato Grosso (UFMT) de 1985.....	41
Figura 2: Manifestação dos alunos da Universidade do Mato Grosso (UFMT) de 1985.....	42
Figura 3: Folha 1 da Ata nº 6 da Associação Mato-grossense de Professores.....	58
Figura 4: Folha 2 da Ata nº 6 da Associação Mato-grossense de Professores.....	59
Figura 5: Ata 1989 - parte 1 - da Assembleia de aprovação – 1º Estatuto SINTEP/MT.....	62
Figura 6: Ata 1989 - parte 2 - da Assembleia de aprovação – 1º Estatuto SINTEP/MT.....	63
Figura 7: Ata 1989 - parte 3 - da Assembleia de aprovação – 1º Estatuto SINTEP/MT.....	64
Figura 8: Manifestação dos alunos da Universidade do Mato Grosso (UFMT) de 1985.....	65
Figura 9: Manifestação dos alunos da Universidade do Mato Grosso (UFMT) de 1985.....	66
Figura 10: Manifestação dos alunos da Universidade do Mato Grosso (UFMT) de 1985.....	66
Figura 11: Estatuto SINTEP 1989 – Parte I.....	67
Figura 12: Estatuto SINTEP 1989 – Parte II.....	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Metodologia e referenciais teóricos.....	20
2 NOTAS SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL.....	24
2.1 O ambiente de ditadura civil-militar no Mato Grosso.....	33
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSOLIDAÇÃO DO SINTEP/MT.....	46
3.1 Levantamento Bibliográfico.....	46
3.2 Associações docentes no Mato Grosso: um percurso histórico.....	51
4 SINTEP/MT: DÉCADAS DE LUTAS E CONQUISTAS.....	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE A: Roteiro de entrevista 1(João Monlevade).....	105
1º Bloco da entrevista - Questões pessoais.....	105
2º Bloco da entrevista - O contexto histórico, social e político da Fundação do SINTEP/MT.....	118
3º Bloco da entrevista - A organização dos trabalhadores da educação no MT...119	
4º Blo da entrevista - Sobre a fundação SINTEP-MT.....	123
APÊNDICE B: Roteiro de entrevista 2 (Elismar Bezerra).....	126
1º Bloco da entrevista - Questões pessoais.....	126
2º Bloco da entrevista - Criação e desenvolvimento do SINTEP/MT.....	128
3º Bloco da entrevista - Congresso fundacional.....	143
APÊNDICE C: Roteiro de entrevista 3 (Carlos Augusto Abicalil).....	148
1º Bloco da entrevista - Questões pessoais	148

2º Bloco da entrevista - O contexto sociopolítico da fundação do SINTEP.....	152
3º Bloco da entrevista - A organização dos trabalhadores da educação no MT...154	
4º Bloco da entrevista - Sobre a fundação do SINTEP/MT.....	156
 APÊNDICE D: Continuação da entrevista (Carlos Augusto Abicalil).....	158
1º Bloco da entrevista - Didatura Militar	158
2º Bloco da entrevista- A organização associativista dos professores do MT.....	162
3º Bloco da entrevista – Sobre a CNT e o SINTEP/MT.....	176

INTRODUÇÃO

*No final do Caminho me dirão:
- E tu viveste?
Amaste? E eu, sem
dizer nada
Abrirei o coração cheio de nomes.*

Pedro Casaldáliga

O presente trabalho intitulado História e memória do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso [SINTEP/MT] – (1979-1989) caminha no sentido de desvelar o processo histórico educacional de consolidação do Sintep/MT. Ademais, ressalta a sua importância na valorização da carreira docente mato-grossense e nos movimentos nacionais dos trabalhadores em educação e de integração às lutas pela redemocratização do país, que marcaram o período estudado.

A pesquisa realizada procurou propiciar o aprofundamento de questões relacionadas ao dinamismo histórico, político e social relacionada ao associativismo e ao sindicalismo na Área da Educação. Por meio dela, pretendemos contribuir não só para tornar conhecidas a memória e a história do sindicato em questão, mas também para incentivar outros pesquisadores a estudar essas organizações no nosso país.

O estudo foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis), liderado pelo professor Carlos Bauer, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), na Universidade Nove de Julho (Uninove). Para tanto, a periodização engloba os anos entre 1979 e 1989, objetivando compreender, de forma crítica e contextualizada, as origens históricas do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT) e os desafios surgidos no decênio que antecedeu sua fundação formal enquanto entidade sindical. Motivou-nos, sobretudo, o interesse em ampliar o conhecimento e os nexos existentes de um período, cujo autoritarismo reinante no país recrudescia em sua atuação violenta e coercitiva, passando pelos eventos que se desenrolaram durante o processo conhecido como “anistia” e, finalmente, chegando ao ocaso da ditadura civil-militar, com o momento da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988).

Com vistas à efetivação desse intento, consideramos os registros das organizações de resistência dos professores e dos momentos de repressão política aos movimentos sociais que atuavam em prol da redemocratização do país. Percorremos os principais acontecimentos produzidos logo após a promulgação da CF/1988, marco importante da redemocratização brasileira, bem como a ocasião em que consolidou o direito de livre associação e sindicalização dos servidores públicos.

Durante um longo período da história brasileira, os funcionários públicos não podiam ser sindicalizados, e a criação de associações era um recurso muito utilizado para driblar a legislação. Desse modo, surgiu a Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMP) em 1965, que se transformou na Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação (AMPE) em 1987, até a consolidação do atual Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT) após a promulgação da CF/88 (REVISTA DO SINTEP/MT, 2015).

A partir do objetivo de compreender a consolidação do SINTEP/MT, verificamos a percepção de alguns dos porta-vozes dos professores mato-grossenses sobre a redefinição do papel do Estado e da própria atuação da instituição sindical à qual pertenciam, por entendermos que a realidade não se esgota no imediato.

Por conseguinte, realizamos entrevistas com representantes e dirigentes históricos do SINTEP/MT, buscando, com o auxílio do resgate de suas memórias, elementos para compreender os seus respectivos papéis políticos e a importância no processo de consolidação da profissionalização do professor e demais trabalhadores da educação. Concebemos e valoramos esses registros como uma importante fonte documental da história da educação brasileira contemporânea.

Comumente, a chamada história tradicional elege personagens que, supostamente, exprime certo destaque e relevo em seus respectivos tempos históricos. Desse modo, importantes figuras da educação no Brasil desempenharam papéis relevantes no que tange à construção política, ideológica e pedagógica nesse campo.

Não nos interessa realizar quaisquer debates historiográficos ou mesmo nos posicionamos contrários a essa forma de se produzir o conhecimento histórico educacional, mormente, preocupado em valorizar as personalidades que julgam serem as mais relevantes da história. Todavia, de acordo com aquilo que nos propusemos, de forma consciente, intencionamos trazer à tona novos vieses por meio de fontes e documentos que, normalmente, são pouco utilizados ou divulgados no

âmbito das pesquisas acadêmicas.

Outro elemento que os estudos pautados em documentos e fontes extraoficiais propiciam é a valorização dos movimentos de massa e de suas formas de manifestação em busca de fundamentos para lutar pela transformação da realidade social. Partimos, portanto, do pressuposto de que a coleta de depoimentos e a realização de entrevistas junto a esses sujeitos históricos, bem como a localização de fotografias, jornais, atas e demais documentos associativistas e sindicais nos permitiram fundamentar a importância de parte da história organizativa dos professores mato-grossenses, além da materialização das forças sociais e das lutas políticas, das movimentações e das tensões constitutivas das experiências dessa categoria profissional.

Parte considerável desse *corpus* documental que pudemos levantar encontra-se nos apêndices e anexos, e assim o fizemos porque a organização e a disponibilização dessas fontes primárias poderão contribuir com o conhecimento da trajetória e com a construção de novas interpretações do legado histórico, social e político educacional do SINTEP/MT.

Dentre os documentos, destacamos: a Revista 50 anos do SINTEP/MT em sua edição de 2015; atas concernentes às decisões tomadas por membros do SINTEP/MT e produzidas nos anos entre 1983 e 1989; os Estatutos do SINTEP/MT dos anos 1989 e 1991; e o Caderno de Teses do SINTEP/MT do ano de 2008¹.

A partir dessas preocupações, verificamos que a temática sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação tem se fortalecido gradualmente, com a efetivação de estudos que se materializam em teses, dissertações, artigos de revistas, livros, periódicos, entre outras publicações. Constituiu-se, inclusive, a Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras Sobre o Associativismo e o Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação (Rede ASTE), o que nos possibilitou o diálogo crítico e propositivo com as pessoas que desenvolveram estudos correlatos ou se interessam por essa mesma temática.

Em relação aos estudos e à pesquisa acadêmica educacional realizada

¹Com a finalidade de facilitar o acesso às fontes citadas e também para resolução de questões técnicas referentes ao tamanho e volume deste material, disponibilizamos esse conjunto de fontes citadas em uma pasta do Google Drive, que pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico <https://drive.google.com/drive/folders/1zyKa5PLBdXxQwHdytvUzyjK8qFwqTJzb>. Acesso em 28 dez. 2022.

atualmente no Brasil, parte vasta dos trabalhos se concentra sobre as entidades de determinadas regiões, principalmente no Sul e no Sudeste do país. Quanto a isso, são apontadas inúmeras lacunas relativas à presença de trabalhos no campo da história da educação, no qual há muitas organizações não averiguadas, muitos períodos históricos ainda pouco vasculhados e muitas questões não respondidas (BAUER, LANÇA, 2019).

Nos últimos anos, notamos que as produções acadêmicas desenvolveram pesquisas com a pretensão de analisar a atuação sindical dos trabalhadores em educação e têm apresentado características distintas. Os resultados variam de acordo com o período em que os estudos se dão e conforme o referencial teórico utilizado pelos diferentes estudiosos em diversas áreas do conhecimento.

Grosso modo, os trabalhos enfocam representações sociais acerca do magistério, produzidas no âmbito mais geral da sociedade, do ponto de vista específico do próprio magistério e das posturas políticas adotadas diante dos episódios que marcaram a história recente do país (GINDIN; FERREIRA; DAL ROSSO, 2013).

No campo da prática, diversas entidades representativas do ensino público viabilizaram lutas e organizaram campanhas que resultaram em conquistas para a categoria docente. Para alguns pesquisadores, perceber as origens e transformações ocorridas ao longo do tempo é uma preocupação constante, cuja finalidade é viabilizar os resultados dos embates acerca da história desses trabalhadores em educação.

Dal Rosso (2011), em suas *Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação*, afirma que o docente é um agente de transformação: o mesmo conceito aplica-se para o sindicato. Com base nesta argumentação, é possível compreender não só o profissional de educação como agente transformador da sociedade, mas também a importância que o sindicalismo educacional tem em mobilizar ações transformadoras em prol da categoria e da defesa da educação como um direito social inalienável.

A consciência histórica desse processo se constitui na materialização das forças sociais e das lutas políticas, das movimentações e das tensões constitutivas das experiências desta categoria, que se produziam no período estudado. Tal consciência lança-nos na direção de uma compreensão crítica do almejado papel de vanguarda do SINTEP/MT na constituição do educador-trabalhador.

Nesse sentido, a maior contribuição do sindicalismo dos trabalhadores do

serviço público educacional mato-grossense foi aprofundar o processo de unificação da proposta de profissionalização dos não docentes, que, segundo essa instituição, cumpriu papel de referência no país.

Dentre as muitas questões que derivam da análise desse processo, problematizamos: o que pensavam os porta-vozes sindicais dos professores da rede pública do Mato Grosso? Qual a natureza da concepção de trabalho e profissão docente? Quais as ideologias que orientaram o comportamento na busca de organização do movimento de professores nas árduas batalhas em defesa da escola pública?

Para estudar os questionamentos levantados, faz-se necessário compreender o processo histórico, em específico o recorte temporal aqui proposto, entre os anos de 1964 e 1988, nos quais o Brasil viveu um dos mais dramáticos capítulos da sua história. As forças repressivas do Estado protagonizaram episódios violentos, como o assassinato de Fiel Filho, em 1976², e de Santo Dias, em 1979³. Tendo em vista o clima de tensão vivido no país nesse período, algumas das perguntas dirigidas a alguns membros fundadores do SINTEP/MT, são contextualizadas entre o final dos

²Manoel Fiel Filho foi preso por agentes do DOI-CODI em janeiro de 1976, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). No dia seguinte à sua prisão, os órgãos de segurança emitiram nota oficial afirmando que Fiel Filho havia se enforcado em sua cela utilizando as próprias meias. Quando os parentes conseguiram a liberação do corpo para ser enterrado, verificou-se que apresentava sinais evidentes de torturas. No entanto, o exame necroscópico, solicitado pelo delegado de polícia e assinado pelos legistas confirmava a versão oficial do suicídio. Em ação judicial movida pela família, a União foi responsabilizada pela tortura e pelo assassinato. De acordo com um documento confidencial encontrado nos arquivos do antigo Dops de São Paulo, seu crime seria receber o jornal "Voz Operária". A vida e a morte de Manuel são a base do documentário *Perdão mister Fiel – o operário que derrubou a ditadura no Brasil*, que mostra a atuação dos Estados Unidos na caça aos comunistas e nas ditaduras militares na América do Sul. Adaptado de <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/manoel-fiel-filho/>. Acesso em 12 dez.2022.

³Santo Dias da Silva era operário metalúrgico, membro da Pastoral Operária de São Paulo, da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Ao comandar um piquete de greve em frente à fábrica Silvânia, em Santo Amaro, Zona Sul de São Paulo, foi morto com um tiro na barriga. Houve grande mobilização dos trabalhadores para protestar contra o assassinato de Santo Dias. O corpo do operário foi retido pela polícia. Só a partir da interferência de sindicalistas e parlamentares, conseguiu-se sua liberação. Foi velado na Igreja da Consolação por milhares de pessoas e, no dia seguinte, houve uma grande marcha até a Praça da Sé para a cerimônia de encomendação do corpo. Santo Dias se tornou mártir da luta operária. Familiares, amigos e companheiros criaram o Comitê Santo Dias para pressionar pela condenação do soldado Herculano Leonel, acusado de desferir o tiro que matou o operário, e não deixar a história cair no esquecimento. O policial foi condenado em 1982 a seis anos de prisão, mas recorreu, e o processo foi arquivado. O nome de Santo Dias se imortalizou em ruas, parques, pontes e no Centro Santo Dias de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo. Há também o Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos, promovido pela Assembleia Legislativa de São Paulo. Adaptado de <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/santo-dias/>. Acesso em 12 dez. 2022.

anos de 1970 e o início dos anos de 1990.

Parece-nos pertinente ressaltar que a fundação do SINTEP/MT está inserida em um processo histórico mais amplo, conhecido como “transição democrática brasileira”, exatamente na virada da década de 1970 para 1980. Nessa época, a despeito da ressaca autoritária, o Brasil experimentava uma série de acontecimentos culturais, políticos e sociais simpatizantes às instituições democráticas.

Era nítido e crescente o engajamento da juventude e dos trabalhadores, organizados em movimentos associativistas, sindicais, na Campanha pela Anistia, na convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, na legalização dos partidos políticos e nas jornadas em defesa das “Diretas Já”, que ilustraram a nova fase da história nacional.

Igualmente, nesse mesmo período, registrou-se o advento do chamado “novo sindicalismo”, autodenominado “autêntico”. Essa perspectiva de atuação sindical que procurava romper com a estrutura burocratizada do sindicato de Estado, preconizando a possibilidade de organização independente e autônoma dos trabalhadores do Brasil.

Na década de 1930 – início do período que se convencionou denominar “Era Vargas” (1930-1945) –, o Decreto nº 19.770 de 1931, o Decreto nº 24.694 de 1934 e a Constituição de 1934 contribuíram para que o sindicalismo corporativo estivesse presente e enraizado na maioria dos estados da Federação e nos maiores centros urbanos do país, ou seja, o Estado regulava e realizava intervenções nas instituições sindicais (CASTRO, 2002). Isso dificultava muito a organização dos trabalhadores, principalmente dos atuantes no funcionalismo público, pois eram impedidos de constituir sindicatos (DAL ROSSO, 2011).

Segundo o professor Boito Júnior (1991, p. 62), algumas características desse denominado sindicalismo corporativo eram:

- 1) [...] o princípio do sindicato único, que permite somente um sindicato por categoria em uma determinada unidade territorial, 2) o imposto sindical, uma dedução na folha de pagamento do salário de um dia de trabalho de todos os trabalhadores, sendo membros do sindicato ou não, 3) O reconhecimento oficial como um requisito para a existência do sindicato.

Embora o referido movimento fosse nacional, o centro de gravidade – política, e não geográfica – estava localizado principalmente no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, nos Petroleiros de Paulínia, nos bancários de Porto Alegre e de São Paulo e nos professores de Minas Gerais. Suas principais bandeiras

preconizavam a independência em relação ao Estado, os mecanismos de organização horizontal e a criação de uma central única dos trabalhadores, que tivesse a capacidade de aglutinar as lutas e as reivindicações da classe trabalhadora no país.

No que diz respeito à organização e luta dos trabalhadores nesse contexto, a classe fortaleceu sua organização e trouxe inúmeras contribuições ao projeto de abertura, da democratização política e social, com repercussões na estruturação do próprio Estado e na organização da sociedade civil.

Desde o vigoroso movimento de greve do ABC paulista, em maio de 1978, até o final da década de 1980, contabilizam-se inúmeras e significativas transformações: a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, o aumento do índice de sindicalização, as mudanças na relação entre sindicatos e Estado, as mudanças e conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988, etc. Tais transformações nos permitem afirmar que o movimento sindical brasileiro desenvolveu-se no contrafluxo da crise do mundo do trabalho do ocidente avançado (ANTUNES, 1995, p. 83).

Finalmente, durante esse percurso, uma série de esforços organizativos foi realizada com a participação de opositores ao regime, como a preparação de congressos de trabalhadores e articulações entre movimentos populares diversos. Afloraram, na cena política do país, não apenas reivindicações específicas, mas também reclames de cunho político e social. Essa era a nova face do Brasil.

É nesse contexto que pretendemos projetar nosso olhar sobre a história de uma organização de trabalhadores da educação, notadamente a dos professores, cujos embates travados e os desdobramentos no interior da própria categoria, devem ser analisados em relação aos demais estratos sociais e ao Estado, no âmbito da disputa por influenciar o processo de formação da dimensão institucional e nas discussões sobre ensino, formação docente e políticas públicas (DAL ROSSO, 2011).

A partir das explanações e considerações preliminares, o desenho deste estudo se deu da seguinte forma:

Objetivo geral: compreender de forma crítica e contextualizada, as origens históricas do sindicato dos trabalhadores no ensino público de mato grosso (SINTEP/MT) e os desafios surgidos no decênio que antecedeu sua fundação formal enquanto entidade sindical.

Os objetivos específicos foram:

- Explanar sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil;
- Evidenciar e contextualizar características políticas, sociais, econômicas e educacionais no Mato Grosso no período da ditadura;
- Apresentar o percurso histórico do SINTEP/MT;
- Desvelar o processo histórico educacional de consolidação do SINTEP/MT e a sua importância na valorização da carreira docente mato-grossense, bem como nos movimentos nacionais dos trabalhadores em educação e de integração nas lutas pela redemocratização do país, que marcaram o período estudado.

Na sequência evidenciaremos a metodologia e referenciais teóricos que sustentaram o caminhar deste estudo.

1.1 Metodologia e referenciais teóricos

O termo metodologia tem, entre outras possibilidades de entendimento, a designação do conjunto articulado de posturas e procedimentos lógico-estratégicos com os quais, apoiados em uma perspectiva epistemológica, os pesquisadores abordam os objetos que pretendem conhecer (SEVERINO, 2007).

Esses objetos devem ser abordados por meio da utilização de instrumentos hábeis e de técnicas referentes a procedimentos concretos e efetivamente operacionais. A abordagem, por sua vez, necessariamente requer compatibilidade e coerência entre técnicas e métodos, a fim de que os fundamentos epistemológicos funcionem como suporte a essa relação e à própria estruturação do trabalho.

O processo designado como “conhecer”, em suas diversas formas, desenvolve-se a partir do relacionamento entre o sujeito e o objeto, pressupondo um referencial epistemológico, uma determinada perspectiva ou visão de como a subjetividade humana se “apropria” de determinados conteúdos: os conhecimentos (SEVERINO, 2007).

Com base nestes postulados procuramos desenvolver estes escritos tencionando que a metodologia, as fontes e os referenciais teóricos se mostrassem presentes, de forma articulada e coesa, para a compreensão, em sua inteireza, do estudo realizado.

A abordagem do problema na pesquisa é do tipo qualitativo, uma vez que pressupõe a compreensão de diversos fenômenos presentes na realidade estudada. Quanto aos objetivos, a intenção é de proporcionar maior familiaridade com o

problema.

Com relação ao tipo de tratamento das fontes, também optamos pela abordagem qualitativa, principalmente quanto ao método de utilização da História Oral, identificada como descritiva, por ser essa a principal característica das pesquisas qualitativas, pois detalhamos características da região e do fenômeno estudado. A coleta de dados e informações se desenvolve por meio da pesquisa de campo, momento da entrevista dos sujeitos históricos cujos depoimentos foram estudados sob os referenciais da História Oral.

Considerando o recorte temporal adotado, do ponto de vista do processo histórico, sua escolha traduz a preocupação com a contemporaneidade, logo, estamos cientes de que estudamos um tempo do qual somos sujeitos sociais, ou seja, um tempo no qual vivemos e fazemos parte. Trata-se, pois, da chamada história do tempo presente, que atualmente se constitui como um dos campos mais dinâmicos e produtivos do conhecimento histórico (RODRIGUES; CRUZ, 2009).

Vale ressaltar que, entre os diversos debates que circundam o campo da historiografia, há a visão hegemônica segundo a qual o objeto de estudo da história é o passado, e isso tornaria inviáveis pesquisas que estivessem localizadas, temporalmente, no presente.

No contexto do período histórico aqui reconstruído, o clima de medo e censura que imperava no contexto político da ditadura militar fez com que sobressaísse um estranhamento e a desconfiança em relação ao uso da história oral nas pesquisas acadêmicas (ALENCAR, 2013). Somente a partir da década de 1990, os pesquisadores brasileiros interessados em difundir e aprofundar as discussões sobre o uso de fontes orais conseguiu criar uma associação própria, a Associação Brasileira de História Oral (ABHO).

A manipulação de diferentes instrumentos metodológicos de pesquisa foi oportuna para a escuta das vozes de sujeitos históricos que não estão em evidência, por estarem inseridos em movimentos sociais pouco visibilizados ou tratados de forma depreciativa no dinamismo da sociedade burguesa.

Na acepção da historiadora Verena Alberti (2005, p. 165), no caso da escolha e da valorização da história oral, permite-se:

[...] o registro de testemunhos e o acesso a histórias dentro da História e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação, além do mais, as fontes orais ajudam os historiadores a entender como pessoas e grupos

experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas.

Em complemento, oportuno destacar a opção instrumental e abordagem metodológica qualitativa que adotamos, no constructo deste trabalho, está em sintonia com as premissas apresentadas por Rodrigues e Cruz (2009, p. 27). Entre outros aspectos, os autores argumentam que a compreensão do objeto de estudo não é nem está no passado, porém a discussão sobre o tempo tornou possível a constituição do campo da história do tempo presente, sendo que:

A compreensão do campo de atuação da história do Tempo Presente está intimamente relacionada às mudanças operadas no seio da historiografia da segunda metade do século XX, a partir dos historiadores próximos aos Annales. Também aos desdobramentos da chamada Nova História Cultural, a narrativa histórica e a Nova História Política (RODRIGUES; CRUZ, 2009, p. 27).

O estudo historiográfico, empreendido sobre o SINTEP/MT mostrou-se amplo e em sintonia com as conexões entre as questões políticas, sociais e econômicas, tal como afirmam alguns autores preocupados em refletir sobre as problemáticas teóricas e metodológicas acadêmicas (BARROS, 2004).

Neste sentido, na presente dissertação, identificamos o movimento de trabalhadores docentes e funcionários da educação pública de Mato Grosso e, no que tange os aspectos políticos, sociais e até mesmo econômicos, pois as transformações da economia, especialmente das últimas décadas do século XX, interferiram significativamente na atuação do SINTEP/MT (ALENCAR, 2013).

Ademais, o resgate das origens históricas e os primeiros anos da trajetória social e política do SINTEP/MT nos oportunizou contribuir para os estudos sobre as organizações sindicais dos trabalhadores em educação, estruturando a apresentação dissertativa da pesquisa realizada por intermédio desta seção introdutória e nas seções descritas a seguir.

Na seção 2 – *Notas sobre a ditadura civil-militar no Brasil* –, traçamos um panorama do período histórico que estabelecemos, como resultado de consultas bibliográficas, de uma série de explanações do professor Carlos Bauer e de discussões realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente (Gruphis) sobre esse conturbado período histórico nacional.

Na seção 3 – *Considerações sobre o processo histórico de consolidação do SINTEP/M* –, buscamos entender os mecanismos de organização e o processo histórico de consolidação do SINTEP/MT. Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico em fontes como revistas, teses e dissertações correlatas ao tema, bem como documental por meio de atas de reuniões. Ademais contamos com as entrevistas com pessoas que testemunharam e se envolveram na urdidura dos acontecimentos narrados, analisando como as lutas sindicais se travaram e culminaram na fundação do SINTEP/MT.

Na seção 4 – *SINTEP/MT: década de lutas e conquistas*, objetivamos realizar um panorama das conquistas históricas do SINTEP/MT ao longo do decênio que propusemos como recorte temporal. Com esse intuito, a proposta é a de elencar tais conquistas, bem como o consequente cenário de desafios frente aos embates que os trabalhadores vivenciam quando se posicionam e partem para a movimentação com caráter reivindicativo.

Toda pesquisa tem sua relevância para o meio acadêmico, afinal as hipóteses e constatações contribuem como ponto de partida e fonte e inspiração para futuras pesquisas correlatas. Ao final do volume, encontram-se as autorizações para publicação e a divulgação integral dos depoimentos coletados que somados aos documentos impressos foram essenciais para a efetivação desta contribuição na construção da história do SINTEP/MT.

2 NOTAS SOBRE A DITATURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Na segunda metade do século XX, ocorreu um trauma histórico no Brasil: a perpetração de um golpe de Estado contra um governo democraticamente eleito, culminando com a ditadura civil-militar, que perdurou por mais de vinte anos. A ação golpista de 31 de março de 1964 alterou o curso da redemocratização política que o Brasil vinha experimentando desde 1945 – após o controverso período de governo do Getúlio Vargas (1937-1945) –, em que ocorreram eleições presidenciais em 1945, e a promulgação da Constituição Federal em 1946.

A aliança empresarial-militar que derrubou a ordem política estabelecida depois de 1945 não deu continuidade ao projeto de desenvolvimento nacionalista, em curso desde a chamada Revolução de 1930 (ROMANELLI, 1998). Pelo contrário, optou-se pelo caminho das relações transnacionais e do ingresso subordinado nas relações mundiais do capitalismo.

Os sucessivos governos do período ditatorial utilizaram órgãos de repressão e as Forças Armadas para manter a sociedade civil controlada, ao mesmo tempo em que promoviam um modelo econômico de aceleração modernizadora do capitalismo em bases conservadoras e autoritárias (IANNI, 1992). Em parte considerável dos casos, no lugar dos políticos, os chamados tecnocratas ocupavam postos públicos e exerciam funções nas quais eram responsáveis por importantes decisões políticas, econômicas e sociais de âmbito nacional.

No aspecto econômico, o período que envolve os anos entre 1964 e 1989 ficou conhecido, sobretudo por constantes ciclos de crise econômica, caracterizados por altas taxas de inflação, o grande crescimento da dívida externa e da edição de planos econômicos mirabolantes e ineficientes. O arrocho salarial prevalecia para as amplas camadas trabalhadoras, enquanto a efetiva distribuição de renda era inexistente.

A oposição exigia o retorno do Estado de Direito, uma vez que o país era controlado pelos militares que aplicavam o princípio de racionalidade técnica, acreditando ser o único sistema político válido para realizar a revolução burguesa, iniciada em 1930 (FERREIRA Jr., 2010). O capitalismo periférico e subordinado reinante no país exigiam rápido desenvolvimento, e os governos ditatoriais trabalharam para que isso acontecesse sem quaisquer questionamentos, promovendo políticas para a constituição de uma sociedade urbano-industrial, de características

conservadoras e concentradoras da renda nacional, usando instrumentos jurídicos autoritários, ao passo que suprimiam as liberdades democráticas.

A partir de 1974, o governo Ernesto Geisel (1974–1979) estabeleceu suas principais metas da política econômica, definidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), aprovado pelo Congresso no segundo semestre do mesmo ano. Esse é um período em que o viés economicista do Estado brasileiro prevaleceu subordinado ao imperialismo capitalista quando constatamos, entre outras questões, a realização de acordos entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA) no campo educacional.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o organismo estadunidense congênere (United States Agency for International Development – USAID), a agência estadunidense para o desenvolvimento internacional do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Mundial realizaram convênios de cooperação, o que, segundo Machado (2011) era comum durante a Guerra Fria. Tais convênios podiam ser analisados pelo viés técnico e dos interesses políticos e econômicos que fundamentaram as propostas embutidas nesses acordos.

Nos apontamentos de Romanelli (1998, p. 196), o contexto de implantação do regime e das políticas de recuperação econômica – e claro, da repressão – aumentou a demanda social pela educação, período marcado pelos “Acordos MEC-USAID”, que, já num segundo momento, influenciaram o governo na adoção de medidas que adequassem o sistema educacional ao modelo do desenvolvimento econômico que se intensificava no Brasil.

O golpe causou mudanças dramáticas na educação. Na Universidade de Brasília, por exemplo, o reitor Anísio Teixeira foi demitido, o *campus* foi invadido, estudantes e professores foram presos. Ademais, uma série de reformas universitárias foi sendo realizadas a partir de 1968. Do ponto de vista das questões educacionais mais gerais, alguns programas e sistemas gestados pelo governo de João Goulart foram eliminados, inclusive o Programa Nacional de Alfabetização, que utilizava o método Paulo Freire como fonte geradora de seu desenvolvimento.

Um oficial da marinha foi encarregado pelo Departamento de Educação e ordenado a queimar livros da biblioteca nos campos e interromper o apoio às entidades universitárias. O caso em tela ilustra como a ditadura militar utilizava seus asseclas como fomentadores de seu autoritarismo. Muitas vezes, o responsável pelo monitoramento educacional não era especialista na área e só seguia ordens dos

superiores (CUNHA, 2009).

Em meio a um período conhecido como sendo dos “anos de chumbo” – por conta da intensa repressão e do cerceamento de direitos civis e políticos de opositores ao regime ditatorial –, o governo Geisel:

Pretendendo ajustar o funcionamento da economia nacional ao impacto da crise do petróleo e ao novo patamar alcançado pela indústria durante o ‘milagre brasileiro’, o plano dava ênfase especial à diminuição da dependência do país das fontes externas de energia e, ao mesmo tempo, considerava prioritário o desenvolvimento das indústrias básicas, das comunicações, ferrovias, navegação e portos. Esses setores deveriam ser cobertos pela ação governamental direta, pois demandavam investimentos gigantescos, com longo prazo de maturação e baixa rentabilidade relativa, ficando garantido ao setor privado o fornecimento de equipamentos e matérias-primas, com ênfase especial nas empresas nacionais. A presença maciça de capital estrangeiro nas áreas de infra-estrutura devia ser evitada, estimulando-se em compensação seu crescimento nos setores considerados não básicos, onde a taxa de lucro era maior. As posições defendidas no II PND estimularam o debate sobre o papel do capital estrangeiro no país (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 64).

As reformas não foram incrementadas apenas no ensino superior, com a Lei 5.540 de 1968, mas também na educação básica do país, com a edição da famigerada Lei 5.741 de 1971. Ambas visavam a conectar o aumento da eficiência produtiva do trabalho com o regime autoritário modernizador. Em outras palavras, o regime militar vislumbra a educação como uma ferramenta da lógica racional, destinada a tornar o *slogan* “Brasil Grande Potência” bem-sucedido (FERREIRA JR., 2010, p. 98).

Nas palavras de Ferreira Jr. e Bittar (2006), um modelo nacional de educação foi instituído pela ditadura por meio das reformas educacionais de 1968 (Lei da Reforma Universitária nº 5540/68) e da reforma da educação básica em 1971, expressa pela LDB 5692/71. O nível fundamental consistia em 8 séries (quatro séries obrigatórias, combinadas com outras quatro, do antigo ginásio). Nesse nível, forneciam-se alimentação, serviços de saúde e material escolar para os alunos e assegurava-se o cumprimento da escolaridade obrigatória para crianças de sete a catorze anos residentes em cidades maiores e centros capitais.

O nível secundário era opcional (anteriormente conhecido como escola secundária), composto por três séries. Ele foi reformado para que se combinasse com o nível elementar, a fim de formar uma base sólida de educação básica, com vistas a preparar os alunos para o trabalho na indústria, agricultura e serviços, após um

treinamento mais intensivo do que antes. “Operação-Produtividade” foi o nome da campanha do governo para promover a educação em áreas de desenvolvimento como negócios, engenharia e medicina. O plano era aumentar o nível do corpo docente (tanto administrativo quanto técnico) e ampliar as matrículas nessas modalidades específicas.

As pós-graduações (mestrados e doutorados) seriam ampliadas para formar mais professores para as instituições de ensino superior e fornecer trabalhadores qualificados para empresas privadas e públicas. Os militares impuseram um caráter autoritário às escolas públicas que se expandiram em número no período democrático pré-1964, influenciadas por tendências políticas social-democratas. O regime militar estruturou o sistema educacional por meio de duas reformas setoriais, e algumas das demandas feitas na época foram incorporadas ao sistema (FERREIRA JR., 2010).

Durante a ditadura, a formação de professores foi abreviada, substituída por cursos rápidos. Escolas particulares e públicas foram autorizadas a abrir turmas, com leis que restringiam os cursos de formação de professores de história a algumas universidades, apenas para aulas de ensino médio e pesquisa. A Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) e a Associação dos Professores Universitários Nacionais de História (ANPUH) uniram forças com os historiadores na luta contra o projeto educacional dos ditadores desde meados dos anos 1970, devido ao seu impacto negativo nos estudos sociais (PAULINO; PEREIRA, 2006).

As reformas de 1968 e 1971 fizeram com que a política educacional ficasse subordinada à necessidade de modernização da economia. A tecnoburocracia utilizou a “teoria do capital humano”, insistindo que a educação só poderia ter um único papel: aumentar o Produto Interno Bruto (PIB), destacando que não considerava, efetivamente, a distribuição de renda. Enquanto os golpistas de 1964 suprimiram as liberdades, os tecnocratas difundiram a ideologia tecnicista, formando um sistema organizado de ideias que unia economia e educação (BAUER, 2012).

Nesse quadro de instabilidade política, econômica e social, encontraram solo fértil e germinaram as manifestações. Ademais, os movimentos populares e sociais surgiram, bem como novas formas de organização da classe trabalhadora e novos personagens entraram em cena (SADER, 1985, p. 64). Ainda nos anos de 1970, a pressão política fez com que cidadãos de diversas camadas da sociedade – artistas, intelectuais, pessoas ligadas às diferentes ordens religiosas, associações e sindicatos, estudantes e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – se envolvessem na luta

pela redemocratização do país.

No contexto da constante crise que o país estava imerso e da gestação dos movimentos sociais e estudantis, de acordo com Fávero (1995), a União Nacional dos Estudantes (UNE) passou a lutar efetivamente a partir de 1974, com a crise internacional do petróleo e, por conseguinte, do "milagre brasileiro".

A resistência ao regime ditatorial começou a se articular, e os movimentos sociais emergiram das cinzas. Nas cidades, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), embaladas pela Teologia da Libertação, organizaram milhares de pessoas e deram origem a movimentos populares vigorosos, entre eles o "Custo de Vida" (depois "Carestia"). Houve movimentos pelos transportes, bem como de moradores de comunidades pelo direito real de uso do espaço em que haviam se estabelecido e movimentos pela saúde nos centros e postos comunitários, por vagas nas escolas etc.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelas lutas sindicais dos trabalhadores brasileiros. Os esforços realizados pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) são uma prova do movimento sindical geral no Brasil, pois ambos (o educacional e o operário) estavam sujeitos às mesmas oscilações econômicas que as relações capitalistas de produção causaram no período (FERREIRA JR. BITTAR, 2006). Os trabalhadores brasileiros que atuavam nas instituições estatais estiveram envolvidos em muitas lutas políticas e sociais com os sindicatos que os representavam, mobilizando-se e reivindicando a melhoria das condições de vida e de trabalho no setor público.

Em meio a este processo de lutas contra a ditadura e pela redemocratização, depois das eleições indiretas de outubro de 1974 – quando as assembleias legislativas estaduais elegeram e ratificaram os nomes de governadores indicados (todos da ARENA) pelo governo militar, com a abstenção do MDB – as eleições de novembro do mesmo ano para a renovação das assembleias legislativas, da Câmara dos Deputados e de 1/3 do Senado foram um marco na evolução da política de distensão. Foi nesse contexto que o general-presidente Ernesto Geisel garantiu uma dose de liberdade de propaganda, inexistente desde a edição do Ato Institucional nº5 (AI-5) em 1968, inclusive com a utilização da televisão por todos os candidatos de ambos os partidos durante os dois meses que antecederam o pleito.

Aliado a isso, com o esgotamento do chamado "milagre brasileiro" e a opção pela luta eleitoral dos agrupamentos esquerdistas de resistência que antes advogam

o voto nulo, a situação conduziu, entre outros fatores, a uma importante vitória da oposição, que fez com que a representação parlamentar desses agrupamentos crescesse (FAUSTO, 2001).

O ano de 1979, marco inicial de nossa periodização, nos remete a um contexto de transformações. O regime ditatorial dava claros sinais de esgotamento, também porque era cada vez mais questionado pela sociedade civil. Esse período é marcado por percalços econômicos no âmbito mundial, o que causava reflexos no Brasil. Todo esse processo, inevitavelmente, resultou no enfraquecimento do regime, processo que deu início ao que se convencionou denominar “transição à democracia”, definida pelo então presidente, o general Ernesto Geisel, como própria de uma “abertura lenta, gradual e segura”.

Apesar de alguns avanços, como a permissão da propaganda política da oposição, da abolição da censura prévia à imprensa e do anúncio da revogação do AI-5, a repressão e a tortura estavam em pleno funcionamento, o que nos dá a dimensão da distância entre aquilo que se noticiava como “avanços” e o que de fato se praticava pelo Estado ditatorial.

Ao decretar a extinção da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em dezembro de 1979, admitindo assim o retorno do país ao sistema multipartidário, o regime militar deixou para trás a fase da simples ‘abertura’ ou ‘descompressão’ e passou a admitir que o país iria transitar rumo à plena restauração do regime democrático. A intenção de dispersar a oposição entre vários partidos, e assim enfraquecê-la, também fez parte desse cálculo, sem dúvida, mas não altera, no essencial, o ponto antes enunciado. No começo da década de 1980, cinco novos partidos efetivamente se estabeleceram: o Partido Democrático Social (PDS), governista, herdeiro da estrutura organizacional da Arena; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), principal sucessor do extinto MDB; o Partido dos Trabalhadores (PT), que foi inicialmente um braço eleitoral do movimento sindical paulista; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), agremiação do retorno de Leonel Brizola à cena política; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), disputando com o PDT a herança simbólica do antigo ‘trabalhismo’ getulista. Esse conjunto de partidos disputou em 1982 a primeira eleição direta para governos estaduais desde 1965, ao mesmo tempo do pleito para o Congresso Nacional e assembleias legislativas (LAMOUNIER, 1980, p. 135).

Na primeira metade da década de 1980, período de ápice da chamada abertura política, restabeleceram-se as eleições diretas para os cargos executivos nos governos estaduais em 1982, para as capitais em 1985, além da realização, por pleito indireto no colégio eleitoral, da eleição de um civil para a presidência da República do Brasil.

A eleição de Tancredo Neves rompeu com mais de duas décadas de regime militar no país. A chapa com José Sarney, denominada Aliança Democrática, foi constituída após a derrota no Congresso emenda Dante de Oliveira em 1984, que previa eleições diretas para presidente da República.

O processo de redemocratização naquele contexto histórico e político estavam limitados pela sobrevivência da Constituição Federal de 1969, imposta pelo regime militar e dezenas de dispositivos jurisdicionais, como a Lei de Segurança Nacional e o decreto que estabelecia a censura prévia. A convocação da Assembleia Constituinte era uma iniciativa que cabia ao presidente Sarney.

Além desses desafios políticos, a chamada Nova República herdou dos governos ditatoriais problemas econômicos de toda ordem, o que inevitavelmente desencadeia problemas sociais. À guisa de exemplo, o volume da dívida externa em fins de 1984 somava cerca de cem bilhões de dólares, além da espiral inflacionária, que atingiu o índice de 12,7% mensais em março de 1985. Dependente de empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o organismo impôs regras econômicas rígidas ao Brasil, que exigiam cortes de custos do governo e aumento de receitas.

O brasilianista Skidmore (1998) aponta que o governo brasileiro teve de usar o dinheiro inflacionário criado e assumir uma dívida pública interna maior para pagar a dívida externa. Esse contexto de alta inflação e estagnação econômica foi um agravante da crise. Muitos foram os planos tentados, como o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão.

Em fevereiro de 1986, Sarney anunciou o Plano de Estabilização Econômica, conhecido como Plano Cruzado, visando a reverter o processo inflacionário e estabelecendo, entre outras medidas, uma reforma monetária, com o corte de três zeros no cruzeiro, a antiga moeda, e sua substituição por uma nova, o cruzado. Merecem destaque as seguintes ações: congelamento dos preços por um ano; regulação dos salários (calculados pelo valor médio dos últimos seis meses, acrescidos de um abono de 8%); da criação do “gatilho salarial”, segundo o qual, toda vez que a inflação atingisse ou ultrapassasse o patamar de 20%, os salários receberam um reajuste automático no mesmo valor, sendo as diferenças negociadas nos dissídios das categorias; a extinção da correção monetária; a instituição do seguro-desemprego e a criação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para a correção das poupanças e aplicações financeiras superiores há um ano. Com isso, o

país mergulhou em uma efervescente crise política e econômica.

Em meados de 1986, contudo, a situação econômica já se tornara crítica novamente.

O fornecimento começou a ser boicotado, e as mercadorias passaram a ser vendidas com ágio. Diante do recrudescimento da inflação, em 23 de julho o governo adotou um novo conjunto de medidas econômicas, destinadas a criar condições para que o Brasil ocupasse 'seu grande espaço no século XXI'. O plano previa o crescimento do PIB a taxas superiores a 7% ao ano, e os recursos para financiá-lo viriam de mecanismos basicamente fiscais que comporiam o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), entre os quais um empréstimo compulsório de 10% a 30% na compra de automóveis e de combustíveis, uma taxa de 25% sobre as vendas de dólares e passagens aéreas internacionais e isenção do imposto de renda para aplicações de capitais estrangeiros nas bolsas de valores. O governo manteve o congelamento até as eleições de novembro, tentando obter maiores dividendos políticos. [...] o PMDB venceu nos principais estados. Ainda se apuravam votos quando o governo decretou, em 21 de novembro, o Plano Cruzado II, que descongelou os preços de produtos e serviços, liberou os preços dos aluguéis para serem negociados entre proprietários e inquilinos e alterou o cálculo da inflação, que passou a ser medida com base nos gastos das famílias com renda de até cinco salários mínimos. O resultado imediato foi um aumento generalizado de preços, levando a população a perder a confiança no governo (LAMOUNIER, 1980, p. 157).

Em meio a diversos e inconsistentes planos econômicos, permeados por constantes trocas de ministros no Planejamento, na Economia e na Fazenda, além da inflação galopante, no fim do mandato de Sarney, foi apresentado o Plano Verão, propondo congelamento de preços, de salários e de tarifas. Também propunha a substituição da moeda: o cruzado pelo cruzado novo, com três zeros a menos e desvalorizado em 18,32% em relação ao dólar, entre outras medidas de ordem econômica que afetaram, sobretudo, o poder aquisitivo da classe trabalhadora.

Como no caso das políticas econômicas anteriores, o Plano Verão não obteve êxito e, ao fim do mandato do presidente José Sarney, a inflação acumulada era de 2.751% no período entre fevereiro de 1989 a fevereiro de 1990. Fato é que a vigência histórica da ditadura deixou para trás toda uma estrutura política, jurídica e econômica que o período da chamada transição democrática encontrou dificuldade de superar.

A quebra das liberdades políticas e a lógica econômica mais antiga que se instalou a partir de 1964 foram as principais questões da transição entre o regime autoritário e os governos democraticamente eleitos que viriam pela frente. Os sindicatos dos trabalhadores em educação lutaram em uma situação de crise na qual os trabalhadores buscavam melhores condições de trabalho e de vida, bem como mais

liberdades democráticas para que pudessem construir suas formas de ação (FERREIRA JR. BITTAR, 2006).

Este ambiente de crise econômica e de efervescência política e social foi de crucial importância para se pensar um projeto nacional de educação, porém, antes, era preciso garantir legalmente os direitos civis, sociais e políticos frente ao Estado de direito democrático. Por isso, a promulgação da “Constituição Cidadã”, que consolidou juridicamente tais direitos, foi de suma importância.

Um dos momentos mais expressivos desse processo histórico brasileiro vivido na década de 1980 foi o Congresso Constituinte de 1987/1988. Para participar das discussões, a Confederação dos Professores do Brasil (CPB) se organizou em conjunto com outras entidades da sociedade brasileira, como o Nacional de Defesa da Escola Pública.

O Congresso Constituinte discutia diferentes reformas na legislação sindical e trabalhista, para permitir, por exemplo, que os funcionários públicos se sindicalizassem e tivessem o direito à greve. No entanto, a situação continuava ambígua, uma vez que não dispunham de mecanismos de negociação com os empregadores e o direito de greve não havia sido regulamentado (FERREIRA JR., 1998).

Toda essa mobilização em prol de uma educação mais participativa girava em torno da busca por maior espaço no debate político e social. Ademais, encampou os movimentos de redemocratização do país, sendo eles a Federação Nacional dos Sindicatos (FNE), Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores (FENPROF) e do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) (SINTEP/MT, 2015).

Por fim, a promulgação da Constituição Federal de 1988 veio para consolidar a nova democracia e a nova República. Nessa onda de novidades, elegeu-se o presidente Collor, que rapidamente programou uma série de reformas e medidas privatizantes, que prometiam colocar o Brasil em sintonia com o ideário neoliberal. Mediante o uso indiscriminado de recursos estatais e o amplo apoio empresarial, procurou estabelecer laços orgânicos no campo sindical, produzindo aquilo que foi chamado à época de “sindicalismo de negócios ou de resultados”(TRÓPIA, 2008, p. 81).

O governo Collor produziu o agravamento da crise social brasileira, com inúmeras e ruidosas tentativas de incremento do projeto neoliberal, o que desagradava

profundamente os interesses mais elementares da classe trabalhadora. Vivia-se um cenário econômico crítico, e as condições sociais se deterioraram rapidamente, enquanto o capital financeiro ampliava os seus ganhos e a concentração de renda. Os pacotes econômicos do governo Collor seguiram a opção conservadora pela recessão, pelo desemprego e pelo arrocho salarial, em escala similar ou ainda pior do que as registradas nos estertores da ditadura civil-militar brasileira.

Como resposta, a classe trabalhadora empreendeu grandes esforços e mostrou muita desenvoltura política e organizativa, no sentido de promover amplas e massivas mobilizações. A luta era para assegurar tanto as conquistas passadas e a manutenção dos direitos sociais, quanto para intervir estrategicamente no campo da política nacional. Logo, o estímulo à mobilização popular era entendido como vital (ALENCAR, 2013), pois, se, por um lado, visava a melhorar as condições de vida da ampla maioria da população trabalhadora, por outro, buscava formular uma alternativa classista de transformação da sociedade brasileira.

2.1 O ambiente de ditadura civil-militar no Mato Grosso

Nesta subseção, discorreremos brevemente sobre o panorama mato-grossense no período em que o Brasil passou pela ditadura civil-militar, acentuando algumas das características políticas, sociais, econômicas e educacionais no Mato Grosso para, posteriormente, contextualizar a emergência do SINTEP/MT.

Entre os anos de 1964 e 1974, Mato Grosso sofreu intervenção pelo governo federal, e um dos intentos era o de lidar com a oposição tanto em áreas urbanas quanto nas rurais. Conforme descreve Meira (2011), entre 1961 e 1975, os governadores de matogrossenses foram Fernando Corrêa da Costa, Pedro Pedrossian e José Manoel Fontanillas Fragelli. Esses homens conduziram o estado a um desenvolvimento significativo nas arenas política, econômica e social do Estado.

Em uma perspectiva histórica dos períodos anteriores, mas que reverbera no período estudado por nós, o presidente Getúlio Vargas idealizou um grande projeto a fim de promover a ocupação demográfica chamada pelos seus contemporâneos de *Marcha para o Oeste*, pois o litoral brasileiro apresentava alta densidade populacional, ao contrário das regiões mais interiores do Centro-Oeste e Norte. Para combinar e desenvolver essas áreas, o governo criou a Barragem de Belo Monte, semelhante à Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).

O governo de Mato Grosso vinha apoiando os objetivos do governo Goulart, direta ou indiretamente. O campo de apoio ao golpe militar de 64 abrangia a maior parte da sociedade civil, e a identificação das pessoas a serem punidas também era importante; elas foram acusadas de serem comunistas por seus rivais políticos. (ARAKAKI, 2021).

Nas décadas de 1970 e 1980, várias novas cidades foram criadas no estado como estratégia do regime autoritário para controlar os conflitos agrícolas no Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil. Com os projetos de ocupação, os agropecuários que se instalaram naquela época podem ser considerados um impedimento para que os sem-terra ou pequenos proprietários tivessem livre acesso às terras.

Esses projetos foram anunciados como distribuição racional de pessoas e ocupação de espaços vazios, mas na verdade foram impulsionados pelo governo federal. Faziam parte dos chamados planos nacionais desenvolvidos conjuntamente pela iniciativa privada e governo, e que reestruturaram a forma de fazer as coisas no Brasil (MEIRA, 2011).

Na região norte de Mato Grosso, o governo federal utilizou a implantação de colônias como um dos métodos para garantir que o trabalho de construção da infraestrutura do Estado fosse atendido, como estradas e construção civil. Entre 1970 e 1981, o INCRA informou que 42% de todas as empresas colonizadoras do Brasil estavam localizadas no estado de Mato Grosso, na faixa norte. Essas empresas trabalhavam com pessoas do sul do Brasil, ajudando-as a se estabelecer na região (MEIRA, 2011).

Em 1973, de acordo com Meira (2011), uma empresa chamada Juruena Colonização começou a instalar colonos em Mato Grosso, assumindo um grande pedaço de terra que estava sob o controle da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (CODEMAT). Em janeiro de 1974, a empresa foi registrada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – como colonizadora. Vários projetos foram iniciados nessa época para povoar essas áreas, como o projeto de colonização de Juruena.

O governo do estado de Mato Grosso tentou atrair investidores para a área divulgando e promovendo o crescimento da região:

Setores ligados à agricultura neste estado disseram ontem que já começou a arrancada agrícola em Mato Grosso, com um espetacular crescimento, nesta

faixa de economia estadual. Trigo, sorgo, algodão, cana-de-açúcar e arroz estariam entre os produtos que apresentaram índices mais altos. Regiões como a Grande Dourados, Rondonópolis, Jaciara, Cáceres e outras apresentaram índices mais altos. Regiões como a Grande Dourados, Rondonópolis, Jaciara, Cáceres e outras apresentaram em 1973 um rendimento de produção muito acima das melhores perspectivas. Para 1974 as estimativas são melhores ainda, permitindo a rápida consolidação da agricultura mato-grossense (JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO, edição de 05 de janeiro de 1974, p. 11).

Dessa forma, muitas cidades produtoras de insumos rurais cresceram muito durante o período narrado e, mesmo com a ditadura militar ocorrendo em paralelo e reprimindo as pessoas que lutavam por direitos, a visão dos habitantes do interior era a de um período próspero.

No cenário político institucional mato-grossense da primeira metade da década de 1960, um dos nomes mais lembrados é o de Pedro Pedrossian. Em outubro de 1965, ele foi eleito governador pela coligação do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tomou posse em 31 de janeiro de 1966, sucedendo a Fernando Correia da Costa. Até aquele momento, foi o candidato a governador mais votado em toda a história do estado, com 109.905 votos (ARAKAKI, 2021).

Com base nas informações de Macedo (2021), ficamos sabendo que Pedrossian se elegeu prometendo fazer uma reforma administrativa com intuito de quebrar os paradigmas das velhas estruturas. Para tanto, formou uma equipe com profissionais que tinham antecedentes partidários. Por um lado, essa atitude ajudou no rompimento com uma postura clientelista, mas, por outro, acarretou dificuldades para o prosseguimento do seu mandato.

O início de seu governo foi dedicado ao planejamento da reforma administrativa, que preconizava uma mudança no sentido, forma e método de se exercer a administração pública. Como forma de impulsionar a 'revolução administrativa', estimulou a instalação de cursos superiores que iriam se converter nos esteios que dariam coerência e a ancoragem teórica de suas propostas. Neste sentido, lançou os fundamentos para a fundação de uma instituição de ensino superior que ainda não existia em Mato Grosso. [...] Passo decisivo nessa direção foi dado em julho quando sancionou a lei criando o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá – ICLC, que, juntamente com a Faculdade de Direito, já federalizada, iria se constituir no núcleo formador da futura Universidade Federal de Mato Grosso (MACEDO, 2021, p. 90-91).

Essas iniciativas causaram muito incômodo, que pode ser observado, por

exemplo, no decreto assinado por Castelo Branco em 1967, imputando um crime cometido por Pedrossian enquanto era superintendente da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, quando foi convidado pelo Partido Social Democrático (PSD) para ser o candidato a governador, numa coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). À época, essa acusação irritou os deputados da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que, em 1976, romperam com o governo (MEIRA, 2011).

Durante o regime ditatorial, Mato Grosso, como grande parte do país, teve diversas mudanças dramáticas em relação à economia e educação, conforme mostramos ao longo do trabalho. A iniciativa privada obteve a concessão de uma ferrovia, enquanto a Eletrobrás contribuiu com 70% dos recursos para a usina de Manso (MENEZES, 2014).

Em uma contextualização do ocorrido àquela época, entre os anos de 1979 e 1983, estabeleceu-se o governo de Frederico Campos, em que ocorreu grande melhora econômica.

No Governo de Frederico Carlos Soares de Campos, eleito pelo Partido ARENA e migrando-se para o PDS, foram criados 20 municípios. O Governador Frederico Campos, (ARENA-PDS), foi o primeiro indicado ao governo de Mato Grosso, pós-divisão, pelo então Presidente Gen. Ernesto Geisel, depois de ser escolhido pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em 1º de Setembro de 1978, tomando posse em 15 de março de 1979 e ficando no governo até março de 1983. Frederico Campos foi indicado ao governo pela bancada da ARENA, a qual era filiado. Naquele momento o bipartidarismo imperava nos poderes legislativos, sendo a ARENA (base do Governo) composta por 16 deputados estaduais e o MDB (oposição) por 8 deputados estaduais (MENDO, 2020, p. 80).

Ao analisarmos o governo de Frederico Campos e a situação dos direitos dos professores, notamos a existência de arbitrariedades, como no caso da decretação e da realização de uma greve em 1979, bem como da intervenção sofrida pela AMP. Em entrevista que nos foi concedida, o professor João Monlevade⁴ (2022) rememorou

⁴Segundo palavras do próprio Monlevade (Apêndice, p. 110): nascido em Campinas (SP), em 1942, cursou o “ginásio” numa tradicional escola pública, o Colégio Estadual Culto à Ciência, com ingresso muito disputado por meio de exame de admissão. O interesse pelas políticas públicas nasceu quando se filiou à JEC, Juventude Estudantil Católica, nela militando por quatro anos. Nas palavras de João Monlevade: “Tendo decidido ser sacerdote jesuíta (por influência da figura heróica de José de Anchieta), mudei-me para o Rio de Janeiro em 1958 e em 1959 para São Paulo, onde concluí o Curso Clássico no Colégio São Luiz, ingressando na Companhia de Jesus em 1961, no Noviciado de Itaici. Lá fiz também um ano de estudos de Letras e Retórica, tendo-me mudado em 1964 para Nova Friburgo, RJ, a fim de cursar a Graduação em Filosofia. Ali recebi um ‘choque intelectual’: em meio às disciplinas da tradicional Escolástica, os ensinamentos de dois professores que me afinaram o senso crítico, principalmente na rebeldia contra o Golpe Militar de 31 de março. Da postura dialética

algumas das arbitrariedades governamentais nos desígnios do movimento associativista do qual fazia parte:

Desde 1968 não havia concurso público para ingresso no magistério da rede estadual. Todos os educadores eram contratados de forma temporária, o que criava um clima de dependência e temor pela perda do emprego em qualquer tempo. Entrementes, avolumavam-se o número de professores e, de certa forma, também o dos sócios da AMP, tendência só abalada pela criação do estado do Mato Grosso do Sul, em 1977. No fim da década de 1970 passou a funcionar os Cursos de Licenciatura e de Pedagogia, que favoreceram o despontar do senso crítico na categoria. Com a presença de professores mais bem formados e conscientizados na Diretoria da AMP, reuniu-se a concorrida Assembleia, que decretou a greve, imediatamente “estranhada” e reprimida pelo governador de então, da ARENA e indicado por militares. A população deu apoio e ficou chocada com a revelação de que Mato Grosso estava sem concurso previsto em lei para o ingresso de professores há mais de 15 anos. Para não sair desmoralizado, o Governo promoveu um concurso público em 1980, interpretado como vitória dos grevistas (APÊNDICE A, p. 107)

As experiências antidemocráticas, ao longo das décadas de 1960 e 1970, fizeram parte não só da realidade brasileira, mas de toda a América do Sul. Esses regimes ditatoriais entraram em crise apenas na década de 1980, quando teve início uma série de aberturas políticas que reinstalaram regimes representativos democráticos na maioria dos países do continente.

Ao longo do regime autoritário, as autoridades governamentais atacaram as cúpulas dos sindicatos, realizando intervenções nas organizações, desmantelando as estruturas já construídas anteriormente e impedindo qualquer tipo de articulação dos operários que objetivava a formação de um grupo opositor organizado. Além disso, o governo civil-militar barrou os avanços da classe operária e uma violenta repressão foi desencadeada. Antunes (1983) observa que muitas lideranças operárias foram presas, e as organizações sindicais foram extintas, dando lugar ao modelo de sindicato como mero instrumento do governo.

do Padre Henrique Vaz, mentor da JUC e da AP, às posições progressistas do Padre Luciano Mendes de Almeida, depois bispo auxiliar de São Paulo e presidente da CNBB, que defendeu e difundiram os ensinamentos do Papa João XXIII e do Concílio Vaticano II, ‘herdei’ uma posição inconformada diante das desigualdades sociais do Brasil, que acabou me levando não somente à filosofia de Emanuel Mounier e à sociologia de Karl Marx, como também a uma nova postura de vida, que abraço até hoje. Mudou-se para Arenópolis (MT), onde mergulhou em políticas educacionais revolucionárias. Atuante como político militante no Partido dos Trabalhadores foi, por trinta anos, professor da rede pública da educação básica e docente da Universidade Federal de Mato Grosso. Foi candidato a governador, deputado estadual e deputado federal, e teve envolvimento direto na direção da AMP/AMPE/SINTEP de 1984 a 1988 e da CPB/CNTE de 1987 a 1993. Monlevade é autor de mais de uma dezena de livros e conforme nos disse: “reconheço que meu pensamento e ação resultaram muito mais das experiências, lutas e tentativas de intervir na realidade do que de uma filiação à teóricos e a escolas da Academia”.

A legislação sindical foi dinamizada e reformulada, sendo aplicada no sentido de atingir uma paz social, negando a luta de classes. Desse modo, o sindicato passou a ter uma função meramente assistencialista e também se tornou um agente intermediário entre o Estado e a classe trabalhadora, cabendo destacar que esse perfil ainda pode ser identificado na cultura sindical.

Conforme pudemos apurar na entrevista que realizamos, o professor Carlos Augusto Abicalil⁵ (ABICALIL, 2022, APÊNDICE C, p. 155) diz que, nessa fase, o país viveu uma terrível carestia, sob uma ditadura que matou muitos líderes estudantis e pessoas que manifestaram sua contrariedade contra o regime militar, causando medo, principalmente entre os jovens. Muitas vezes, as interlocuções eram mediadas por adultos que precisavam fazer perguntas ou dar algum tipo de orientação.

O movimento da juventude de 1968 teve muitos protagonistas na época, sendo um forte movimento estudantil que surgiu posteriormente, do qual fez parte, muito focado na reconquista da democracia e na superação da carestia. Desse movimento, surgiu a aprovação do primeiro Estatuto do Magistério em Mato Grosso, resultado do

⁵Carlos Augusto Abicalil nasceu em Nova Friburgo (RJ) no dia 23 de janeiro de 1962. Formou-se em Filosofia pela Faculdade Salesiana em Lorena (SP) em 1987. Professor trabalhou na Secretaria de Estado de Educação em Cuiabá em 1985. Iniciou sua militância política em 1985 ao entrar para o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público do Mato Grosso (Sintep-MT). Deixou o Sindicato em 1991, quando assumiu a secretaria de imprensa e divulgação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Em 1992, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e, no ano seguinte foi eleito secretário de assuntos educacionais do CNTE, cargo que ocupou até 1994. Nesse ano, foi eleito presidente do Sintep-MT e do CNTE; reelegeu-se por mais dois mandatos, encerrando sua participação em 2001. Membro do diretório regional do PT, a partir de 1996, coordenou a comissão nacional de assuntos educacionais da agremiação. Em 1998, disputou o governo de Mato Grosso na legenda petista, mas não foi eleito. De 1999 a 2003, integrou o Conselho Estadual de Educação, foi vice-presidente da Comissão Executiva Regional da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), em San José, Costa Rica, secretário de projetos e cooperação do CNTE, em Brasília, e membro da Comissão Executiva Mundial da Internacional da Educação, em Bruxelas. Em 2002, elegeu-se deputado federal por Mato Grosso na legenda do PT. Iniciou também o mestrado em educação na Universidade de Brasília, que não concluiu. Assumiu o mandato em fevereiro de 2003 e nesse mesmo ano votou a favor da reforma da previdência e da reforma tributária. Reelegeu-se em outubro de 2006, com a maior votação do estado. Empossado em fevereiro de 2007, foi eleito coordenador da bancada, sendo reconduzido por duas vezes ao cargo por unanimidade, em 2008 e 2009. Em 2008, tornou-se vice-líder do PT e presidente do partido em Mato Grosso. No ano seguinte, assumiu a vice-liderança do governo na Câmara dos Deputados. Ao longo das duas legislaturas, presidiu a Comissão de Educação e Cultura e participou das comissões da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, de Educação, Cultura e Desporto, e de Legislação Participativa. Integrou ainda inúmeras frentes parlamentares, entre as quais a Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, em que foi secretário de Relações Institucionais. Foi ainda secretário do Grupo Parlamentar Brasil-Bolívia e participou do Grupo Parlamentar Brasil-Líbano, da Frente Parlamentar do Centro-Oeste e da Pastoral Parlamentar Católica. Em 2010, concorreu a uma vaga no Senado pelo PT, mas não obteve êxito. Texto adaptado, original disponível no sítio do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, na aba de biografias <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-augusto-abicalil>. Acesso em 28 dez. 2022.

movimento grevista de 1979. Nas palavras do professor João Monlevade (2022), a Associação Nacional dos Professores (ANP) participou, por dias, dos movimentos pela redemocratização do país. No entanto, acerca dos direitos dos professores especificamente nesse período, ele relata que:

[...] na época já havia uma política nacional de implantação de carreiras do magistério nas redes estaduais e nas dos grandes municípios. Havia inclusive um 'modelo' de progressão de carreira para professores por formação profissional, através de diplomas em Normal Adicional, Licenciatura Curta, Licenciatura Plena, e até Mestrado e Doutorado. Este modelo tinha sido concebido por um militar gaúcho e dava um acréscimo salarial de quase duzentos por cento do início ao fim da carreira. Na verdade, concurso e carreira são faces da mesma moeda, da racionalização e burocratização do fazer pedagógico, embutindo um início de democracia na educação (MONLEVADE, 2022, APÊNDICE A, p. 122).

Ao tratar do mesmo episódio, o professor Carlos Augusto Abicalil (2022), nos informou que a maioria dos professores que trabalhavam nas escolas públicas de Barra do Garças era da associação de professores do ensino fundamental de Mato Grosso. O contrato deles ainda era duvidoso, razão pela qual a Associação Nacional dos Professores (ANP) – entidade que faz parte das origens da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação CNTE – começou como um movimento nacional devido a esse contrato instável, indicando que a maior parte dos docentes ainda fazia parte dessa associação quando chegou à localidade.

Conforme Mendo (2020, p. 80), no período de 1983 a 1989, instaura-se o governo de Júlio Campos,

[...] eleito através do sufrágio universal, em 15 de novembro de 1982. Júlio Campos (PDS), enquanto esteve à frente do Poder executivo de Mato Grosso, obteve a maioria simples na Casa de Leis de Mato Grosso, tendo o seu partido, o PDS – Partido Democrático Social, uma bancada de 13 deputados estaduais e a oposição representada pelo PMDB– Partido do Movimento Democrático Brasileiro, tinha em suas fileiras 11 deputados. Júlio Campos, governou por três anos e depois renunciou ao cargo, vindo a assumir o seu Vice, Wilmar Peres de Faria, que terminou o mandato da chapa.

Parte considerável dos professores que migraram para Mato Grosso criou um corpo em conjunto, chamado de movimento dos professores de oposição. A Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP) informou que os

esforços dos grupos foram superados pela inércia da direção, exigindo que cuidassem dos problemas. Por isso, os gestores se reuniam com frequência para discutir os problemas e se dirigiam à AMPP para reivindicar sua posição. Alguns membros dessa entidade não gostaram do novo grupo e causaram alguns problemas (SINTEP/MT, 2015).

Neste mesmo íterim, a Proposta de Emenda Constitucional nº5, de autoria de Dante de Oliveira, deputado federal pelo estado em questão, apresentada em 02 de março de 1983, previa a eleição direta do Presidente da República. Embora o movimento para “Diretas Já” não tenha sido muito divulgado pela imprensa local, esse movimento gerado após a PEC nº5 levou milhões de pessoas às ruas de todo o Brasil.

Em Cuiabá, em 20 de fevereiro de 1984, foi publicada uma pequena nota sobre a realização de uma manifestação do movimento das “Diretas já” pela cidade. Em 25 de abril, a Câmara dos Deputados rejeitou a proposta, que, na mesma data, recebeu apenas uma pequena nota no jornal “O Estado de Mato Grosso” (MORAES, 2016).

Embora fosse comum a chamada grande imprensa não noticiar amplamente as manifestações populares, elas aconteciam e muitas foram registradas pelos próprios movimentos sociais organizados, como é o caso do SINTEP/MT, que dispõe de um acervo documental e iconográfico.

A fotografia a seguir, angariada junto ao acervo do SINTEP/MT, corrobora o argumento de que a sociedade civil se organizava e se manifestava, inclusive, indo às ruas, fazendo ver suas palavras de ordem e reivindicações, bem como mostrando o apoio dos alunos da UFMT à greve dos professores da rede estadual.

Figura 1 – Manifestação dos alunos da Universidade do Mato Grosso (UFM)



Fonte: Acervo do SINTEP/MT.

O momento histórico vivenciado no Brasil e que se convencionou chamar de transição democrática, trouxe para a cena pública, entre as suas principais características, a efervescência cultural e social, uma vez que era latente a ansiedade pela efetiva participação política das pessoas nas manifestações pela redemocratização do país. Os movimentos dos trabalhadores eclodiram por todas as localidades da nação, reivindicando questões políticas propriamente ditas, melhores salários e condições de trabalho. Por esse motivo, as greves e paralisações eram frequentes.

Gohn (1999) realizou um levantamento dos dados relacionados à subjetividade social e às mudanças no período. No caso do Movimento do Transporte Coletivo, ele ocorreu em várias cidades do Brasil devido à forte alta de preços e ao não atendimento das necessidades da população. Com isso, mostrou-se aos trabalhadores o quão poderoso era seu sistema de transporte, que, antes, eles não conheciam. Em 1980, foram criadas a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais

(ANAMPOS) e o Partido dos Trabalhadores, reunindo o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e outros partidos nacionais⁶.

Na imagem a seguir, também colhida no acervo do SINTEP/MT, podemos observar uma faixa expressando o apoio de uma instituição de docentes que atuavam no ensino privado ao movimento grevista dos professores da rede estadual do Mato Grosso:

Figura 2 – Manifestação dos alunos da Universidade do Mato Grosso (UFMT) de 1985.



Fonte: Acervo do SINTEP/MT.

Em meio a esse contexto, a Assembleia Nacional Constituinte, liderada pelo deputado paulista Ulysses Guimarães, elaborou uma constituição que incluía direitos essenciais para os cidadãos brasileiros. A Carta Magna de 1988 foi elaborada em meio às lutas políticas e sociais e, do ponto de vista da institucionalidade do Estado burguês, marcou o fim da ditadura civil-militar. A imprensa teve acesso aos trabalhos e observava a participação dos movimentos sociais, dos partidos políticos e das entidades de luta de diversos setores sociais, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Moraes (2016) apura que, em 4 de outubro de 1988, o Diário de Cuiabá anunciava que a Assembleia Constituinte do Mato Grosso seria instalada no dia 6. O autor também aponta que, em 2 de outubro de 1988, o jornal “O Estado de Mato

⁶Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/articulacao-nacional-dos-movimentos-populares-e-sindicas-anampos>. Acesso em 22 out. 2022.

Grosso” mencionou confusão entre os legisladores estaduais porque não havia definição de quem seria o responsável pelo parlamento durante a criação da constituição estadual.

Em seus estudos, Saviani (2013) aponta que a Constituição Federal brasileira considera a educação um direito público e responsabilidade do governo. Portanto, o Ministério Público e outros departamentos jurídicos têm muito trabalho a fazer, pois buscam tornar a educação acessível a todos. Nesse contexto, o movimento sindical é central, porque influenciou a agenda política constituinte, no sentido de democratizar o acesso à educação e de defender a democratização da gestão educacional.

O artigo 1 do inciso I do capítulo III, título 8, declara que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. A Seção I da Constituição de 1988 tem como foco a educação, e o artigo 205 afirma que ela é um direito de todos e dever do Estado e da família. A Constituição de 1988 também declara a saúde como mais um direito social ao colocá-la no artigo 2 do inciso II do Capítulo III do Título VIII (SAVIANI, 2013).

Retomando a questão do Mato Grosso, conforme Benfica (2019), na década de 1960, foram criadas as chamadas instituições de ensino superior isoladas e, no início da década seguinte, a integração do sistema de ensino superior culminou na ubiquidade do setor público. Esse sistema já estava em funcionamento quando foi criado o Mato Grosso do Sul, por meio da Lei Complementar nº 31 e que serviu de base para a continuidade das atividades das duas unidades federativas e a expansão do sistema educacional. Com a criação do estado, a UFMS foi federalizada como Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Em dezembro de 1968, o Presidente da República, Marechal Artur Costa e Silva, editou o Decreto nº 405 pelo Decreto-Lei nº 31, de 31 de dezembro de 1968. Essa disposição se referia à Lei de Reforma Universitária e delineava a macropolítica para as universidades públicas do país. As universidades federais e as paulistas foram utilizadas como exemplos na documentação (BENFICA, 2019).

Na mesma linha, o Grupo de Trabalho de Reforma Universitária (GTRU) se mobilizou em estreita colaboração com outros comitês para estabelecer cursos que seriam considerados prioritários para o desenvolvimento social e econômico do país, incluindo as profissões da saúde, setores secundário e primário, e cursos que seriam localizados na sede da UFMS.

Na primeira metade da década de 1970, as escolas precisavam de professores que pudessem ser treinados rapidamente. A solução foi oferecer cursos de curta

duração durante o verão, o que deu início à ideia de criação do Centro Pedagógico de Rondonópolis (CPR). O prédio ainda não estava concluído e funcionou nessas condições até 1981, quando a Universidade de Formosa assumiu a instituição, devido à cisão do estado de Mato Grosso.

É nesse contexto que, no início da década de 1980, alguns fatores fizeram com que os movimentos organizados dos trabalhadores se consolidassem. O estatuto do Magistério não era regulamentado, não se realizavam concursos públicos e aumentava o número de professores interinos. No ano de 1979, um grupo de renovação se candidatou à direção da Associação Mato-Grossense de Professores Primários (AMPP). Uma chapa majoritariamente masculina e de fora do estado ganhou a eleição e liderou a primeira grande greve do magistério matogrossense, forçando o governo da época a realizar concursos (ALENCAR, 2013, p. 111).

Recorrendo às suas memórias e vivências o professor João Monlevade relata que:

Toda a rede de ensino público, até a década de 1980, carecia de gestão democrática e o autoritarismo dos governos e legisladores era tido como 'naturais', inclusive, com o argumento de que professores e funcionários da educação 'nada entendiam de gestão', nem mesmo de legislação sobre o uso dos recursos financeiros. Levamos essa discussão para a direção da AMP na disputa da Diretoria pela chapa 'Novos Rumos'. Com sua vitória, promovemos a denúncia dos desmandos centrais e locais e o preparo técnico de nossas lideranças, principalmente nos estudos de orçamentos e balanços por ocasião das greves, que começaram em 1980 (com a exigência de concurso público para professores e funcionários da educação) e se repetiam quase a todo mandato dos governadores (MONLEVADE, 2022, APÊNDICE A, p. 115).

Em 1980, realizou-se um concurso com quase quatro mil vagas. Na tentativa de sufocar esse novo movimento, alguns dirigentes sindicais foram reprimidos e exonerados, e a Associação Mato-Grossense de Professores Primários (AMPP) sofreu intervenções do governo. Porém, apesar de toda a repressão sofrida pelo autoritarismo do regime militar, no ano de 1982, os docentes fizeram outra greve que obteve alguns avanços, dentre os quais: um reajuste histórico de 102%, a realização de outro concurso e a garantia das progressões previstas no estatuto da AMPP (ALENCAR, 2013).

Com essa interseção entre o contexto da ditadura civil-militar no Mato Grosso e o movimento organizado dos trabalhadores em educação, em suas ações

associativistas e de cunho sindical, anunciamos os objetivos na próxima seção, que consistem em percorrer e constextualizar o processo histórico de consolidação do SINTEP/MT, bem como verificar a atuação das organizações associativistas que a precederam.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSOLIDAÇÃO DA SINTEP/MT

Os primórdios do movimento associativista mato-grossense se encontram amalgamados com as adversidades sociais e lutas políticas contra a ditadura civil-militar, envolvendo e somando-se aos percalços e as tentativas de organização dos trabalhadores da educação em todo o território nacional.

O estabelecimento de uma visão processual da consolidação do SINTEP/MT no remete à Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP), fundada em 1965, tal como às transformações que foram se produzindo, ao longo do tempo, em suas fileiras, na busca de um melhor e mais preciso entendimento das lutas dos trabalhadores em educação, que se envolveram e produziram suas ações.

Na seção introdutória, reconhecemos que o sindicalismo e o associativismo dos trabalhadores se mostram como uma temática de análise pouco usual nas pesquisas sobre a história da educação, e esse cenário fomenta a existência de lacunas importantes nesse campo. A partir da preocupação em traçar o percurso histórico do SINTEP/MT e da perspectiva de contribuir com a construção dos estudos envolvendo essa problemática, realizamos uma revisão bibliográfica e o levantamento da produção de trabalhos acadêmicos, preocupados em compreender e analisar essa entidade sindical.

3.1 Levantamento bibliográfico

Para a execução do mapeamento das produções correlatas da pesquisa e de acordo os interesses imediatos relacionados ao objeto e à periodização tomada por nós, primeiramente, realizamos buscas no banco de teses e dissertações do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na sequência, elas foram feitas no portal do banco de teses e dissertações da Universidade Federal do Mato Grosso.

Considerando o objeto e o tema de pesquisa, além de sua relação com a educação, utilizamos os enunciados “Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso” e “associativismo docente no Mato Grosso na ditadura militar”.

A seguir, apresentamos o resultado desse procedimento, levando em consideração a aderência dos trabalhos apresentados em relação ao presente objeto de pesquisa e à periodização. Ordenamos a apresentação dos trabalhos levantados

pelo critério do ano de defesa, em ordem decrescente.

Em sua dissertação de mestrado em educação, intitulada “O SINTEP/MT como lócus de formação dos profissionais da educação de Mato Grosso” e realizada no Instituto de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso, em 2019, Silva procurou se ancorar no campo da formação de profissionais da educação e partiu do seguinte questionamento: como as atividades desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT) têm contribuído para o processo formativo de seus filiados? O objetivo do estudo foi compreender como se desenvolve essa formação e como os filiados a percebem. O referencial teórico sobre formação fundamentou-se na perspectiva epistemológica da pedagogia crítica, tendo como principais referências os autores Paulo Freire e Henry Giroux.

O método de análise utilizado foi o Ciclo de Políticas proposto pelo sociólogo Stephen J. Ball, que recomenda a análise das políticas educacionais a partir de contextos, reconhecendo que são construídas de forma imbricada entre si. A abordagem metodológica foi qualitativa, de caráter bibliográfico, documental e, para o processo de coleta de dados, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Elas foram efetuadas em atividades do SINTEP/MT em Cuiabá/MT, ocorridas entre os meses de junho e setembro de 2018, sendo elas: o Encontro Estadual e o Conselho de Representantes. Vale ressaltar que, ao todo, participaram quinze respondentes, dentre os quais estavam professores, técnicos administrativos educacionais e de apoio administrativo.

A escolha desses sujeitos históricos relacionou-se às suas respectivas participações nas atividades dos cinco anos anteriores à realização do trabalho. Serviram de base para as análises apresentadas os cadernos de texto de sete congressos e três encontros estaduais. Como resultados, é possível destacar que a pesquisa possibilitou compreender que o SINTEP/MT tem contribuído significativamente para a formação de seus filiados, e essa formação produz efeitos em sua prática pedagógica.

Na fala dos entrevistados, com relação à relevância da participação nas atividades formativas, destacou-se que elas contribuem para a reflexão quanto à visão de mundo e a forma de inserção nele. O estudo mostrou que o SINTEP/MT não tem tratado somente das questões salariais e de carreira. Mais do que isso, tem se preocupado com uma pluralidade de temas correspondentes às temáticas diversas da educação.

Kitagawa, em 2018, apresentou a dissertação de mestrado “A terceirização de serviços na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) como expressão do projeto de desmonte do ensino superior público” ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, na UFMT. O trabalho elegeu o processo de terceirização de serviços na UFMT como objeto de investigação, com vistas a analisar seus impactos socioeconômicos no período entre 2008 e 2016. Identificou-se que, ao fim do ano de 2016, existiam vinte e três contratos vigentes entre a UFMT e prestadoras de serviços terceirizados, sendo executados por treze empresas distintas, com um total de novecentos e quinze trabalhadores prestando serviços diariamente nos cinco *campi* da instituição.

Além dos serviços continuados, que não podiam ser interrompidos sem prejuízo para a instituição, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) licitou grande variedade de outras atividades de natureza eventual e transitória durante o período pesquisado. Verificou-se que o custo financeiro desses contratos evoluiu de forma constante, impactando o orçamento da instituição. As despesas com terceirização de serviços continuados tiveram, inclusive, aumento proporcionalmente acima das despesas com pessoal efetivo no mesmo período.

Em que pese à justificativa do governo de terceirizar serviços para, pretensamente, reduzir gastos, o aumento significativo nos custos desses contratos mereceu atenção especial. Durante o período estudado, vários cargos técnicos foram extintos e substituídos por prestadores de serviços terceirizados. A extinção de cargos públicos, em uso na administração pública, favorece a ampliação da terceirização, ao mesmo tempo em que enfraquece o serviço público.

O número de técnicos administrativos em educação não acompanhou a evolução constante no número de alunos matriculados. O impacto da terceirização sobre os concursos públicos também foi verificado, uma vez que o estudo revelou que os concursos públicos para cargos técnicos realizados pela universidade não representaram ampliação de vagas; pelo contrário, trataram apenas de preenchimento de vagas oriundas de vacâncias. Neste contexto, se enfraquece a própria luta de classes dos professores e a possibilidade desses trabalhadores tomarem consciência de classe, já que eles se fragmentam.

Analisou-se que as instituições de ensino superior públicas têm sofrido com a restrição orçamentária, com severa diminuição de investimentos e custeio,

contribuindo para o sucateamento dessas instituições. Com isso, difunde-se o discurso de que as atividades pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) são dispendiosas, com pouco retorno, ainda mais quando comparadas às instituições do ensino superior privado.

A pesquisadora entende que este é o panorama que se apresenta para a universidade pública: extinção de cargos públicos, ampliação da terceirização e sucateamento. Ademais, essa parece ser a receita de um projeto deliberado de atendimento às exigências do capital, sem preocupação com as consequências sociais futuras advindas de tais medidas.

Diniz, em 2014, apresentou a dissertação “Sindicalismo, docência e formação política do professor da educação básica pública” ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), campus Rondonópolis. O estudo ressalta que, cada vez mais, as pesquisas na área da educação e formação do professor têm se preocupado em investigar, sob as mais diversas perspectivas, a formação sindical e política daqueles que exercem o ofício de ensinar.

A pesquisa teve como objetivo averiguar qual o papel do sindicato na formação política do sindicalista professor que atua na escola pública e como ele percebe seu envolvimento e compromisso junto às questões políticas que envolvem a formação. Ancoradas na abordagem qualitativa, as análises adotaram, como instrumentos de coleta de dados o levantamento bibliográfico, as observações participantes, cadernos de formação, documentos quantitativos do sindicato e entrevistas narrativas junto aos principais líderes sindicais e aos professores sindicalizados que atuam em sala de aula.

Por meio de registros de observação participante e da análise documental, a investigação apoiou-se na leitura dos registros, nos dados na legislação e na história do SINTEP/MT. As questões que fomentaram a pesquisa foram: como a formação político-sindical tem contribuído para a constituição da identidade docente do professor sindicalista na escola pública? Quais as suas influências nas práticas dos sindicalistas professores junto ao coletivo da escola? A formação político-sindical tem contribuído para a constituição da identidade docente do professor sindicalista na escola pública em Mato Grosso?

O estudioso argumenta que ficou evidente que, desde sua fundação, o SINTEP/MT se preocupou com a formação política e sindical de seus filiados. Essa

preocupação consubstanciou-se numa política de formação modelo no país, devido ao programa adotado e ao material produzido e utilizado em escala nacional, como os cadernos de formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Nesse cenário, percebeu-se, no interior do SINTEP/MT, que a participação dos sindicalistas faz a diferença, quando integrados ao ambiente da escola, pois é perceptível a atuação dos sindicalizados na luta por melhores condições de educação e intervenção em defesa da melhoria da educação pública em Mato Grosso.

Já na dissertação intitulada “A atuação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP/MT: uma análise sócio-histórica (1988-2012)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em 2013, Alencar centrou-se na análise da atuação do SINTEP/MT. Para tanto, a autora buscou compreender conceitos considerados fundamentais para subsidiar as análises, tais como Movimento Sindical, Estado e Trabalho.

A pesquisa também utilizou um amplo contexto do movimento de trabalhadores, não só no que diz respeito ao clássico sindicalismo, sua origem e tendências, mas também aos sindicatos do setor público. A história de luta dos trabalhadores do ensino público de Mato Grosso pode ser identificada, ainda na década de 1960, quando os professores do Estado se associaram com o objetivo de melhorar suas condições de trabalho e discutir políticas educacionais para Mato Grosso.

A partir de 1988, com promulgação da Constituição, os servidores públicos conquistaram o direito de sindicalizar e, a partir de então, os profissionais da educação pública de Mato Grosso, reunidos em uma associação, que já existia há mais de duas décadas, decidiram transformar-se em sindicato criando o SINTEP/MT. O recorte temporal tomado tem como início o ano da institucionalização, em 1988, e vai até o ano de 2012, que marca a última gestão elencada para as entrevistas. Reconhecer o impacto do movimento sindical dos docentes sobre as políticas educacionais, especialmente de democratização da educação e de conquistas para a categoria, é fundamental para ampliar a consciência de classe e fortalecer o futuro do movimento.

O trabalho teve suporte bibliográfico, e os documentos analisados foram as atas de Assembleias Gerais da categoria e entrevistas realizadas com dirigentes e ex-dirigentes do SINTEP/MT. A partir das estratégias mencionadas, buscou-se analisar e compreender a história de luta dos trabalhadores do ensino público de Mato Grosso,

identificando os momentos de recuos e avanços nas conquistas da categoria, além de procurar entender a atual lógica de funcionamento da entidade na conjuntura denominada por muitos teóricos de “crise do sindicalismo”.

Durante o levantamento, relacionamos e reunimos o material, levando em consideração a aderência dos trabalhos apresentados em relação à temática educacional, ao objeto de pesquisa e ao recorte de tempo adotado. Tendo isso em vista, selecionamos quatro trabalhos, todos com o SINTEP/MT como objeto de pesquisa, sendo que nenhum deles recorre à periodização que propomos. Como os trabalhos lançam mão da elaboração de um percurso histórico da consolidação dessa entidade sindical, eles contribuíram substancialmente para esta pesquisa.

3.2 Associações docentes no Mato Grosso: um percurso histórico

A busca pelas origens mais remotas do movimento associativista, que engendrou e criou condições políticas e sociais para a fundação e a consolidação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), nos remete ao ano de 1977, momento em que o estado sofreu uma divisão territorial estabelecida pelo advento da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro (ALENCAR, 2013).

Por intermédio deste instrumento legal, sancionado pelo Presidente Ernesto Geisel, originou-se o estado de Mato Grosso do Sul, em 1979, com estrutura político-administrativa própria, cujo primeiro governador, Harry Amorim Costa, foi indicado pelo presidente. De acordo com Rodrigues e Cruz (2009) essa divisão ocorreu de forma questionável, não transparente; a população não fez parte dessa decisão e muito menos foi consultada.

Os habitantes do norte não concordaram com esta medida, porque economicamente os prejudicava. Na época da divisão militar e política de Cuiabá, Filinto Müller, que era anti divisionista havia falecido (1972), situação essa que facilitou o projeto divisionista das facções dominantes. [...] a divisão foi um ato traumático para o norte e ilustra melhor o fato de ela ter sido fruto de um ato autoritário. Isto porque, obviamente, quem mais perdeu foi o norte. Mas a sua elite política, tal como a do sul, não estava preocupada com o fato de a população ser excluída desse processo (RODRIGUES; CRUZ, 2009, p. 30)

Para traçar o percurso histórico do SINTEP/MT, ressaltamos que, no ano de 1965, a maioria dos estados brasileiros já contava com associações de professores

públicos primários, e alguns com associações de professores secundários. Inclusive, alguns docentes de Mato Grosso haviam participado dos congressos que levaram à fundação da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), sem, entretanto, representar uma entidade mato-grossense formalmente organizada (SINTEP/MT, 2015).

Conforme mencionado, quanto aos funcionários públicos que atuavam em todas as esferas, eles não podiam ser sindicalizados, e a criação de associações era um recurso muito utilizado para driblar a legislação vigente. Desse modo, durante um logo período histórico, os educadores crescentemente se organizavam em associações de diferentes tipos, porém essa ação organizativa pode ser caracterizada, grosso modo, por dois os vetores distintos, quais sejam:

[...] aquele marcado pela preocupação com o significado social e político da educação, do qual decorre a busca de uma escola pública de qualidade, aberta a toda população; e outro marcado pelo aspecto econômico-corporativo, portanto de caráter reivindicativo, cuja expressão mais saliente é dada pelo fenômeno das greves que eclodiram a partir do final dos anos de 1970, repetindo-se em ritmo, frequência e duração crescentes ao longo da década de 1980 e penetrando nos anos de 1990. O primeiro vetor é representado pelas entidades de cunho acadêmico e científico, isto é, voltadas para produção, discussão e divulgação de diagnósticos, análises, críticas e formulação de propostas para a construção de uma escola pública de qualidade (SAVIANI, 2006, p. 45).

A Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) foi a primeira instituição federal de ensino do estado. Atualmente, com mais de cinco décadas de existência, é considerada um importante polo educacional não só para a capital, mas também para as demais regiões do Mato Grosso. Instituída pela Lei 5.647, de 10 de dezembro de 1970, apresenta-se como a maior instituição pública mato-grossense de ensino superior, sediada em Cuiabá. Ocupa estratégica posição geopolítica das Américas, pois está localizada no centro Geodésico da América do Sul e portal da Amazônia (BENFICA, 2019).

Foi nesse contexto que surgiu a Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP), que se transformou na Associação Mato-Grossense de Profissionais da Educação (AMPE), até a consolidação do atual Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, o SINTEP/MT. A AMPE, segundo relato do professor João Monlevade (2022):

Até hoje, tem dado exemplo de gestão democrática interna pela universalidade da sindicalização e descentralização de seus recursos financeiros, pelas decisões coletivas em instâncias centrais, regionais e locais e pela eleição democrática de suas lideranças. Tais práticas não somente alçaram suas lideranças aos níveis estaduais da Central Única dos Trabalhadores, CUT, a que é filiada e ao nível nacional da CNTE – onde seus diretores ocuparam e ocupam presidência, regionais, secretarias de políticas educacionais e outros postos que na CPB e no início da CNTE se concentravam na mão de sindicalistas de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco (APÊNDICE A, p. 116).

A Associação Mato-Grossense de Professores Primárias (AMPP) veio à luz em 29 de junho de 1965, em plena ditadura civil-militar, confrontando a conjuntura política do momento e o pleno desmonte das estruturas sindicais varguistas que se julgavam contaminadas pelas ideias e projetos comunistas. A esse respeito, a professora Ivanildes Ferreira dos Santos⁷ relata:

[...] que participou da primeira manifestação pública por reivindicação de aumento salarial. Diz que a categoria paralisou as atividades do CTM por um dia e solicitou audiência com o governador Fernando Corrêa da Costa (1961 a 1966) para exigir a equiparação aos demais funcionários públicos, que tinham mais benefícios, valorização salarial e profissional. Não achávamos justo ficarmos em segundo plano. Os demais funcionários públicos tinham salários melhores e nós educadores (as) almejávamos um aumento salarial digno. Contudo, fomos recebidos com ironia pelo governador (SINTEP/MT, 2015, p.33).

Tal manifestação serviu de estímulo para que os professores continuassem a luta pela categoria, ampliando o número de associados e estendendo os direitos a um maior contingente de profissionais. Na opinião do professor Elismar Bezerra⁸, um dos

⁷Professora aposentada e sindicalista, desde a época da Associação Mato-grossense das Professoras Primárias (AMPP), um embrião do Sindicato dos Profissionais do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT). Natural de Guiratinga-MT, é formada em Biologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e uma militante em defesa da valorização profissional da categoria. Participou de inúmeras manifestações por salários dignos e melhores condições de trabalho.

⁸Elismar Bezerra de Arruda é pedagogo e mestre em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e professor efetivo da rede pública em Mato Grosso. Foi presidente do Centro Acadêmico de Pedagogia, dirigente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e membro do Conselho Nacional dos Estudantes de Pedagogia. Trabalhou como professor-alfabetizador em projetos de Educação de Jovens e Adultos, vinculados à Igreja Católica. Como militante da Educação Popular, participou dos Fóruns Regional e Nacional de Educação Popular. Iniciou a carreira de professor na rede municipal de ensino de Cuiabá, quando atuou nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Compôs a equipe de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação, entre 1986-1987, quando foi criado e instituído o Programa de Educação de Adultos (PEA), que substituiu a antiga Comissão Municipal do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Tal condição que lhe garantiu

nossos entrevistados, esse processo de transição e ampliação não se deu de forma orgânica ou espontânea, uma vez que a própria organização e coesão política-ideológica – e mesmo a percepção de parte da categoria sobre seu papel social – não era consensual com aquilo que a vanguarda do movimento associativista vislumbrava. Nas palavras do docente.

[...] nós tivemos, inclusive, dificuldade para transformar a associação mato-grossense de professores em associação mato-grossense de profissionais da educação, porque tinham professores que não se jogavam, julgavam trabalhadores. Eles achavam que era uma categoria diferente dos demais trabalhadores e se espelhavam muito na figura do advogado. Tanto que queriam isso não era só em Mato Grosso, tinha essas manifestações de outros estados. De que ao invés da gente ter sindicato e uma Confederação nacional e a vinculação a CUT termos uma espécie de OAB, não é uma organização, é como é que é? É dos professores do Brasil, a exemplo da OAB. Quer dizer, nós conseguimos destruir isso ou pelo menos desenvolver um trabalho que mostrou que a organização e as lutas sindicais eram superiores. Essa concepção equivocada é sobre a própria categoria, sobre o próprio trabalho docente, o caráter econômico, social, da educação, etc. Então nós tínhamos isso, então essa foi uma luta para nós nos afirmarmos como trabalhadores da educação (BEZERRA, 2022, APÊNDICE B, p. 136).

Ainda com referência à década de 1970, nesse período, é elaborada a Reforma do Ensino do 1º e 2º Graus, em 11 de agosto de 1971, pela Lei 5692. Com isso, Primário e Ginásio se fundem no ensino obrigatório de oito anos, denominado 1º Grau. Não havia mais sentido em investir numa associação que se limitasse a professores da primeira à quarta série. A Associação Mato-Grossense de Professores (AMPP) se transformou em Associação Mato-Grossense de Professores (AMP), tal como em Conferência dos Professores do Brasil (CPB).

A AMP encerrou a década de 1970 se constituindo como sendo um espaço social privilegiado e combativo na luta da categoria pela sua valorização profissional, sob a presidência do professor Osvaldo Ferreira da Silva. Ele havia, inclusive, liderado a primeira greve do magistério mato-grossense, que forçou o Governador Frederico Campos a organizar um concurso público com quase quatro mil vagas, realizado em

a coordenação da Divisão de Educação de Adultos da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso (Seduc-MT) ocasião em que, dentre outros projetos, concebeu e implantou os Núcleos de Educação Permanente (NEP), objeto da pesquisa do mestrado. Militou no movimento sindical, compondo a direção da Associação Mato-grossense dos Profissionais da Educação (AMPE), como tesoureiro geral da entidade na última gestão de Antônio Carlos Rodrigues (Presidente de 1985 a 1989). Foi o primeiro presidente da instituição, enquanto Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso - Sintep/MT, eleito por dois mandatos consecutivos, de 1989 até abril de 1994, quando se afastou para ser candidato a Deputado Estadual (REVISTA DO SINTEP/MT, 2015, p. 29).

1980.

Na tentativa de sufocar o movimento e intimidar suas principais lideranças, o professor Osvaldo e a professora Maria Orly, secretária da Associação Mato-Grossense de Professores (AMP), foram exonerados, e a Associação sofreu a intervenção de uma Junta Governativa, formada por professores próximos das autoridades educacionais locais. Com todo esse cenário de instabilidade, a insegurança jurídica estabelecida na década de 1980 contribuiu para que houvesse a organização de um movimento dos professores que visavam à estabilidade em seus cargos, pois a situação retratada os deixava em condições de fragilidade laboral.

Em 1977 já existiam associações municipais de professores da rede estadual de ensino: a Associação Campo-Grandense de Professores (ACP) (1952), a Associação de Professores de Aquidauana (APA) (1963), a Associação de Professores de Corumbá (APC), a Associação Pontaporanense de Professores (APP) (1970) e a Associação Douradense de Professores (ADP) (1978), também se registra a existência da Associação Três-lagoense de Professores teve seu início, aproximadamente, em 1975 (RODRIGUES; CRUZ 2009, p. 30).

Vale salientar que, na década de 1980, houve um fortalecimento das representações políticas das organizações sindicais de diferentes categorias de trabalhadores em todo país. Ocorre que, por força da lei, os funcionários públicos estavam proibidos de constituir agremiações sindicais. No Mato Grosso não foi diferente e embora existisse um conjunto de docentes que trabalhavam nesse sentido, havia muitos obstáculos políticos dentro da categoria funcional do magistério para que as associações municipais se unissem e constituíssem um sindicato único de trabalhadores da educação:

Mas, era óbvio o fato da necessidade de englobar o movimento e organizar uma instituição sindical que representasse os professores do estado, para aunar as ações e ter maior poder, pois as associações docentes em municípios isolados careciam de força suficiente para enfrentar o embate com as autoridades do estado em defesa de seus direitos trabalhistas (RODRIGUES; CRUZ, 2009, p. 30).

Em uma publicação revista comemorativa de 50 anos do SINTEP/MT (2015), algumas reflexões são realizadas a respeito dos caminhos que a educação e o sindicalismo docente tomaram após o desmembramento do estado. A efetivação da

Associação Matogrossense de Professores (AMP) se deu em um momento de intensas atividades e divergências políticas, fazendo com que uma das características do período fosse que os conselhos diretivos se sucedessem, tomando decisões que não conflitavam com os governos estaduais (ALENCAR, 2013).

No entanto, as coisas começaram a mudar. Em 1979, um grupo de pessoas que queriam que as formas de intervenção fossem diferentes na direção da AMP se intensificou. Esse grupo, liderado pelo professor Osvaldo Ferreira da Silva, tinha, em sua maioria, homens nascidos fora do Mato Grosso e ligados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ou que se opunham de alguma forma à ideia da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Apesar disso, eles foram eleitos para a liderança da Associação Mato-Grossense de Professores (AMP), causando a greve dos professores em 1980. O governador Frederico Campos abriu um concurso público para quase quatro mil cargos após a greve e, por conseguinte, o grupo do professor Silva conseguiu chegar ao poder sindical (MONLEVADE, 2007).

Após o golpe de Estado de 1964, as primeiras eleições diretas para governador ocorreram apenas em 1982. Os sindicalistas tiveram de dialogar com o novo governador, Júlio Campos⁹, um populista de direita financiado pelo capital estrangeiro. O ano de 1982 foi marcado também por uma nova greve organizada pela Associação Mato-Grossense dos Professores (AMP), movimento que concretizou um reajuste salarial histórico de 102% nos salários e garantiu um novo concurso público, exigindo que o governo efetuassem as progressões previstas no Estatuto do Magistério.

Sobre a atuação sindical e a relação dos trabalhadores com o governo estadual, a professora Ivanildes Ferreira dos Santos conta que:

As conquistas duraram pouco [...] em maio de 1984 o vencimento-base dos professores já era menor que o salário mínimo. [...] a inércia da direção central da AMP fez com que o núcleo de Sinop decretasse greve regional e exigiu Assembleia Geral da categoria. Foi um período de intensas mobilizações com paralisação em todo o Estado. O governador Júlio Campos (1983 a 1986), por sua vez, reagiu com truculência e chegou a exonerar trinta líderes do movimento, incluindo a presidente da AMP. A categoria resistiu aos ataques do governo. [...] a maior indignação se deu, principalmente, após Júlio Campos 'dar banana' aos profissionais, num gesto de total desprezo à causa da Educação e ameaçar demissão dos grevistas, ao exibir uma caneta cheia de tinta. Após o embate, os professores saíram vitoriosos com a definição de piso salarial e aumento gradativo até janeiro de 1987. Os salários passam a ser pagos apenas em 1985, fruto de um estudo das finanças do Estado realizado em conjunto entre o Governo e Comando da Greve (SINTEP/MT,

⁹Disponível em :<https://SINTEP2.org.br/SINTEP/exibir-menu.php?menu=institucional&id=9>. Acesso em 05 dez 2022.

2015, p. 10).

A greve havia avançado em duas frentes: no âmbito econômico, com estudos das finanças do estado, realizado pelo comando de greve e a equipe do governo, o piso salarial saiu gradativamente de 1,6 para 3 salários mínimos; no âmbito político, o saldo positivo foi o da formação e adesão de novos sindicalistas e a fundação de núcleos em diversos municípios no interior do estado (MONLEVADE, 2007). Esse contexto serviu como fator determinante para que, na eleição de 1985, o grupo a vencer as eleições fosse o da chapa “Novos Rumos”. Com isso, as posições passaram a ser independentes e de oposição ao governo, bem diferentes das direções anteriores (SILVA, 2019).

Dessa mobilização, surgiu, dentro da Associação Mato-Grossense de Professores (AMP), um grupo de sindicalistas identificado com novo perfil, composto por educadores nascidos dentro e fora de Mato Grosso, com uma posição política independente e de oposição aos governos estadual, federal e às práticas associativas da maioria das direções anteriores. Esse grupo compunha os novos núcleos regionais (SINTEP/MT, 2015).

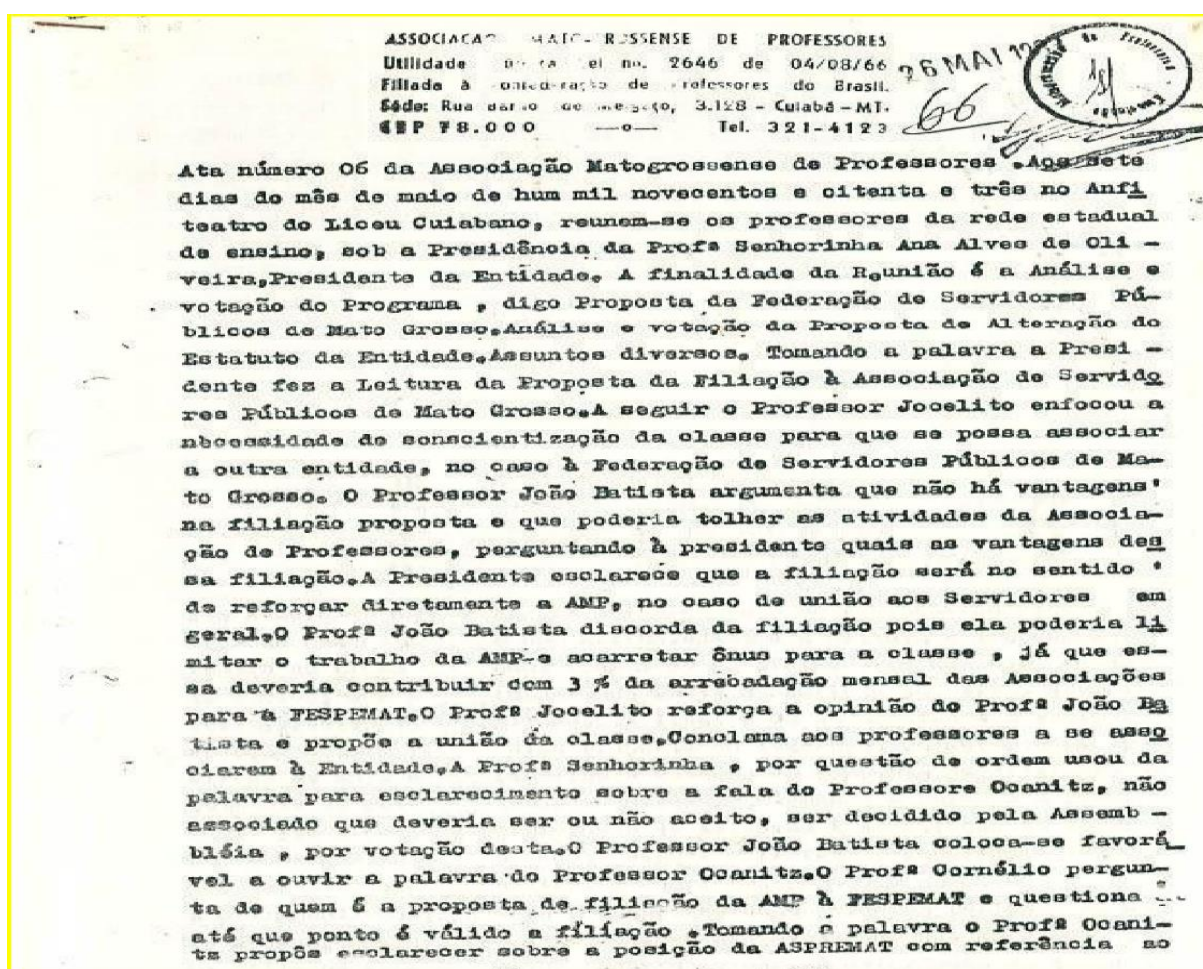
A unificação foi uma estratégia recorrente que o movimento de educadores utilizou com o intuito de fortalecer a luta dos trabalhadores em educação. De acordo com Diniz (2014, p. 64), a revista “Novos Rumos”, em sua edição nº 09, de março de 2018, alusiva aos trinta anos de unificação em Mato Grosso, contém relatos que mostram como essa ação não foi pacífica e gerou um processo de disputa dentro da organização.

O documento em questão registra, ainda, o histórico da mobilização em busca de carreira e a valorização profissional, reunindo muitos funcionários que queriam se associar ao movimento de professores. O embrião, em Mato Grosso, nasceu por uma reivindicação feita pelo município de Alta Floresta e incentivada internamente pela militância da professora Marília Solomoni¹⁰. Segundo relato de João Monlevade (2007, p. 12), a primeira votação foi feita no congresso da Associação Mato-Grossense de Professores (AMP), em 1986, quando houve uma disputa interna fomentada por professores contrários à unificação.

¹⁰Militante da AMP/MT, a professora Marília Solomoni foi quem articulou internamente a proposição de unificação. Incentivou funcionários do interior a participar do congresso seguinte, ocorrido em 1987.

A estratégia de fomentar a unificação tem raízes ainda na primeira metade dessa década. A ata 6 da Associação Mato-Grossense de professores (AMP), lavrada em 26 de maio de 1983, reproduzida a seguir, registra que os professores se reuniram para a votação de uma proposta de alteração do Estatuto da Entidade com uma proposta de se associar à Federação de Servidores Públicos de Mato Grosso (FSPMG) o que não foi conseguido nessa reunião devido a divergências políticas e de forma de condução desse processo (SILVA, 2019).

Figura 3 – Folha 1 da Ata nº 6 da Associação Mato-grossense de Professores.



Fonte: Acervo do SINTEP-MT.

Figura 4 – Folha 2 da Ata nº 6 da Associação Mato-grossense de Professores



 ração do Artigo 3º, a correção do Artigo 4º, complementar a alínea "f" do Artigo 12 e Alteração do Artigo 52 e suas alíneas. A Professora Nelma apresenta a proposta de Alteração do Artigo 7º. A Presidente propõe o regime de votação das Alterações propostas. A Assembleia aprova, por unanimidade, a alteração dos Artigos 2º, 4º, 5º, 12º, 36º, 37º, 39 e 52, com complementação no parágrafo 1º, a alteração do Artigo 37 foi aprovado por 11 votos a favor e 4 votos contrários. A seguir o Presidente abriu o debate para outras alterações no corpo do Estatuto. Ficando o assunto para ser debatido em outra oportunidade. Nada mais havendo a propor e discutir, deu-se por encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, que será assinada por mim, Ivelise Cardoso Pereira, secretária designada Ad-hoc, a Presidente da Associação e demais membros presentes.

Cuiabá, 7 de maio de 1.983


 Senhorinha Ana Alves de Oliveira
 Presidente da AMP

Cartório 1º Ofício Civil e Notas
 CERTIDÃO

Certifico que Estas xerox foram extraídas
 do nosso arquivo e protocolada sob nº
 109.646, e registrada sob nº 98.354 em
 t.d. em 26/05/83.

Em test. () da verdade
 Cuiabá, 11 de maio de 1983



Em 1985, a eleição da Associação Mato-Grossense de Professores (AMP) marcou a ascensão de um grupo de professores que defendia como plataforma: piso salarial; novo concurso público; plano de carreira; gestão democrática; ampliação do quadro associativo, integrando professores das redes estadual e municipal, e filiação dos funcionários das escolas. Contudo, neste momento ainda não ocorreram mudanças significativas para a categoria.

Apenas em 1987, durante a realização de um novo congresso da entidade, com a participação dos funcionários na condição de observadores, a proposta de inclusão na carreira foi debatida e aprovada pelos delegados que participaram do evento com direito a voto. A partir daquele momento, a Associação Mato-Grossense de Professores (AMP) passou a ser denominada Associação Mato-Grossense dos Profissionais da Educação (AMPE) e, a partir de então, passou a contar com os demais profissionais da educação.

Essas mudanças foram importantes, uma vez que o foco central que possibilitou aos professores uma mobilização política no sindicato foi a implementação de uma política de formação de lideranças, que se iniciou com o projeto Tereza Noronha, em Brasília, com o prof. Miguel Arroyo e, depois, em polos regionais organizados pelo prof. Monlevade, no caso específico de Mato Grosso (DINIZ, 2014).

Em entrevista, o professor João Monlevade declarou que também concorda que as mudanças foram importantes e destacou três avanços importantes:

‘Nacionalização’ da atuação sindical da AMP/AMPE no campo e nas posições cutistas; confirmação da presença e poder do grupo petista e pró-cut na AMPE/Sintep por longos anos, até agora; influência de esquerda nos avanços políticos e pedagógicos na história da AMPE/Sintep (MONLEVADE, 2022, APÊNDICE A , p. 122).

Também é oportuno destacar as declarações do professor João Monlevade (2022) no que diz respeito aos desafios para a consolidação da Associação Mato-Grossense dos Profissionais da Educação (AMPE), entre outras coisas, afirmando que “não foi fácil esta transformação” e ainda que os

[...] funcionários das escolas não eram só invisíveis, subordinados, sem reconhecimento de suas lideranças. Havia entre os professores a convicção de que eles e elas não eram ‘propriamente’ educadores, mas auxiliares. Tanto

que no Congresso de 1986 a mesma proposta foi derrotada por ampla maioria. Pesou na decisão não só a mobilização deles e delas, com presença significativa de trabalhadores/as da capital e do interior, com faixas dizendo ‘funcionários também são educadores’, como o clima de unificação das associações (UTE em MG, CPG em Goiás) (APÊNDICE A, p. 123).

O professor Elismar Bezerra igualmente versou sobre o assunto e destacou que os professores não se viam como trabalhadores da educação, ou seja, “eles achavam que eram uma categoria diferente dos demais trabalhadores e se espelhavam muito na figura do advogado. Tanto que queriam isso não era só em Mato Grosso, tinha essas manifestações de outros estados.” O professor complementou que “[...] ao invés da gente ter sindicato e uma Confederação nacional e a vinculação a CUT termos uma espécie de OAB, não é uma organização, é como é que é? É dos professores do Brasil, a exemplo da OAB” (BEZERRA, 2022, APÊNDICE B, p. 136).

Como visto as dificuldades e desentendimentos foram marcantes, mas parecem importante salientar que AMP/ AMPE trouxe muitas resistências, fato que gerou a organização de uma chapa chamada “Pró-fessor”, com o intuito de concorrer às eleições da entidade. Simultaneamente, houve uma ampliação do debate sobre o ser educador-trabalhador, que, por fim, determinou a transformação, dois anos depois, da CPB em CNTE (SINTEP/MT, 2015).

Na mesma época, houve a aprovação congressual de filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT), fruto de movimento interno formado por sindicalistas adeptos ao que se convencionou chamar de “novo sindicalismo” (MONLEVADE, 2007).

Durante a realização das atividades congressuais, em Cáceres, no mês de outubro de 1988, logo após a promulgação da Carta Magna do país, quando foi oficializada a filiação da AMPE à Central Única dos Trabalhadores (CUT), nasce o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP-MT), já filiado à CUT.

Com as garantias legais estabelecidas, em 15 de fevereiro de 1989, reuniu-se uma assembleia geral, convocada com a finalidade de deliberar sobre a transformação da Associação Mato-grossense de Professores (AMPE) em sindicato, sendo esse feito registrado em ata da entidade, que pode ser considerada a certidão de nascimento do Sindicato dos Trabalhadores do ensino Público do Mato Grosso [SINTEP/MT] (ALENCAR, 2013). A seguir, reproduzimos o documento, por nós localizado.

Figura 5 – Ata 1989 - parte 1 - da Assembleia de aprovação – 1º Estatuto SINTEP/MT.

Ata nº 01/89

 Assembleia Geral Extraordinária - AMPE/SINTEP
 15.02.89, 15.00 hs - Bicen Cuiabano.

Aos quinze dias do mês de fevereiro de um mil, novecentos e oitenta e nove, conforme Edital de Convocação, publicado às páginas 80 do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do dia 02 de fevereiro de 1989, na Escola Estadual Bicen Cuiabano, os quinze horas, os profissionais da Educação do Estado de Mato Grosso se reuniram em primeira convocação para deliberarem sobre os seguintes pontos de pauta: a) ratificação dos atos e estudos para deliberarem a transformação da AMPE em Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso - (SINTEP/MT) representativo da categoria; aprovação dos Estatutos Sociais; eleição para a Diretoria conforme a nova legislação Sindical; d) fixação da contribuição mensal dos associados, conforme publicação em Diário Oficial de 02/02/89. Iniciando a prof. Maria Lúcia se inscreveu para esclarecer todo o processo de encaminhamento do registro do Sindicato. SINTEP/MT. Prosseguindo o prof. Canitz propõe criação de sindicatos municipais como em Rondonópolis e outros três municípios e a AMPE fosse transformada em Federação. É feita questionamento quanto a criação de um único sindicato. O Prof. Elismar se levanta e defende a proposta de sindicato único nos Congressos da AMPE e CPB. João Batista reforça a posição defendida pelo Elismar e vê como incoerente, presidente de outra entidade vir nesta Assembleia defender os seus interesses, quando deveria

Figura 6 – Ata 1989 - parte 2 - da Assembleia de aprovação – 1º Estatuto SINTEP/MT.

181

CARTÃO 1º OFÍCIO
18A

ter feito em Congresso da Categoria, seria porque Sindicatos municipais foram criados, a revelar a vontade da categoria, que deliberou pela criação do Sindicato único ainda em outubro do ano passado. Ocanitz defendeu sua proposta de Sindicatos municipais, que nos municípios de Rondonópolis, Jaciara, Mirassol d'Oeste e Araputanga foram criados. A professora Jussa ra colocou questões de ordem a ser colocada em votação: aprofundar a discussão sobre sindicato ou ratificar os atos aprovados — durante o Congresso de Cáceres. Questão de ordem acatada pela mesa tendo em vista que procede, já que foi dedicado tempo suficiente durante o Congresso para decidirmos o Sindicato que queremos. Foi aprovado o encaminhamento de não ter defesas contra nem a favor, quanto a ratificação, visto que o plenário declarou-se esclarecido para votar. Colocada em votação pelo presidente foram aprovadas as seguintes propostas: Criação do Sindicato de base territorial estadual, conseguindo a AMPE até o reconhecimento legal do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), o Estatuto do Sindicato, a contribuição paga pelos docos mensalmente de 1% do vencimento base correspondente a seu nível na carreira de profissional da educação. A Diretoria atual da AMPE eleita em Assembleia provisória do Sindicato até a nova eleição em junho/89, preservando a data histórica de posse em 29 de Junho, aprovado o Estatuto do Sindicato. A Ratificação foi aprovada com uma

Figura 7 – Ata 1989 - parte 3 - da Assembleia de aprovação – 1º Estatuto SINTEP/MT.


 O prof. Antonio Carlos fez declara-
 ção de voto dizendo que sempre fora a
 favor da criação de Federação, respec-
 tando inclusive as realidades de cada local,
 como Rondonópolis. Eliomar usou da palavra
 esclarecendo que com a aprovação do Estatuto
 e da criação do Sindicato originada da
 transformação da AMPE continuariamos re-
 gidos pelos mesmos princípios da nossa
 Associação. Nada mais havendo a tratar o
 presidente encerrou a Assembleia e eu como
 secreta-ri a presente e a assino junto aos
 demais presentes.

Em tempo: ao fim de ler criação do Sin-
 dicato, lê-se transformação da AMPE em
 Sindicato.

Pres. Antonio Carlos
 Tesoureiro Geral Chauvin
 Sec. Maria
 Sec. Neide Bernardino dos Santos
 Sec. Luiz de Oliveira

AP Silveira
Almeida
Edson
Margarita
João
Quim
Elizabeth
Viana
Paula
Emerson
Maria

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
 TABELA - GLÓRIA ALICE FERREIRA B. VOLI
 Protocolo nº 139126
 Registro nº 124841
 Em teste
 verdade.
 Curitiba, 15 de abril de 1989
 Rua Comte. Costa 663 - Fone: 322-4009

Como já afirmamos, anteriormente, os sindicatos buscavam garantir melhores condições de vida e laborais para os professores; em 1984 e 1985, os salários dos professores das escolas públicas de Mato Grosso caíram abaixo do salário-mínimo, conforme descreve Clóvis Arantes na revista do SINTEP/MT (2015).

O núcleo Sinos (o comitê central de greve) convocou uma Assembleia Geral da AMP para tratar do assunto. Quando a Diretoria Central não agiu, os líderes das bases se uniram para formar um Comando de Greve Geral. Eles então entraram em greve e se mobilizaram fortemente em todo o estado.

O governo brasileiro usou a violência para tentar impedir a greve, demitindo trinta grevistas, incluindo a líder do SINTEP/MT, que também foi presidente da AMP. A presidente de então, Senhorinha Alves, foi imediatamente procurada por advogados do CPB, que tentaram anular suas ações (SINTEP/MT, 2015).

Com o objetivo de registrar uma importante mobilização estudantil de solidariedade ao movimento docente, a seguir, apresentamos um conjunto de fotografias, presentes no acervo do SINTEP-MT, gentilmente cedido pelo sindicato. As imagens referem-se a uma manifestação realizada em outubro de 1985, organizada pelos alunos da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em apoio à greve dos professores que lutavam contra a redução de salários, contexto citado e descrito anteriormente.

Figura 8 – Manifestação dos alunos da Universidade do Mato Grosso (UFMT) de 1985.



Fonte: Acervo do SINTEP-MT

Figura 9 – Manifestação dos alunos da Universidade do Mato Grosso (UFMT) de 1985.



Fonte: Acervo do SINTEP-MT.

Figura 10 – Manifestação dos alunos da Universidade do Mato Grosso (UFMT) de 1985.



Fonte: Acervo do SINTEP-MT

Em entrevista que nos foi concedida, o professor Elismar Bezerra (Apêndice b, p. 127) diz que o SINTEP/MT foi formado porque havia um forte movimento sindical no Brasil. A sindicalização dos trabalhadores do setor público foi um grande movimento para ajudar a quebrar a ideia de associações clientelistas, assistencialistas e de recreação que ainda reverberavam em alguns círculos, além de tentar criar uma mentalidade sindical diferenciada daquela que imperava desde os tempos de Getúlio Vargas.

Ainda, de acordo com o professor Elismar Bezerra,

[...] o sindicalismo é uma posição no Brasil há muito tempo, e essa criação sindical foi importante para ajudar a afirmar a independência entre as categorias de trabalhadores e para melhor articular a luta entre trabalhadores do setor privado e servidores públicos (BEZERRA, 2022, APÊNDICE B, p. 143).

Conforme apuramos, por meio do exame dos documentos estatutários da entidade, em 26 de junho de 1989, foram lavrados em cartório os resultados da primeira eleição da Diretoria da SINTEP/MT. O documento em questão pode ser visualizado na sequência:

Figura 11 – Estatuto SINTEP 1989 – Parte I.

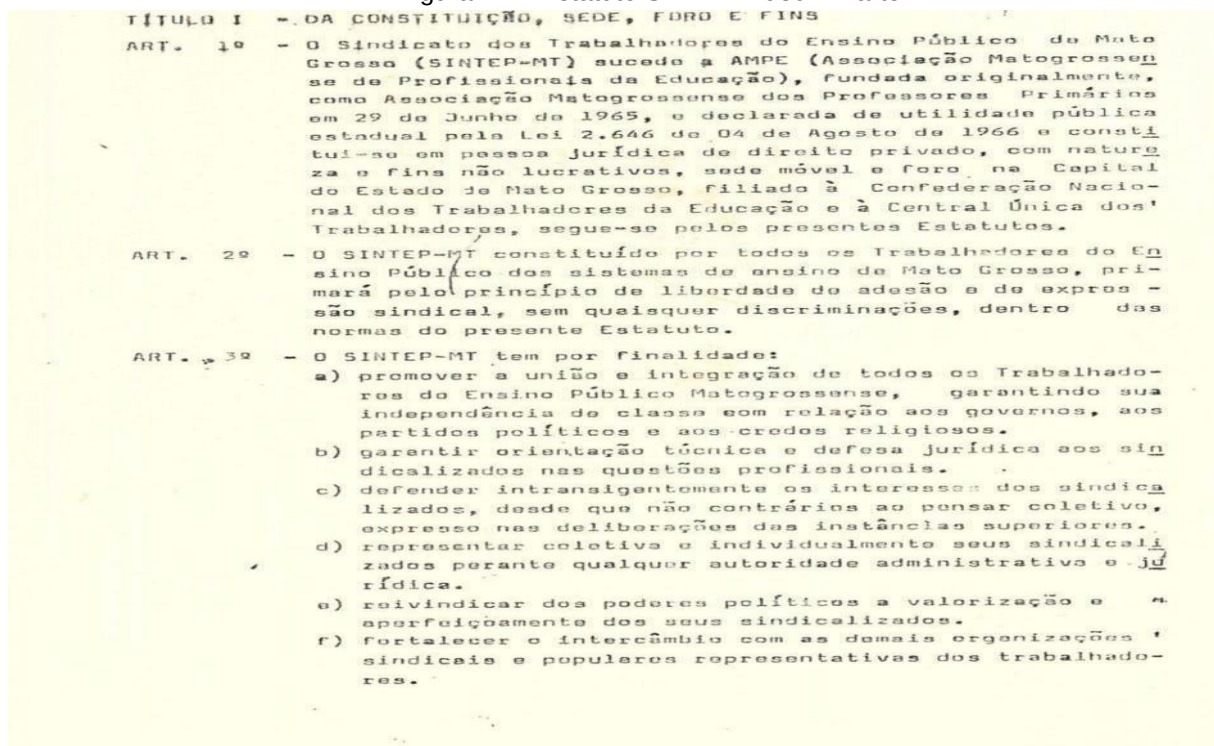


Figura 12 – Estatuto SINTEP 1989 – Parte II.

Sindicato e das Diretorias de Sub-sede:

- a) quando deixarem de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas, sem justificativa;
- b) quando deixarem de cumprir atribuições estatutárias de instâncias deliberativas, em matéria grave e porizo da Assembléia Geral;
- c) quando assumirem cargos de confiança do Governo.

Art. 46 - O mandato será declarado perdido pela Diretoria Central ou pela Diretoria da Sub-sede, e a vaga preenchida por eleição na Assembléia Geral ou Assembléia Local, respectivamente.

TÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 47 - As eleições para a primeira Diretoria do SINTEP-MT serão realizadas de acordo com este Estatuto, não que couber, e com regimento especial elaborado pela Comissão Eleitoral e ratificado pela Diretoria Central Provisória atual do SINTEP-MT.

Prof. Antônio Carlos Rodrigues
Presidente

Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de MT
Criado no V Congresso Estadual da AMPE
em 15/10/1.988.

CARTÓRIO 1º Ofício Civil e Notas
FABRIZIA - GLÓRIA
Prot. col. nº 139.483
Registro nº 125.486
Em test. () da
verdade.
Cuiabá 26 de 06 de 89
Rua Comte Costa 663 - Fone: 322-8609

Cartório 1º Ofício Civil e Notas
CERTIDÃO
Certifico que *O presente*
ache-se autêntico
a margem da SIC
998
Em test. () da verdade.
Cuiabá 26 de 06 de 89

Fonte: Acervo do SINTEP-M.

O SINTEP/MT tem uma Diretoria eleita a cada dois anos desde 1989. Um grupo de candidatos, sob a liderança e presidência do Professor Elismar Bezerra Arruda, venceu a primeira eleição, ao lado de outros companheiros que fundaram o SINTEP/MT, a partir de uma luta das associações mato-grossenses dos profissionais de educação.

Conforme aparece informado na Revista 50 anos do SINTEP/ MT, a entidade sindical é filiada à CUT desde 1987, o que depreende o alinhamento às diretrizes políticas, os princípios e as práticas da democracia sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) (SINTEP/MT, 2015).

O SINTEP/MT tem fornecido às entidades nacionais algumas das propostas mais progressistas para animar sua intervenção na realidade educacional brasileira. A professora Maria Luiza Zanirato foi diretora do Departamento de Especialistas do CNTE, de 1994 a 1996, e secretária adjunta de Políticas Educacionais na gestão de 2015 a 2016. Já o professor João Monlevade foi Diretor do CNTE entre os anos de 1994 a 1998, por dois mandatos. Ambos foram formados e estão entre os muitos quadros fornecidos pelo sindicato.

A AMP e o SINTEP/MT se somaram às entidades espalhadas por todo território nacional e contribuíram com algumas das conquistas mais importantes para a educação pública brasileira, incluindo bandeiras mais amplas às reivindicações pela melhoria da gestão das escolas, com eleição de diretores e conselhos, e horas-atividade, utilizando 50% do dia para planejamento pessoal e de equipe e avaliação, bem como a educação continuada.

Diferentemente dos momentos iniciais da retomada do ciclo de greves, a partir de 1978, a segunda metade da década de 1980 viria consolidar uma nova situação, marcada pela ocorrência da unificação da categoria profissional dos professores do ensino básico em grandes jornadas nacionais, unificando pautas econômicas e políticas antes dispersas na ação regionalizada que marcou a ação reivindicatória a categoria (...). À pauta tradicionalmente econômica, assistencial e corporativa do segmento dos professores, incorporaram-se, ao longo dos anos, reivindicações relativas às políticas educacionais que afetam a todo o povo, em particular suas camadas mais pobres, destacando-se os professores como porta-vozes em defesa da educação pública (...). A emergência de um sindicalismo baseado na participação mais ampla das bases dos trabalhadores, as greves com grandes assembleias, a criação dos comandos de greve e outras novidades, acabaram por questionar, não só a ação política da CPB, que passou a assumir um papel reivindicatório mais ativo e de apoio às mobilizações docentes, mas também o modelo sindical de cúpula e centralizado da

Confederação (PEREIRA FILHO, 2019, pp. 116-17).

Vale lembrar que, a partir de 2009, por meio da Lei 11.738/2008, os professores da rede pública do Mato Grosso têm um piso salarial atrelado ao salário-mínimo para os educadores que atuam em suas escolas.

Em relação ao profissional da educação, a definição do SINTEP/MT conclui que essa é uma profissão, uma ocupação especializada, administrada por um profissional. O Programa de Profissionalização do Empregado oferece cursos técnicos de nível médio, transformando os trabalhadores em educadores profissionais.

O Regime de Trabalho em Tempo Integral determina que os profissionais devam trabalhar 40 horas por semana. Retratando esses aspectos, em Curitiba, a convite dos diretores da Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação (AMP), o professor João Monlevade (2022) participou pela primeira vez desse evento em 1981. Durante a sua intervenção, a trajetória dos professores da educação básica, da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio foi muito destacada na luta política do SINTEP-MT, ao lado da questão de quão importante são as greves no movimento sindical, e como os professores deveriam ganhar mais.

Outro destaque importante da sua intervenção foi a democratização da gestão da educação pública em Mato Grosso, que, mais tarde, se tornou uma bandeira da Conferência dos Professores do Brasil (CPB) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Isso pode ser encontrado no artigo 206 da Constituição, referente à educação pública.

Refletindo ainda sobre a importância do SINTEP/MT no cenário nacional, João Monlevade (2022), em entrevista a nós concedida, salienta que tem uma lembrança singela dessa questão. Entretanto, destaca que, na época, havia certa unidade política entre os quadros dirigentes da entidade: “a maioria eram petistas na direção da AMP, depois que vencemos as eleições com a Chapa Novas Rumos”.

O professor Carlos Augusto Abicalil (2022) nos rememorou alguns traços da trajetória política e administrativa de Jayme Campos, pontuando que sua gestão precisou ser reformulada. Nas palavras do nosso entrevistado, a posse de Campos interditou o processo de democratização e de conquistas docentes que vinha se desenvolvendo no Mato Grosso:

Eu sou da primeira geração de diretores eleitos. Eu participei das 2 primeiras

eleições e na terceira, quase fui preso. Tive ordem de prisão porque fizemos a revelia da orientação do governo (ABICALIL 2022, APÊNDICE C, p. 161).

Para situar como os assuntos foram diversos e os entrevistados falaram de muitos temas políticos educacionais, Elismar Bezerra (2022) disse que os professores lutaram contra o governo Collor, continuando a batalha de tentar esclarecer o que era aquela gestão, pedindo reivindicações.

Durante o mandato de Jayme Campos, fizeram greves, sempre tentando mostrar que o governo Collor era um prolongamento de seu mandato, e que havia necessidade de organização. Isso incluiu a consideração de quem seria eleito para o cargo, vinculando os candidatos à sindicalização.

O grupo enfrentou Collor formando um fórum sindical, composto por entidades do servidor público. Houve uma greve no Mato Grosso. O SINTEP foi responsável por liderá-la devido ao seu tamanho e presença em muitas das cidades do estado. O governo de Carlos Bezerra, Jayme Campos e o próprio Fernando Collor enfrentaram uma oposição muito forte em virtude da unificação dos servidores. A unificação reuniu todos os servidores públicos e todas as entidades relacionadas em uma assembleia. Essas lutas, greves e unificações tornaram o negócio muito sólido (Apêndice b, p. 128).

No que se refere à adesão do SINTEP/MT ao movimento nacional liderado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o professor Elismar Bezerra (2022) relata que educadores batalharam pela conscientização da categoria sobre os malefícios que representava o governo Collor e encaminharam reivindicações de valorização da profissão docente e de mais recursos para a educação do país.

Nas atas de reuniões e nos documentos impressos do SINTEP/MT que localizamos, é possível verificar que, durante a presidência de Carlos Abicalil (1996), houve discussões democráticas sobre importantes demandas mais amplas que envolveram a participação dos trabalhadores da educação, como a Conferência Estadual de Educação, bem como audiências públicas nas Câmaras Municipais e na Assembleia Legislativa do Estado.

Em uma perspectiva da história sindical, para citar o exemplo da complexidade da história narrada, das discussões aludidas anteriormente, surgiu a proposta do SINTEP/MT para o Sistema Único de Educação Pública Básica (SUBEB), que

prevaleceu após uma notável disputa entre linhas de ideologias políticas opostas, que defendiam a divisão do sistema de ensino por meio do Sistema Único Descentralizado de Educação Básica (SUDEB). A iniciativa contou com o apoio do governador Dante de Oliveira e do secretário estadual de Educação, na época, Carlos Alberto R. Maldonado (SINTEP/MT).

Nas palavras de Abicalil (2022), no período do governo de Júlio Campos, estabeleceu-se uma intervenção bastante vertical na Associação dos Professores, fato que ocasionou muitas ferramentas de luta. Realizou-se, inclusive, uma ocupação da Assembleia Legislativa e da Secretaria de Estado de Educação. Houve pessoas que chegaram a fazer greve de fome.

Atualmente, conforme registrado em seu sítio na internet, o SINTEP/MT conta com aproximadamente quinze mil associados, distribuídos em cento e trinta e nove sub-sedes municipais, organizadas em quinze polos regionais sindicais. A maior parte das filiações advém de professores da rede estadual, mas o maior crescimento se dá exatamente entre os funcionários das duas redes e os professores das redes municipais. Contando com perto de 50% de sua base sindicalizada, o SINTEP/MT se constitui no maior e mais influente sindicato do estado. Filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), representa todos os profissionais da educação básica pública em âmbito estadual e municipal¹¹.

¹¹Disponível em <https://SINTEP2.org.br/SINTEP/exibir-menu.php?menu=institucional&id=5>. Acesso em 09 out. 2021.

4 SINTEP/MT: DÉCADAS DE LUTAS E CONQUISTAS

A história do SINTEP/MT é a soma de tantas outras histórias. Permeadas pela dedicação de homens e mulheres que se dispuseram a seguir lutando, enfrentando as adversidades geográficas, políticas, sociais e culturais. É lugar daqueles e daquelas que já viviam em Mato Grosso, mas também dos/as que escolheram o Estado para viver e construir uma sociedade melhor. O espaço do SINTEP/MT foi, é e continua sendo o da construção do devir, do inédito-viável, da convicção de que vale a pena lutar, quando a causa é coletiva. A luta tem sido condição de superação e de convicção pessoal para se construir história. Enfrentar os interesses capitalistas, os projetos de grupos dominadores e de governantes submetidos a esses interesses, é desafio de cada dia. Por isso, é salutar conhecer a história do SINTEP/MT através das lutas e das vidas das pessoas que protagonizaram esses fatos. Assim, quantos livros estão por escrever, quantas histórias estão por contar, quantos nomes estão por lembrar. O importante é que o nosso esforço dê conta de informar às próximas gerações a necessidade de inserção na luta coletiva para assegurar direitos como protagonistas da história. História que demonstra a dor e a delícia de viver o que já foi vivido. História que se apresenta como realização pessoal e coletiva até mesmo nos fracassos, recuos necessários para avanços maiores na conquista de direitos (REVISTA DO SINTEP/MT, 2015)

A finalidade desta seção é a de realizar um panorama das conquistas históricas do SINTEP/MT ao longo do decênio que propusemos como recorte temporal. Com esse intuito, a proposta é a de elencar tais conquistas, bem como o consequente cenário de desafios frente aos embates que os trabalhadores vivenciam quando se posicionam e partem para a movimentação com caráter reivindicativo. Para isso, destacamos trechos dos depoimentos que tomamos junto a alguns dos professores que participaram ativamente do processo histórico que constituiu o SINTEP/MT no quadrante de tempo analisado.

Se, por um lado, as relações e as percepções humanas são subjetivas, razão pela qual os diferentes indivíduos podem ter interpretações diversas de fenômenos específicos (THOMPSON, 1992, p. 197), motivo pelo qual a história oral possibilita averiguar relatos de experiências históricas por ângulos singulares; por outro lado, também, optamos por consultar a Revista do SINTEP/MT, publicação mensal da entidade realizada no ano de 2015, comemorativa às suas cinco décadas de atividades e procura apresentar uma visão coletiva dos precessos históricos engendrados no transcurso de sua atuação política e social.

Os sujeitos históricos por nós entrevistados têm participação destacada na referida publicação, sendo: Elismar Bezerra com o texto *A construção de um novo sindicalismo* que, junto a outros personagens elencados pela publicação (e seus

respectivos textos) compõem a seção 1. Histórico da Organização Política do Sintep/MT (AMPP–AMP–AMPE–Sintep); Carlos Augusto Abicalil, escrevendo a seção 2. Sintep/MT memória viva da luta de sucessivas gerações de trabalhadores e trabalhadoras da educação; e João Monlevade, que na seção de número 6 apresenta o depoimento Vida e História no Movimento Sindical.

A opção por consultar a publicação decorre de a possibilidade analisar o depoimento dos entrevistados em relação a alguns aspectos abordados, tanto pelo roteiro de entrevista, quanto naquilo que se apresenta na edição comemorativa da Revista do SINTEP/MT, embora o objetivo aqui não seja estabelecer comparações nem quaisquer análises das possíveis divergências entre as informações localizadas no bojo destas fontes documentais.

Imbuídos dessas mesmas preocupações, o professor Carlos Bauer (2011, p. 86) observou que o resgate da memória é importante para a formação das gerações em seu contexto concreto, uma vez que a memória possibilita o acesso às realidades passadas para projetar, interpretar e compreender o futuro. Nesse sentido, os conhecimentos acerca das conjunturas históricas são essenciais para que sejam compreendidos, reconhecidos e desconstruídos contextos e discursos relacionados a atrocidades cometidas. Que esses contextos e discursos sejam pensados de maneira crítica e questionadora de suas consequências sociais.

Conforme os apontamentos de Thompson (1992, p. 44), alguns dos pressupostos da História Oral configuram pontos convergentes com o presente trabalho, dado a opção que fazemos de explorar fatos históricos a partir de relatos dos entrevistados, uma vez que essa abordagem metodológica, entre outras possibilidades,

[...] lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos [...] e oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história.

Dessa forma, por intermédio das entrevistas realizadas, com os três professores que se envolveram, diretamente, com as práticas sindicais por nós estudadas, buscaram evidenciar a percepção destes sujeitos históricos sobre as conquistas do SINTEP-MT entre os anos de 1979 e 1989.

Ao recorrermos às memórias dos professores utilizadas aqui como fontes primárias, lembrando-nos, ainda, daquilo que Thompson (1992, p.197) afirma:

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta.

Realizamos considerações com a intenção de enriquecer o acervo documental sobre o tema, propiciando a criação de condições para que outros pesquisadores possam, em diferentes dimensões, explorar novas perspectivas, coletar e organizar informações para a construção de estudos posteriores.

Considerando o período contemplado, é importante ressaltar as formas como as marcas da ditadura militar impactaram o desenvolvimento educacional e econômico do país. Nesse sentido, ao tratar das conquistas alcançadas pelo Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público do Mato Grosso (SINTEP-MT), é possível evidenciar os inúmeros desafios enfrentados pela classe trabalhadora e, principalmente, pelos professores que se engajaram na luta associativista e sindical, que em muitos casos sofreram com a opressão e a com perseguição.

Este é o caso do professor Oswaldo Ferreira¹², que esteve à frente da presidência da Associação Mato-Grossense dos Professores (AMP) na gestão 1979-1981, período em que foi deflagrada a primeira greve do magistério mato-grossense, no ano de 1979 e, entre as ações de repressão do governo estadual, ocorreu a exoneração do presidente da associação e de sua primeira secretária, a professora Maria Orly¹³. Quanto às conquistas e à importância do movimento associativista-

¹²Com Licenciatura Plena, habilitação em matemática e física, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Dracena-SP (FAFID), o professor Oswaldo Ferreira da Silva conta que começou a lecionar, aos 27 anos, como professor interino na Escola Rainha dos Apóstolos, na cidade de Fátima do Sul (MS). Chegou em Cuiabá em 1977, onde iniciou suas atividades docentes na Escola Estadual Presidente Médici, naquele mesmo ano.

¹³Maria Orly iniciou sua carreira como professora normalista no município de Cáceres, em 1963. Conta que queria 'ser professora formada' e, por isso, mudou para Cuiabá com a 'cara e a coragem' para fazer faculdade. Na Capital, lecionou na Escola Estadual Presidente Médici e, em contato com

sindical dos trabalhadores em educação, em depoimento à Revista do SINTEP/MT, o professor Oswaldo Ferreira da Silva expõe que:

[...] o período da sua gestão e os seguintes exigiram muitos enfrentamentos ao governo e várias greves e por isso os professores conseguiram avançar para muitas conquistas. 'Foi aprovado o Estatuto do magistério, realizado o primeiro concurso público na educação e houve ganho no salário dos professores, em até 102% de reajuste'. Muitas frentes de luta do contexto nacional foram encampadas, na época, pela [Associação Mato-Grossense de Professores] AMP. 'Participamos em Brasília da luta, quando conquistamos a aposentadoria aos 25 anos de serviço' [...] A greve de 1979 mobilizou a categoria que paralisou as atividades nas escolas e fez o governador Frederico Campos realizar, no ano seguinte, o primeiro concurso público para o preenchimento de quatro mil vagas no magistério em Mato Grosso. Outro benefício conquistado com a greve foi a aprovação do primeiro Estatuto do Magistério em Mato Grosso. A conquista veio para definir em lei as linhas básicas dos direitos dos professores. A greve de 1979 veio para fazer a diferença na garantia por melhoria salarial dos professores [...] Motivados por conta dos baixos salários, a categoria fez uma assembleia, aprovou as reivindicações que foram levadas ao governo. 'Queríamos reajuste da defasagem e o Governador quis dar apenas um abono. Não aceitamos e exigimos reajuste salarial. Sabíamos que o abono podia ser retirado a qualquer momento dos nossos salários, por isso radicalizamos e paramos as escolas. Depois de uma semana parados, o governo chamou para negociar o reajuste'. Lembra que, em 1982, por conta da inflação do governo militar que ultrapassava 100%, ao ano, a categoria já acumulava perdas irreparáveis nos salários. 'Fizemos assembleia e reivindicamos 200% de reajuste. Frederico Campos não quis nos atender e tentou convencer a opinião pública que 200% era abusivo' registra Oswaldo. Para dialogar com a sociedade 'fizemos um quadro de orçamento doméstico com o básico para uma pessoa sobreviver e demonstramos que as perdas eram maiores do que o valor reivindicado'. Realizamos greve de 30 dias e conquistamos o reajuste salarial de 102% [...]. (REVISTA DO SINTEP/MT, 2015, p. 20.)

No relato do professor Oswaldo destaca-se algumas conquistas, entre elas a democratização da participação dos professores nos rumos educacionais do estado, o exercício de greve, a realização do primeiro concurso público para o magistério, a aprovação do estatuto do magistério e os ganhos salariais.

Nessa mesma edição da revista, o professor João Monlevade conta que:

Em 1981, depois de efetivado pelo Concurso Público, o Presidente da [Associação Mato-Grossense de Professores] AMP à época, Prof. Oswaldo

milитantes sindicais, filiou-se à Associação Mato-Grossense de Professores (AMP). Relata que integrou à AMP e fez parte da diretoria na Gestão do Professor Oswaldo Ferreira da Silva (1979 a 1982) com a chapa 'União e Força', como secretária Geral. Conta que assim que ganharam a eleição, adquiriu 500 cópias do Estatuto do Magistério e, com os documentos em mãos, viajou para o interior. Em cada cidade que ia, reunia com os professores, mostrava os direitos e deveres da categoria e entregava os estatutos para cada uma das escolas da rede municipal e estadual. 'Assim atuamos na luta por nossos direitos enquanto trabalhadores (as) da educação e ampliamos o quadro de associados (as)'. (REVISTA DO SINTEP/MT, 2015)

Sobrinho e a Secretária Geral Maria Orly apareceram em Acorizal para, expressamente, pedir sua filiação à entidade e apoio às mobilizações, o que ele fez, passando a frequentar assembleias e mobilizações em Cuiabá. (REVISTA DO SINTEP/MT, 2015, p. 74).

Na entrevista que tomamos junto ao professor João Monlevade (nascido no Estado de São Paulo, no ano de 1942), afirma que, desde os anos em que frequentou o Colégio Estadual Culto à Ciência, no ginásio, desenvolveu interesse pelas questões relacionadas às políticas públicas, uma vez que desde jovem já reconhecia a importância das questões sociais. A partir desse período, iniciou sua trajetória como militante, fazendo com que fosse levado, posteriormente, aos entendimentos relativos à ditadura militar e ao reconhecimento das suas implicações sob uma perspectiva crítica e progressista:

[...] Meu interesse pelas políticas públicas nasceu aí, quando me filiei à JEC, Juventude Estudantil Católica, nela militando por quatro anos. Tendo decidido ser sacerdote jesuíta (por influência da figura heróica de José de Anchieta), mudei-me para o Rio de Janeiro em 1958 e em 1959 para São Paulo, onde concluí o Curso Clássico no Colégio São Luiz, ingressando na Companhia de Jesus em 1961, no Noviciado de Itaici (MONLEVADE, 2022, APÊNDICE A, p. 106).

Em razão disso, Monlevade passou a adotar uma postura questionadora frente às desigualdades sociais e econômicas, por meio da percepção de que essas conjunturas se associam diretamente às questões políticas, filosóficas e educacionais de uma forma complementar. Isso se justifica na medida em que, segundo o professor, por intermédio dos conhecimentos e das experiências adquiridas à época, ele observou que o sistema capitalista é conduzido a partir da divisão entre as classes dominantes e dominadas, prescindindo de valores democráticos e socialmente justos para que possa manter-se em vigência.

O professor João Monlevade (2022) disserta que a sua filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT) constitui-se em umas das formas a partir das quais considerou possível integrar a política de uma forma revolucionária, dada urgente necessidade de buscar um sistema direcionado ao socialismo, à autonomia e à democracia.

Experimentando uma ativa participação política partidária, sendo chamado a candidatar-se a governador, a deputado federal e a deputado estadual, mesmo sem que fosse eleito, passou a trabalhar em prol de uma política pública mais justa, em que pudesse formular mudanças capazes de favorecer a classe trabalhadora e

incentivar a criticidade para que se produzissem questionamentos à exploração capitalista e as desigualdades sociais.

[...] Com essas ideias, me mudei para Arenápolis, MT, onde fiz, no início, uma experiência de “desenvolvimento de comunidade” e, depois, um mergulho em políticas educacionais revolucionárias. Até hoje tento equilibrar minha vida de “chefe de família” e de político militante no Partido dos Trabalhadores, apoiado por um privilegiado “sucesso profissional”, que me levou a ser por 30 anos professor da rede pública da educação básica e docente da Universidade Federal de Mato Grosso. De outro lado, dispus-me à construção do PT em MT, por meio de candidaturas “mal sucedidas” a governador, deputado estadual e deputado federal, enquanto me envolvi na direção da AMP/AMPE/SINTEP de 1984 a 1988 e da CPB/CNTE de 1987 a 1993. Escrevo “mal sucedidas” entre aspas, porque não só me serviram de lições da prática política, mas porque me prepararam para o trabalho a que me dediquei dali por diante: estudioso, formulador e defensor de mudanças significativas nas políticas educacionais (MONLEVADE, 2022, APÊNDICE A, p. 106).

O professor Carlos Augusto Abicalil (2022) afirma que participou de diversos movimentos que tinham como objetivo a reivindicação de direitos sociais e educacionais, na medida em que também faz parte da sua linha de pensamento que tais articulações sejam fundamentais à luta dos trabalhadores. Abicalil fez parte de diversos projetos que, durante os abjetos anos de ditadura, buscavam proporcionar assistência aos mais vulneráveis, entre os quais mencionou uma organização que almejava suprir as necessidades básicas de um grupo de desabrigados em razão de chuvas e enchentes que fizeram com que diversas pessoas perdessem suas casas.

A luta contra a ditadura estava envolvida nesse movimento. Quando eu mencionei o evento das enchentes, né? Em 78/79, lá na prefeitura, no município de Nova Friburgo, nosso engajamento todo foi com a população da periferia profundamente desabrigada, abandonada numa construção inacabada gigantesca. Mais de 700 pessoas aglomeradas e ali nós começamos também um debate em torno de organização de base. As associações de moradores eram nascentes naquele período. Naquele caso, com desabrigados e desabrigadas que eram de quatro bairros diferentes que foram aglomeradas no mesmo ponto (ABICALIL, 2022, APÊNDICE C, p. 150).

Abicalil assevera que, à época, a organização de movimentos direcionados à reivindicação de direitos e liberdade era fundamental, haja vista a importância das massas trabalhadoras na mobilização pela melhoria das condições de trabalho, inclusive, em âmbito educacional. Houve diversos protestos, entre os quais também participavam jovens estudantes, e que foram primordiais nas conquistas relacionadas à educação, compreendendo que o período ditatorial não poderia ter sido superado sem a contribuição da resistência, por parte dos trabalhadores em educação, à opressão e às perseguições.

Nas palavras do professor Carlos Augusto Abicalil, podemos depreender, ainda, que uma das conquistas oriundas dos movimentos dos trabalhadores foi a tomada de consciência de que, além das pautas reivindicatórias que tratassem das melhorias salariais e nas condições objetivas de trabalho, era preciso que a organização associativista e sindical se empenhassem em influenciar e discutir as políticas públicas educacionais e, de uma forma mais ampla, na própria política nacional.

O chamado processo de transição democrática, ocorrido no Brasil, foi marcado por intensos embates entre propostas para os diversos setores e, a área educacional não ficou de fora nem alheia a essas disputas, no caso da participação do SINTEP/MT, o professor Abicalil entende que:

O combate ao projeto neoliberal foi de fundamental importância na busca da superação da crise econômica e social instalada pelos sucessivos governos brasileiros no período da chamada transição democrática. Houve um grande esforço e muita capacidade política e organizativa dos trabalhadores em promover amplas e massivas mobilizações para assegurar a conquista e a manutenção dos direitos sociais no plano da luta imediata e reativa, mas, também, de procurar intervir, do ponto de vista estratégico, nos assuntos políticos nacionais. O estímulo à mobilização popular era entendido como vital para melhorar as condições de vida da ampla maioria da população trabalhadora e para a formulação de uma alternativa classista de transformação da sociedade brasileira (ABICALIL, 2022, APÊNDICE C, p. 154).

As narrativas dos professores entrevistados explicitam o importante papel das conquistas consolidadas pelo SINTEP-MT entre os anos de 1979 a 1989.

Antes de se constituir no SINTEP/MT, essa entidade mato-grossense experimentou uma fase embrionária e era chamada de Associação Mato-grossense de Professores (AMP). João Monlevade relatou que seu envolvimento no movimento organizado dos trabalhadores deu-se nessa mesma época. O professor explica que não percebeu os problemas educacionais logo que chegou ao movimento, uma vez que, durante a sua atuação como docente provisório na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), não percebeu rapidamente o quanto os professores eram desvalorizados em sua atuação no mercado de trabalho:

Realmente, minha primeira participação no movimento de educadores, embora episódica, foi neste Congresso em Curitiba, a convite de diretoras da

AMP. Naquele ano ainda não sentia os efeitos da desvalorização dos professores, mesmo porque já era, além de professor em Arenápolis, docente temporário na UFMT, tendo, pois, um rendimento mais que suficiente. Não sofria na pele as agruras da categoria (MONLEVADE, 2022, APÊNDICE A, p. 113).

Embora o recorte temporal da presente pesquisa tenha sido estabelecido entre os anos de 1979 a 1989, nos parece importante mencionar que a história do SINTEP-MT foi iniciada em 1965, quando um grupo de professoras que atuavam no chamado ensino primário criaram a Associação Mato-grossense de Professores (AMP):

O SINTEP/MT nasceu em 1965 com um grupo de professoras primárias, como Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP). Ao longo dos anos sua denominação foi sofrendo mudanças, em 1970 a AMPP passou a ser Associação Mato-grossense de Professores (AMP), tal mudança ocorre devido mudanças na legislação educacional em curso, com a reforma do Ensino do 1º e 2º graus, primário e ginásio se fundem no ensino obrigatório de oito anos, denominado de 1º Grau. Nesse período, não havia mais sentido investir numa Associação que se limitasse a professores das séries iniciais. A AMPP se transformou em AMP, essa mudança permitiu um fortalecimento da associação com aumento do número de associados e ainda agregou diversos professores com formação universitária, que pelo acúmulo teórico contribuíram para uma nova formatação na direção da associação (SILVA, 2019, p. 54).

Em relação às percepções sobre a atuação da Associação Mato-Grossense de Professores (AMP) e a organização do movimento associativista dos trabalhadores, João Monlevade fez o seguinte depoimento:

Até 1981, além da participação em movimento estudantil no Rio de Janeiro (1968 e 1971), a sua presença em movimento sindical era esporádica, mesmo porque, em Mato Grosso, a Associação Mato-grossense dos Professores (AMP, de 1965 a 1972 AMPP – dos “Professores Primários”) tinha pouca expressão e se circunscrevia a Cuiabá, Campo Grande e outras cidades médias e era ausente e desconhecida em Arenápolis. Sua participação efetiva só aconteceu num Congresso da CPB, em Curitiba, a pedido das diretoras da AMP, que reconheciam seu conhecimento e envolvimento com a Reforma de Ensino da Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971. (REVISTA DO SINTEP/MT, 2015, p. 74).

A Associação Mato-Grossense de Professores (AMP), até o ano de 1979, passou por diversas mudanças em sua direção e no ordenamento político das suas atividades, houve equipes que passaram pelo comando da instituição sem que existisse disposição para o enfrentamento dos governos totalitários à época. Isso fez com que as evoluções, nesse ano, caminhassem mais lentamente, uma vez que a

ausência de movimentos destinados ao combate do extremismo e do totalitarismo dificultou a reivindicação de direitos educacionais (SILVA, 2019, p. 54).

Nesse mesmo ano de 1979 assumiu a presidência da associação o professor Osvaldo Ferreira da Silva, que liderou o movimento de um grupo de associados dispostos a reivindicar direitos sociais e educacionais que deveriam promover mudanças também no âmbito escolar. Por meio de tais articulações, um dos principais pontos questionados pelos grevistas era a qualidade do sistema de ensino que prescindia de profissionais qualificados para a condução do ensino e aprendizagem da forma adequada.

Os problemas que mais causavam impactos negativos com relação ao sistema educacional faziam referência à ausência da realização de concursos públicos para a seleção de professores, fazendo com que fossem contratados funcionários interinos para cobrir a demanda necessária. Esse fato demonstrava a urgente necessidade de regulamentação do Estatuto do Magistério, o qual, conforme afirma o professor Monlevade (REVISTA SINTEP/MT, 2015), configura, em grande parte, uma conquista da greve de 1979.

Em razão disso, foi organizada a primeira greve do Magistério Mato-grossense, que resultou que o governador do Estado providenciasse o concurso público inerente à seleção de quase quatro mil novos professores. A partir de então, a articulação da greve e o sucesso quanto à reivindicação de novas vagas fez com que o movimento ganhasse força, na medida em que atraiu a atenção de muitas pessoas que se dispuseram a integrar na luta por meio da filiação à Associação (REVISTA DO SINTEP-MT, 2015).

No entanto, tal conquista não foi facilitada pelo governo, que exonerou o então presidente da associação docente, o professor Osvaldo Ferreira da Silva e a primeira secretária, a professora Maria Orly. O afastamento configurou uma tentativa para que as reivindicações fossem enfraquecidas, lembrando que, no mais das vezes, os governos autoritários tendem a negligenciar a educação crítica como uma tentativa de retirar a capacidade da sociedade de questionar, reivindicar e perceber as formas como as classes dominantes agem sobre as classes dominadas.

Todavia, segundo Silva os movimentos seguiram reclamando por melhores condições para o sistema de ensino, além de novas contratações de profissionais da educação:

Em 1982 a categoria organizada pressionou a direção da AMP para uma nova greve, a direção mesmo que a reboque teve que encaminhar a greve, registra-se que nesse momento houve um grande avanço com reajuste de 102% e recomposição de perdas salariais de 90% do ano anterior. A greve cobrava também concurso público, que foi realizado e as progressões da carreira foram efetivadas, momento que acalmou, até certo ponto, a categoria. O início da década de 1980 foi marcado por fortes tensões políticas no Brasil, marcado por grande recessão econômica, que gerou uma inflação crescente a cada ano. Nesse contexto, os movimentos sociais cresciam e buscavam organização para fazer o enfrentamento dos governos. Em 1984 os professores da rede estadual de Mato Grosso passaram a receber menos de um salário-mínimo. A AMP ainda estava sob a direção da professora Senhorinha, o núcleo de Sinop declarou greve regional e forçou a direção da AMP a uma assembleia geral, pois a direção central estava desmobilizada (SILVA, 2019, p.54-55)

À época, houve uma mobilização em todo o estado do Mato Grosso, foram organizadas diversas articulações em prol de manifestações direcionadas aos direitos educacionais e às melhores condições para os sistemas de ensino e aprendizagem. Como essa greve ganhou força e começou a tomar espaço na esfera social, o governo providenciou tentativas de contenção violentas, a partir de ações repressivas contra os grupos sociais que participavam das manifestações (SILVA, 2019, p. 55).

Além de promover agressões como forma de controle do movimento, também houve a exoneração de cerca de trinta pessoas que ocupavam posições de liderança desses movimentos, a fim de enfraquecer os grupos e a desorganizar a greve. Ainda assim, a greve permaneceu pela reclamação de diversas questões sociais e educacionais, entre as quais se envolviam problemas econômicos em razão dos quais as classes trabalhadoras se mobilizaram na greve (SILVA, 2019, p. 55).

Como Monlevade (Apêndice a) nos referiu, o discurso do governador do estado seguia a estratégia direcionada a acalmar os trabalhadores, justificando a ausência de uma remuneração justa para os profissionais da educação pelo fato de que o estado não tivesse capacidade financeira para a melhoria do sistema educacional como um todo, afirmava ainda que, embora houvesse um grande apreço por parte das autoridades pelos professores, não havia recursos públicos para que pudesse aumentar o salário do corpo docente, evidentemente, proclamando um discurso de apreço incongruente em face à repressão que o aparato estatal aplicou aos grevistas.

O professor João Monlevade afirma, também, que se dispôs a questionar diretamente, em reuniões de negociação sobre a real capacidade do governo de providenciar um salário justo para esses profissionais, reafirmando a importância desses agentes para o desenvolvimento dos estudantes como cidadãos. Entretanto,

para que fosse levada em consideração a sua reivindicação, o professor conta que foi obrigado a providenciar dados documentais e científicos para que fosse provada tanto a necessidade de ajuste de salários dos professores quanto à capacidade orçamentária do estado para concretizar essa proposta.

[...] vamos aos três aspectos da luta sindical. O primeiro foi a questão do próprio papel da greve no movimento sindical. O governador assim argumentava: 'por mim, os professores ganhariam um salário muito maior do que recebem. Mas não há dinheiro no cofre estadual'. Respondi numa reunião de negociação, já com semanas de greve que nem 'atava, nem desatava': governador, nós não somos uma categoria qualquer, nós gostaríamos de saber se o governo não tem mesmo receita suficiente para dobrar nossos salários'. Estava presente o secretário de Fazenda, e o governador lhe perguntou: 'você pode mostrar a receita de impostos do ano passado e o que gastamos na educação pública'. Ao que respondeu: 'o senhor autorizando, amanhã mesmo posso fazer isso'. Eram cinco da tarde. Perguntei: 'quanto mais depressa termos este dado, mais depressa acaba a greve, se nos provarem que não há dinheiro e que não podem arrecadar mais (...)'. Aí começou um processo fundamental no movimento grevista de servidores públicos: o de nos valermos de dados científicos, não de arrebatamentos emocionais e de mentiras oficiais dos nossos superiores hierárquicos (MONLEVADE, 2022, APÊNDICE A, p. 113).

Nesse cenário, não obstante todas as iniciativas governamentais para a repressão da greve, houve o aumento do piso salarial de 1,6 para 3 salários-mínimos (SILVA, 2019, p.55). Isso fortaleceu ainda mais a disposição de novos sindicalistas, fazendo com que cada vez mais pessoas se filiassem ao sindicato. Monlevade (Apêndice a, p. 108) ressalta o quão significativa foi essa conquista, tanto que os discursos que fundamentam essa realização tornaram-se uma das bases para a criação do artigo 212 da Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional nº59, que apresenta o piso salarial para os profissionais da educação (artigo 206, inciso VIII da CF/1988).

O professor Monlevade refere, ainda, que ao realizar um trabalho docente como professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), pensou que poderia reivindicar uma jornada de trabalho semelhante para os profissionais docentes da educação pública básica. Nesse sentido, a fim de melhorar as condições de trabalho nesse âmbito, promoveu ações para que fossem aprovadas propostas relativas à composição da jornada na educação infantil, fundamental e ensino médio.

Monlevade exercia suas atividades na Universidade Federal de Mato Grosso a partir de uma carga horária de vinte horas, sendo que oito horas eram de aula e o restante era distribuído em atividades preparatórias dos estudantes, organização das

disciplinas e demais tarefas necessárias para a avaliação dos alunos. Entrementes, pensou que os profissionais docentes da educação pública deveriam ter uma jornada semelhante e durante as reuniões sindicais a proposta foi considerada como adequada para o desenvolvimento da “qualidade” do trabalho docente.

O segundo foi o da composição da jornada dos professores de todas as etapas da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Inspirado em minha própria experiência de professor na UFMT, na qual cumpria meu regime de trabalho de vinte horas semanais em oito horas de aula e o restante em atividades de preparação das disciplinas, de avaliação dos estudantes, de pesquisa e extensão, perguntei a mim mesmo e aos colegas de direção da AMPE se não poderíamos reivindicar algo parecido para os professores da educação básica pública. Convenci-os que nada teríamos a perder com esta proposta (MONLEVADE, 2022, APÊNDICE A, p. 114).

Outro entrevistado, o professor Elismar Bezerra, ressaltou que acompanhou de perto as conquistas do SINTEP-MT, pois, foi presidente da entidade em sua derradeira fase associativa, momento em que a jornada de trabalho era exaustiva, que os professores acumulavam tarefas, tanto com a organização das atividades dos estudantes, quanto com as atribuições que ele caracterizou como “formação individual e coletiva do professor”, destinado ao planejamento escolar.

Eu sou o primeiro presidente do SINTEP/MT, então eu, junto com alguns outros companheiros e companheiras, nós somos os fundadores do SINTEP. A partir da plataforma, vamos dizer de luta e de instituição que existia, que era a associação mato-grossense dos profissionais da educação. Não é? Então foi criado por quê? Primeiro, porque havia um movimento sindical forte, no sentido da sindicalização dos trabalhadores do serviço público para superar aquela visão de associação. Então a posição nossa de sindicalismo cotista era de que essa criação do sindicato era fundamental no sentido da afirmação da Independência das categorias. Todos de trabalhadores do serviço público. E no sentido de qualificar melhor a luta e de estabelecer, inclusive, uma relação orgânica efetiva entre servidor público e demais trabalhadores, inclusive da iniciativa privada, concebendo esse servidor público também como um trabalhador, apesar das especificidades das suas atividades produtivas nos serviços públicos (BEZERRA, 2022, APÊNDICE B, p.129).

Bezerra conta que começaram a surgir mais discussões acerca da gestão democrática, dada a importância de uma direção voltada para a democracia dentro das instituições de ensino. O professor afirma, ainda, que a gestão democrática tem como seu principal objetivo fazer com que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem tenham voz quanto à elaboração dos planejamentos pedagógicos,

para que se possa construir um sistema educacional também direcionado à justiça social.

[...] Ei, na coisa do planejamento, da atividade pedagógica etc. E, além disso, a própria, a própria gestão democrática. E como eu disse, não se restringia ou nem tinha como elemento fundamental a eleição de diretor. De escola, essa é uma questão muito importante, porque o que se pretendia não era democratizar ou (...). O concebido do ponto de vista é político, prático. A gestão democrática é vinculada a eleição de diretor. Óbvio que a eleição de diretor é um elemento importante porque era o elemento, vamos dizer, inaugural desse processo democrático de gestão da educação. Mas não era o elemento fundamental, por que não era o elemento fundamental? Porque o objetivo da gestão democrática era reconceituar a administração escolar. Era re conceituar forma administrativo na administração pública, na educação em que a gente buscava estabelecer um processo em que todos os que tomavam e tomam parte no desenvolvimento do processo educacional escolar, sejam tratados como sujeitos, portanto responsáveis inclusive pela administração da escola em sentido amplo (BEZERRA, 2022, APÊNDICE B, p. 131).

Naquilo que trata dos planejamentos pedagógicos, a gestão democrática representa, na acepção de Vitor Henrique Paro (2017, p. 10),

[...] um aspecto educacional que abrange a interdisciplinaridade relativa à educação, à pedagogia e à psicologia, a partir de conhecimentos formados por meio de pesquisas relativas aos sistemas de desenvolvimento e aprendizagem. Dessa forma, os campos inerentes aos estudos psicopedagógicos compreendem as investigações que versam sobre os processos de democracia nas escolas, fazendo com que se possam elaborar técnicas, metodologias, atividades e planejamentos pedagógicos direcionados ao estímulo da aprendizagem de maneira que todas as necessidades possam ser atendidas em igualdade.

Ao ser colocado frente a perspectiva de sua própria presença na trajetória do movimento dos professores brasileiros e em relação às suas perspectivas de organização associativistas, o professor João Monlevade contou um pouco sobre sua vivência dentro da militância sindical e considerando que, neste momento, estamos tratando da gestão democrática e sua perspectiva de transformação social, de valorização de docentes e dos trabalhadores em educação, destacamos o seguinte trecho da sua entrevista:

[...] como diretor da Escola Estadual de 1º e 2º Graus e Sen. Mário Motta, em Arenápolis, MT. Foram duas ações de minha iniciativa: a primeira de viabilizar a formação em nível médio (Curso Normal) para as pessoas do interior que lecionavam nas pré-escolas e nas escolas de 1º Grau e a segunda um projeto de valorização de funcionárias da conservação e limpeza. Na primeira, dirigi um Curso Normal que ocorria no período de férias em Arenápolis, que reunia professoras já em atividade nas escolas, de dezenas de municípios de Mato Grosso. Para efetivá-lo, convidei professoras experientes de Cuiabá, de Campinas, de São Paulo e do Rio de Janeiro. A mesma experiência ocorreu

em outras cidades do MT, como na Escola Coração de Jesus em Rondonópolis (MONLEVADE, 2022, APÊNDICE A, p. 111-112).

Há, ainda, por parte do professor João Monlevade, o registro de outra experiência, que apesar de considerar de menor abrangência e mais ousada, retrata aspectos da formação profissional, da perspectiva ideológica e do campo político no qual se situa, ressaltando a visão de mundo frente aos desafios educacionais e sociais aos quais estava imerso como diretor de uma escola pública:

Consciente de que a escola deve educar, mais que instruir, quando diretor de escola em Arenópolis, convenci os membros do Conselho Escolar (formado por representantes dos pais, dos estudantes, dos professores e dos funcionários), que tinha reuniões todas as noites de segunda-feira, a mudar o esquema de limpeza das salas de aula. Segundo minha opinião, alunos sujando e funcionários limpando reproduziam a sociedade escravocrata e desigual que persistia na região. Segundo o princípio de 'quem suja, limpa', as funcionárias passaram a deixar, junto à porta das salas de aula, vassouras, rodos, baldes com água e sabão e panos de chão para um pequeno grupo de alunos/as e a professora limparem a sala que haviam sujado. O assunto era polêmico, porque já estava 'no ar' a tese de que limpeza era papel do governo e funcionários eram cabos eleitorais dos políticos. Fomos para uma assembleia geral: mais de trezentos pais estavam presentes. Abri a reunião explicando os objetivos da mudança e respondendo à preocupação de alguns: 'o que vão fazer, então, as funcionárias da limpeza?' Pediu a palavra um pastor, pai de dois ou três alunos que defendeu o *status quo* com esses e outros argumentos. Cinco minutos de fala. Aí veio a 'democracia centralizada (...)'. Tomei a palavra, perguntei à Assembleia se podia falar em nome do Conselho Escolar e dei minha 'aulinha de socialismo e fraternidade', usando só esta última palavra. Fomos pra votação. O pastor ficou assustado quando ninguém além dele apoiou sua ideia... Desnecessário dizer que dali em diante não só as salas como as outras dependências, inclusive os banheiros dos estudantes (onde passamos a induzir a presença também de professores e funcionários) viraram exemplos para toda a região (MONLEVADE, 2022, APÊNDICE A, p.112).

A educação humanizada representa uma forma de aplicar os conhecimentos a partir de uma metodologia pedagógica mais abrangente, que ultrapassa os métodos tradicionais que apenas padronizam o ensino das teorias de maneira mecânica e pouco eficiente. Nesse contexto, a educação na gestão democrática propõe uma atividade social inclusiva e personalizada, que se mostra capaz de atender às necessidades de cada estudante conforme a suas peculiaridades e especificidades, abordando as questões sociais mais importantes e que impactam diretamente em todos os cenários educacionais (PARO, 2017, p. 11).

Em relação ao sistema de ensino a partir das perspectivas da gestão escolar democrática, os três professores entrevistados dissertam acerca da relação direta entre os princípios democráticos e a educação. Nesse sentido, a escola existe como um dos pressupostos para o exercício da democracia, e representa elemento fundamental para o pleno exercício dos direitos da vida cidadã. Sendo assim, o espaço escolar representa um ambiente promotor da igualdade social e justiça, por intermédio da inclusão, emancipação humana e respeito ao pluralismo e diversidades da civilização (PARO, 2017, p. 11-2).

Os professores João Monlevade, Elismar Bezerra e Carlos Augusto Abicalil, durante as entrevistas, manifestaram que corroboram com as perspectivas de Paulo Freire, na medida em que o consideram como uma referência fundamental na construção de um pensamento educacional comprometido com as transformações sociais, ressaltando a importância da democracia como sendo um elemento fundamental para a condução do ensino e aprendizagem de uma forma humanizada, justa e eficaz.

Sobre a dimensão humanista e educacional de sua atuação, o professor Elismar Bezerra fez o seguinte depoimento:

[...] Primeiro porque nós trabalhamos com pessoas, inclusive, que já tinham trabalhado com o próprio Paulo Freire, então, a referência teórica metodológica nossa, aliás, didática e pedagógica (...). Nossa referência era Paulo Freire, principalmente (BEZERRA, 2022, APÊNDICE B, p.128)

Perguntado sobre sua formação e vivências que poderiam ter influenciado nos rumos de sua atuação profissional, da participação no movimento associativista e sindical, Carlos Abicalil nos respondeu que:

[...] Bom, primeiro como foi? Inspirado e formado na minha adolescência e juventude, na teologia da libertação [...]. Esta inclusive, na dinâmica da própria formação da Juventude. Evidentemente, isso muito me inspirou naquela época pela chamada opção preferencial pelos pobres e um olhar específico ao que hoje se chamam excluídos, marginalizados vulneráveis (ABICALIL, 2022, APÊNDICE C, p. 152)

Nesse contexto e colocado frente a mesma questão, o professor João Monlevade pontuou que:

[...] embora seja um apaixonado pela leitura e autor de mais de dez livros, reconheço que meu pensamento e ação resultaram muito mais das experiências, lutas e tentativas de intervir na realidade do que de uma filiação a teóricos e a escolas da Academia. Não posso esconder, contudo, a

profunda admiração por Paulo Freire, por seus pensamentos e suas realizações (MONLEVADE, 2022, APÊNDICE, p. 108).

Na premissa apresentada por Freire (2019, p. 64-5), os espaços educacionais necessitam de perspectivas em que as relações entre os alunos, professores, diretores e demais membros da comunidade escolar, sejam pautadas por um processo dialógico, possibilitando a condução dos processos educacionais de maneira crítica, reflexiva e humanizada. Estados autoritários reproduzem a visão de mundo de seus dirigentes também no sistema educacional, por exemplo, na figura dos diretores das escolas que, muitas vezes, se comportam de forma autoritária, sem abertura para o diálogo com a comunidade escolar.

A perspectiva autoritária procura privar os estudantes de uma relação horizontal dentro das escolas, faz com que os espaços e o processo pedagógico tornem-se mecanismos falaciosos, ou seja, não funcionam, de fato, na prática. Isso se justifica na medida em que são negligenciadas a importância e a necessidade do diálogo entre os alunos, reprimindo-os de forma que não se sentem à vontade para expressar suas reais dificuldades.

Também não há abertura para que os estudantes, e a comunidade escolar como um todo, possam exercer sua autonomia, compartilhar pensamentos e opiniões, descobrir e desenvolver suas habilidades e frequentar a escola de maneira realmente participativa e interessada. Desse modo, a escola se mantém sendo conduzida a partir de protocolos conservadores, que disseminam uma relação autoritária, impossibilitando uma gestão participativa, colaborativa, diversificada e eficaz (FREIRE, 2019, p. 64).

O professor Elismar Bezerra afirma que a gestão democrática foi reivindicada como sendo uma parte da reconfiguração do contexto administrativo da educação pública, constando como um item importante em meio a tantas outras reivindicações que visavam melhorias nas condições de trabalho da categoria docente e fazer com que a sociedade discutisse os rumos educacionais e políticos do país. A gestão democrática nas escolas, formaria a base, a estrutura de uma política educacional verdadeiramente libertadora, que poderia se expandir para o âmbito da administração e das políticas públicas estaduais:

As horas-atividades e a estabilidade são elementos, principalmente esses primeiros elementos onde já estão o piso e a hora-atividade sobre o qual era

um dos elementos fundamentais no nosso entendimento, que formavam a base, a estrutura de uma política educacional verdadeiramente libertadora no âmbito da administração pública estadual [...] De professor, não vou fazer o que quisesse, mas para definir uma política educacional e realizá-la, não é não da sua cabeça, mas tudo definido no coletivo, inclusive com a participação da sociedade. Das instituições também como assembleia legislativa, Câmara, etc. Então acho que esses eram os elementos fundamentais dos grandes desafios (BEZERRA, 2022, APÊNDICE B, p. 132).

Um sistema educacional democrático em termos de gestão e de políticas públicas resultou em lutas históricas fundamentais, uma vez que, entre parte considerável dos professores, houve o consenso de que a democracia configura um pressuposto para a educação e a justiça social. Nesse sentido, como disse o professor Bezerra, as pautas relacionadas ao planejamento e gestão na administração pública devem, necessariamente, ser voltadas para as necessidades da coletividade e da premissa da vontade social na tomada de decisões.

Sobre isso, também, o professor Elismar Bezerra comenta que vivenciou situações em que a ausência do reconhecimento sobre a importância da mobilização social reinante no interior da própria categoria afetava uma parte significativa dos professores com quem trabalhava, fazendo com estes pensassem que não precisavam dos movimentos sociais e da luta por direitos no desenvolvimento de sua práxis pedagógica.

De acordo com o professor Elismar Bezerra (2022), nesse cenário, essas perspectivas faziam com que se formassem ideias equivocadas sobre o sistema econômico de classes, a educação, o próprio trabalho docente e diversas questões sociais para as quais se tornava necessário o trabalho de formação política do sindicato na superação do chamado senso comum.

Olha, nós tivemos, inclusive, dificuldade para transformar a associação mato-grossense de professores em associação mato-grossense de profissionais da educação, porque tinham professores que não se julgavam trabalhadores (BEZERRA, 2022, APÊNDICE B, p. 136).

Nesse aspecto é interessante lembrar-se das dificuldades em vincular o sindicato à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a própria Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), uma vez que uns expressivos números de profissionais que atuavam na base da categoria não se consideravam trabalhadores, acreditando fazer parte de uma casta superior.

O Professor Elismar Bezerra (2022) nos disse que os mesmo queriam formar uma espécie de conselho, nos moldes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Isso demonstra, de forma cabal, como a educação sem o desenvolvimenrto permanente do senso crítico e do estabelecimento do pensamento autônomo – o que impede o reconhecimento do contexto concreto do indivíduo — é favorável aos sistemas de governo antidemocráticos, não reconhecendo a pertinência da sociedade de reivindicar os direitos e fazendo-a acreditar que não precisa deles.

O professor Carlos Augusto Abicalil entende que todas as conquistas foram resultado da promoção de debates constantes, a fim de trazer à população e aos integrantes do sindicato a consciência de que a reivindicação da efetivação dos direitos políticos, econômico e sociais é fundamental para a manutenção da democracia.

Isso tudo citado a gente conseguiu através de muita mobilização, muito debate público. Nós fizemos debates públicos. As autoridades vinham, os secretários, vinham às plenárias por convite, nosso trocando muito documento, participando intensamente das discussões de orçamento de lei, de diretrizes orçamentárias na assembleia legislativa, o que também significava que havia uma porosidade, digamos assim, da esfera legislativa. (ABICALIL, 2022, APÊNDICE C, p. 153).

Nessa perspectiva, os debates públicos reuniram diversas autoridades para a negociação de proposições para a melhora das condições de trabalho do corpo docente. Nesse sentido, realizaram-se conferências onde compareceram diversas autoridades públicas, nas quais, inclusive, foi apresentada a ideia da instituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que teve, conforme Abicalil, grande parte de sua composição formulada por meio de ideias contidas nas cartilhas elaboradas pelo sistema único de educação pública do estado de Mato Grosso.

Com debates desde a constituinte LDB, cartilhas do sindicato, a formulação do sistema e da gestão democrática, com cartilhas de disputa, inclusive na conferência oficial convocada pelo governo do estado. Eu recolhi isso em várias iniciativas que nós tivemos para a legislação estadual e. A emenda 53, que instituiu o Fundeb, boa parte da formulação, vem de um livrinho nosso aqui, uma cartilha do sistema único de educação pública do estado de Mato Grosso. A época siglas como UEPB e a gente propunha um fundo único entre estado e município, em que também tem interação minha. Fiz uma proposição de diretrizes nacionais de carreira com as bases da nossa carreira, que foram apresentadas no Congresso Nacional (ABICALIL, 2022, APÊNDICE C, p. 149).

Essas conquistas resultaram na criação de novos centros de filiação e participação nas atividades sindicais instaladas em diversas localidades do estado, e também influenciou diretamente nos resultados das eleições de 1985, para a nova equipe de direção no sindicato.

Após tais transformações, Silva (2019, p. 55) explica que:

Em 1987, por ocasião do Congresso Estadual da entidade a AMP passa a ser AMPE – Associação Mato-grossense dos Profissionais da Educação, pois, aprovou a filiação e representação de funcionários administrativos. Novos filiados aderem ao processo associativo que amplia suas defesas em prol de entender que na escola todo o espaço é educativo e todo trabalhador do espaço da escola é um educador, fatores que mais tarde trouxeram a profissionalização e valorização desses trabalhadores. Seguindo o curso da história, momento em que tudo acontecia com muita intensidade, era o período de redemocratização do país, os movimentos sociais intensificavam suas frentes em busca de garantia de direitos, a classe trabalhadora estava unida em busca de melhorias e conquista de direitos. Com o advento da nova Constituição Federal, o direito da livre associação e organização dos sindicatos.

No ano de 1987, ocorreu a aprovação da filiação da Associação à Central Única dos Trabalhadores (CUT), episódio este que João Monlevade classificou como um grande avanço, acompanhado de sua atuação no Partido dos Trabalhadores (PT) e da influência da esquerda no sistema educacional. Nesse sentido, o professor afirma que, por meio deste envolvimento político classista, houve diversas conquistas relacionadas à gestão democrática, planejamentos pedagógicos, promoção de atividades interativas com os estudantes e outros aspectos que implicaram a valorização dos profissionais da educação, e conseqüentemente, a melhora do sistema de ensino.

No meu entendimento, representou três avanços: ‘nacionalização’ da atuação sindical da AMP/AMPE no campo e nas posições cutistas; confirmação da presença e poder do grupo petista e pró-CUT na AMPE/Sintep por longos anos, até agora; influência de esquerda nos avanços políticos e pedagógicos na história da AMPE/Sintep (unificação sindical de professores e funcionários), transformação em sindicato, gestão democrática nas escolas públicas, com eleição de diretores; conquista da jornada composta de interação com estudantes e ‘horas-atividade’; piso salarial profissional nacional e outros itens de valorização dos profissionais da educação. Com isso, a entidade se firmou não só como representante autêntico dos educadores como o maior sindicato do MT (MONLEVADE, 2022, APÊNDICE A, p. 122).

Porém, João Monlevade afirma que tais transformações não foram uma conquista fácil, a indiferença com a qual eram tratados os profissionais da educação e as reivindicações feitas por eles em razão da necessidade de melhoria nas condições de trabalho, salários e gestão educacional. Nesse contexto, conforme nos contou o professor, profissionais da educação foram levados a acreditar que integravam uma categoria secundária na educação, e que não lhes cabia nenhum papel ou função relevante e que pudesse avançar no auxílio que, rotineiramente, ofereciam aos alunos.

Os funcionários das escolas não eram só invisíveis, subordinados, sem reconhecimento de suas lideranças. Havia entre os professores a convicção de que eles e elas não eram “propriamente” educadores, mas auxiliares. Tanto que no Congresso de 1986 a mesma proposta foi derrotada por ampla maioria (MONLEVADE, 2022, APÊNDICE A, p. 123).

Em tempos em que se acentuam a precarização das condições de trabalho e a proletarianização da categoria docente e dos trabalhadores em educação em geral, aspectos que têm sido amplamente debatidos, pesquisados e que estão no radar de preocupações dos sindicatos, parece-nos fundamental perceber que desde a década de 1980 a liderança do movimento organizado de trabalhadores em educação, reunidos em associativismo, atuou sob a perspectiva da dimensão de que os profissionais da educação faziam parte da classe trabalhadora. Sendo assim, a condução da luta destes trabalhadores, em geral, era realizada para a unificação das diversas categorias e contra as categorizações que se propunham.

A esse respeito, Monlevade discorre sobre a participação de trabalhadores não docentes nos movimentos grevistas do início da década de 1980:

Pesou na decisão não só a mobilização deles e delas, com presença significativa de trabalhadores/as da capital e do interior, com faixas dizendo ‘funcionários também são educadores’, como o clima de unificação das associações (UTE em MG, CPG em Goiás) e do projeto de unificação da CPB, que iria se concretizar em 1989. Um fato curiosamente profético: a denominação de AM de Profissionais da Educação (e não de trabalhadores em educação, como já era em MG e seria na CNTE). Profissionais supunham formação específica – técnica e pedagógica – como se votou em Aracaju em 1990 como Plano de Ação da CNTE e como consta na Constituição e na LDB, desde 2009 e 2013 respectivamente (MONLEVADE, 2022, APÊNDICE A, p. 122).

Sobre a tomada de consciência por parte dos trabalhadores em educação em relação à sua condição de classe e também quanto a atuação sindical, Elismar

Bezerra, quando de sua gestão como presidente do SINTEP/MT, relata que essa primeira gestão do recém-formalizado sindicato exigiu empenho e grande investimento em ações formativas.

Realizávamos todos os meses reuniões formativas, seminários, Conselho de Representantes, que aconteciam nos finais de semana, muitas no interior do Estado, com objetivo de fortalecer os núcleos municipais e trazer para o cotidiano do sindicato a nova prática de sindicalismo. Completa dizendo que realizou e coordenou o 1º Encontro Estadual de Educação do SINTEP/MT. (REVISTA DO SINTEP/MT, 2015, p. 30).

Conforme destacado na Revista do SINTEP/MT (2015), enfrentar os interesses capitalistas, os projetos de grupos dominadores e de governantes submetidos a esses interesses, é desafio de cada dia. Do mesmo modo que entendemos que a educação decorre de um processo que envolve múltiplas educações e que incorpora elementos de todos os espaços de socialização: escola, igreja, rua, partido político, sindicatos, clubes esportivos (BRANDÃO, 1987, p. 09). Tal processo transcorre e se transforma de forma contínua.

Entendemos também que o sindicato, como outras instituições presentes e atuantes socialmente, tem um caráter pedagógico, tanto no que diz respeito à formação específica para atuação profissional e sindical, quanto no que se refere às questões da cidadania e da participatividade.

Nas vozes dos professores entrevistados pudemos entrever, em vários momentos, esse caráter pedagógico e, principalmente, a percepção de que a tomada de consciência da condição de trabalhador está diretamente relacionada à participação nos movimentos organizados destes trabalhadores e de que, sim, é possível transformar a sociedade pela educação e também pela luta.

Usamos mais uma vez as palavras presentes na Revista do SINTEP/MT (2015) para ilustrar essa afirmação, uma vez que concordamos que a “história demonstra a dor e a delícia de viver o que já foi vivido, história que se apresenta como realização pessoal e coletiva até mesmo nos fracassos, recuos necessários para avanços maiores na conquista de direitos”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao traçarmos como finalidade do presente estudo localizar as origens históricas do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT) e os desafios surgidos no decênio que antecedeu a sua transformação em entidade sindical, consideramos ser primordial estabelecer a caracterização política, econômica e social do período adotado para a sua realização.

Como vimos, esse momento histórico abarcou, em sua processualidade, momentos importantes no Brasil, tais como a vigência da ditadura civil-militar e a transição democrática que, em última instância, representou o fim dos governos autoritários.

Por tratar-se de um trabalho de pesquisa qualitativa, utilizamos fontes bibliográficas, documentais e, recorremos ainda, a entrevistas, sendo que as bases principais fundamentaram-se a partir do referencial da História Oral.

Consideramos que o resgate da memória permite o acesso a realidades passadas, possibilitando a sua interpretação e compreensão, processo que julgamos ter contribuído por meio das entrevistas realizadas e da utilização de parte dos relatos sob a perspectiva da História Oral, o que nos permitiu, não só a contextualização histórica, como também, por meio do conhecimento de experiências vividas pelos sujeitos históricos entrevistados, ampliar a compreensão sobre uma pequena fração da luta entre classes sociais, neste caso, no ambiente do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação,

Simultaneamente, recorremos a um acervo documental constituído por fotografias, atas, revistas e boletins produzidos pelos artífices sindicais. Verificamos que a passagem do período da ditadura civil-militar, o estabelecimento e o desenvolvimento da democracia no Brasil, é um processo em que se faz necessário reconhecer a existência de um interregno de transição, que contou com a presença de organizações da sociedade civil como interlocutoras das propostas de democratização política e social, entre as quais o SINTEP/MT.

Ao longo da pesquisa, constatamos a presença do SINTEP/MT nas lutas pela valorização da carreira docente mato-grossense e que reverberou nas conquistas da classe trabalhadora brasileira, entre as quais aquelas que dizem respeito à educação e às políticas públicas inerentes a ela, como pode ser verificado na Constituição Federal de 1988. Contudo é necessário que reconheçamos, à luz do pensamento

crítico educacional, que as lutas políticas e sociais existentes em uma sociedade altamente excludente e desigual, como a brasileira, não foram capazes de garantir plenos direitos, ainda que os esforços do SINTEP/MT tenham gerado importantes discussões sobre os rumos da educação no estado de Mato Grosso e no Brasil.

A pesquisa foi organizada em seções, cada qual com a finalidade de ampliar o conhecimento sobre a história da participação do SINTEP/MT nos rumos educacionais e nas lutas pela melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores em educação atuantes na Secretaria de Estado de Educação do Mato-Grosso (SEDUC).

Na primeira seção procuramos fundamentar a pertinência acadêmica e o percurso teórico e metodológico delineados para a construção desta pesquisa. Na segunda seção, intitulada Notas sobre a ditadura civil-militar no Brasil, apresentamos um panorama sobre o período histórico estudado, com destaque para o ambiente de ditadura civil-militar no Mato Grosso, procurando estabelecer uma relação com a conjuntura em que o SINTEP/MT foi sendo gestado e os motivos pelos quais o sindicato se formou.

Os anos que estudamos abarcam a transição entre a ditadura civil-militar e a transição para a democracia, tendo como marcos políticos e de ampla participação social o movimento das *Diretas já*, a Assembleia Constituinte e a promulgação da Constituição Federal em 1988.

Esses acontecimentos de grande magnitude transcorreram em meio a lutas dos trabalhadores frente ao autoritarismo que marcou o regime civil-militar, e às medidas governamentais que reverberaram no estado de Mato Grosso. Exemplo disso foram às ações antidemocráticas do governador Frederico Campos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que trouxeram a exoneração compulsória de professores ligados ao movimento associativista e sindical matogrossense.

Na terceira seção intitulada Considerações sobre o processo histórico de consolidação do SINTEP/MT, realizamos um sucinto levantamento das produções acadêmicas correlatas ao objeto de pesquisa e ao recorte de temporal que adotados, porém, nenhum deles recorre à periodização que propomos.

Ademais, elaboramos um panorama sócio-histórico do processo de formação do SINTEP/MT a partir da existência de associações de professores que se constituíram ao arrepio das leis vigentes e com fins reivindicativos. Por meio das fontes bibliográficas e das entrevistas, apresentamos a cronologia que se estabeleceu para a formação da Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP), surgida

em 1965, um ano após a instauração da ditadura militar, que se transformou na Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação (AMPE), até a consolidação do atual Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, o SINTEP/MT.

Verificamos também que sindicalistas mato-grossenses participaram ativamente da fundação de algumas entidades relevantes no contexto nacional, como foi o caso da Confederação dos Professores do Brasil (CPB).

Examinamos que a trajetória da Associação Mato-Grossense de Professores (AMP) e seus esforços na luta por direitos sociais e educacionais, se fundamentou, especialmente, no que diz respeito à realização de concursos públicos e à regulamentação do Estatuto do Magistério e que a eleição de Osvaldo Ferreira da Silva como presidente da AMP, em 1979, marcou um ponto de virada, culminando na primeira greve do magistério Mato-grossense e que obteve resultados positivos, como a realização do concurso público para a contratação de professores, embora enfrentando repressão e exonerações dos seus ativistas.

A década de 1980 foi marcada por intensas tensões políticas e crises econômicas, que fortaleceram os movimentos sociais em busca de melhores condições de vida e da transformação da sociedade brasileira. Apesar dos obstáculos enfrentados, a persistência dos professores e a mobilização popular contribuíram para avanços significativos na educação e na garantia dos direitos dos trabalhadores.

Finalmente, na quarta seção que tem como título SINTEP/MT: década de lutas e conquistas, procuramos destacar as conquistas e lutas realizadas no decênio a que nos propomos analisar. Nesta subdivisão priorizamos os relatos dos professores por nós entrevistados, o que consideramos de grande importância para os que buscam compreender as marcas deixadas pela ditadura civil-militar instalada em 1964 e que afetaram o desenvolvimento educacional e econômico do país.

Por meio dos relatos dos professores entrevistados foi possível dimensionar a importância das reivindicações, dos movimentos e das conquistas dos trabalhadores da educação pública mato-grossense, contextualizando-as e enriquecendo as possibilidades de compreensão da história da educação contemporânea.

O SINTEP/MT, com suas lutas pela melhoria das condições de trabalho e de vida para os profissionais da educação e o envolvimento nas jornadas em defesa dos trabalhadores em geral, contribuiu na resistência à opressão e contra as perseguições

e a arbitrariedades empreendidas durante a ditadura, contribuindo para a superação desse período sombrio da história brasileira.

Nesse contexto, a luta contra o projeto neoliberal que começava se imiscuir em assuntos do Estado brasileiro mostrou-se fundamental para superar a crise econômica e social que assolou o país durante a transição democrática.

As conquistas do SINTEP-MT desencadearam um processo constante de busca pela valorização salarial, a reivindicação por uma jornada de trabalho mais justa e pela vigência da gestão democrática nas escolas, fatores que contribuíram para avanços significativos no campo educacional em Mato Grosso, promovendo melhores condições de trabalho para os profissionais da educação e visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Evidenciamos que a trajetória dos professores que se envolveram e participaram da história do SINTEP/MT, no interior da instituição sindical, tinha forte componente político, demonstrado nos questionamentos sobre as concepções e as práticas autoritárias que emanavam dos governos estadual e federal.

A ampliação e a consolidação das relações com os demais segmentos da sociedade corroboraram com o fortalecimento do SINTEP/MT, estreitou laços de solidariedade com a comunidade e com os estudantes, em específico. As lutas por melhoria educacional possibilitaram o reconhecimento da importância da educação e dos trabalhadores que nela atuam e militam para a consolidação da democracia e na constante busca por uma sociedade justa e igualitária.

Parece-nos reconhecer que a trajetória histórica do SINTEP/MT se encontram amalgamadas com uma série de concepções educacionais, de projetos sociais e se expressam na forma pela qual os professores e demais trabalhadores da educação inscrevem sua inserção na luta mais geral da classe trabalhadora brasileira.

Num momento da história em que as concepções ideológicas e políticas neoliberais se materializavam na cotidianidade social, acentuando a subalternização e a precarização daqueles que vivem do próprio trabalho no mundo do capital, a resistência que se fez no campo sindical, com seus limites e contradições, trouxe à tona projetos sociais imbuídos da crítica da voraz mercantilização da vida e do compromisso com a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABICALIL, Carlos Augusto. **Entrevista**. 01.07.2022

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. Fontes Orais. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 155-202.

ALENCAR, Jaqueline da Silva. **A atuação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP/MT: uma análise sócio-histórica (1988-2012)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), 2013.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: (um estudo sobre a consciência de classe: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora)**. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O que é sindicalismo**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ARAKAKI, Suzana. Ditadura militar no sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. **Amambai Notícias**. 31 de mar. 2021. Disponível em: <https://www.amambainoticias.com.br/2021/03/31/ditadura-militar-no-sul-de-mato-grosso-atual-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAUER, Carlos. **A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo**. Elementos de história e questionamentos políticos. São Paulo: Sundermann, 2012.

BAUER, Carlos; LANÇA, Hélida. O associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores da educação como objeto dos estudos históricos educacionais. *In*: BAUER, Carlos *et al.* (Orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**: com escritos sobre Argentina, Inglaterra, País de Gales e Portugal. Vol. 4. Jundiaí: Paco Editorial: 2019.

BEAUVOIR, Simone. **Mémoires d'une jeune fille rangée**. Gallimard, 1958.

BENFICA, Tiago A. H. História do ensino superior em Mato Grosso: das iniciativas frustradas à criação de um sistema universitário. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. 1-22, 2019.

BEZERRA, Elismar. **Entrevista**. 18.06.2022.

BOITO JÚNIOR, Armando. **A presença do sindicalismo na histórica política do Brasil**. Coletânea "O Sindicalismo na Política Brasileira". Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. 309p.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**. São Paulo: UNICAMP, 1991.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Â. M. Estado e trabalhadores. *In*: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). **Do corporativismo ao neoliberalismo**: estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo/Niterói/Brasília: Cortez/EDUFF/Flacso-Brasil, 2009 [1991].

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DAL ROSSO, Sadi *et al.* **Associativismo e sindicalismo em educação – Organizações e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

DINIZ, Eder Carlos Cardoso. **Sindicalismo, docência e formação política do professor da educação básica pública**. Dissertação – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, 2014.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. 324p.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

FERREIRA Jr, Amarílio. **História da educação brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FERREIRA Jr., Amarilio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação & Sociedade**, v.27, n.97, dez.2006.

FERREIRA Jr., Amarilio. **Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em 28 dez. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GINDIN, Julián; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; DAL ROSSO, Sadi (Orgs.). **Associativismo e sindicalismo em educação - teoria, história e movimentos**. Brasília: Paralelo 15, 2013.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

GOOGLE DRIVE. Pasta compartilhada. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1zyKa5PLBdXxQwHdytvUzyjK8qFwqTJz>. Acesso em 28 dez. 2022.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

KITAGAWA, Adriana Aparecida do Vale. **A terceirização de serviços na UFMT como expressão do projeto de desmonte do ensino superior público**. Dissertação (Mestrado em Política social) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

PEREIRA FILHO, Sebastião Carlos. **Da Confederação de Professores do Brasil (CPB) à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)**: história da organização político-sindical dos trabalhadores em educação brasileiros (1983 a 1991). Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho o (Uninove). São Paulo, 2019.

JOANONI NETO, Vitale (Orgs.). **História, Terra e Trabalho em Mato Grosso**: ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2009, p. 26-48.

JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO, edição de 05 de janeiro de 1974

LAMOUNIER, Bolivar. **Voto de desconfiança**: eleições e mudança política no Brasil; 1970-1979. Petrópolis: Vozes, 1980.

LIMA, Josélia de. Prof. João Monlevade falará sobre a educação brasileira para os educadores no Salão do Livro. **Secretaria de Educação de Tocantins**, 2015. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/noticias/prof-joao-monlevade-falara->

[sobre-a-educacao-brasileira-para-os-educadores-no-salao-dolivro/35_rifauolnhs #:~: text=Jo% C3%A3o%20Monlevade%20% C3%A9%20soci%C3%B3logo %2C%20fil%C3%B3sofo,de%201987%20%2D1991%2C%20membro%20do. Acesso em 21 fev. 2023.](#)

MACEDO, Daniel Almeida de. **Mato Grosso: governo, política e sociedade (1977-2010)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MACHADO, Diego Paladini. **Implicações dos acordos MEC/USAID na prática pedagógica dos professores de Educação Física do ensino superior (1966 a 1975)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2011.

MEIRA, Leonice Maria. **Um estudo sobre as reflexões das ações da ditadura militar através do jornal “O Estado do Mato Grosso” (1964-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, 2011.

MEMÓRIAS da Ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em 28 dez. 2022.

MENDO, Cesar David. **Política de criação dos Municípios de Mato Grosso e a Assembleia Legislativa: um estudo sobre o período pós-divisão do Estado (1978 a 2002)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Ciências Sociais. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

MENEZES, Alfredo da Mota. MT e o regime militar. **Gazeta Digital**. 30 mar. 2014. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/opinia/mt-e-o-regime-militar/416907>. Acesso em 28 dez. 2022.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. Ed. Vozes, 2009.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. Movimento Sindical dos Trabalhadores e

Trabalhadoras em Educação no Brasil. In: **Programa de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação**. 2. ed. São Paulo, 2007.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Entrevista**. 27.04.2022

MORAES, Angelo Carlos Carlini de. A Constituição Cidadã. **Jornal de Hontem**. Out. 2016. Disponível em: <http://www.apmt.mt.gov.br/site/jornal-de-hontem-outubro-2016>. Acesso em :28 dez. 2022.

PARO, Victor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo: Cortez, 2017 [E-book].

PAULINO, Ana Flávia Borges; PEREIRA, Vander. **A educação no Estado Militar (1964-1985)**. Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em: http://www.lo.unisal.br/nova/sala2008/sala2008_2/textos/educacao_regime.pdf. Acesso em: 28 dez. 2022.

RODRIGUES, Cândido e CRUZ, Marcus. Tempos e Histórias do Presente: reflexões acerca da constituição de história do tempo presente. In: HARRES, Marluza Marques; NETO, Vitale Joanoni (org.). **História, terra e trabalho em Mato Grosso**: ensaios e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2009, p. 26-48.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. História do Movimento Sindical Docente de Mato Grosso do Sul: acordos salariais dos professores da rede estadual. **Anais. XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA**. Seção Mato Grosso do Sul, 13 a 16 de outubro de 2014, p. 1-14. Disponível em: http://www.Encontro2014.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1411215199_ARQUIVO_ArtigoAnpuhconcluido.pdf. Acesso: 7 jul. 2023.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SADER, Emir (Org.). **Constituinte e democracia no Brasil hoje**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 38 ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. **RBPAE**, v. 29, n.2, p. 207-221, mai/ago. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/43520/27390>. Acesso em: 6 jul. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Edna Bernardo da. **O SINTEP/MT como locus de formação dos profissionais da educação de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Educação) -Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

SINTEP/MT. **Edição comemorativa aos 50 anos da instituição**. 1965-2015. Disponível em <https://drive.google.com/drive/folders/1zyKa5PLBdXxQwHdytvUzyjK8qFwqTJzb>. Acesso em 28 dez. 2022.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. O sindicalismo brasileiro em disputa nos anos 1990: origem, raízes sociais e adesão ativa da Força Sindical ao neoliberalismo. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.26, p.79-102, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/a5v14n26.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.



APÊNDICE A: Roteiro de entrevista 1 (João Monlevade -27/04/2022)

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)

Roteiro de entrevista contextualizada com os ativistas sindicais e políticos que participaram do processo de fundação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT).

Entrevistado: Prof. João Monlevade

Formato da entrevista: o entrevistado respondeu o roteiro de forma escrita e compartilhada através do e-mail.

Solange Leoni & Carlos Bauer – Primeiramente, gostaríamos de agradecer à participação do Professor na nossa investigação científica. Nosso intuito é analisar as engrenagens mais basilares da democracia, que outrora foram forjadas com base na educação livre. Por isso optamos por recuperar a história dos movimentos políticos, associativistas e sindicais dos trabalhadores ligados à educação. Do mesmo modo, a trajetória e a memória desses ativistas são de imenso valor para essa pesquisa.

Como de praxe no inquérito científico, também solicitamos que, após a sua revisão, autorize-nos a utilização do seu nome e a divulgação dos resultados escritos desse registro nas pesquisas acadêmicas, artigos e livros futuros.

1º Bloco da entrevista

Questões pessoais

Solange Leoni & Carlos Bauer– Quem é o João Monlevade? Gostaríamos de saber como você se vê, como se define, tanto no plano pessoal, quanto no plano do político e profissional? Você é daqueles que tem um ou dois livros de cabeceira?

João Monlevade: Nasci em São Paulo em 1942, mas meus pais sempre moraram em Campinas. Fiz meu “ginásio” (antigo Fundamental II) numa tradicional escola

pública: Colégio Estadual Culto à Ciência. Naquele tempo era o único na cidade, disputado por meio de exame de admissão. Meu interesse pelas políticas públicas nasceu quando me filiei à JEC, Juventude Estudantil Católica, nela militando por quatro anos.

Tendo decidido ser sacerdote jesuíta (por influência da figura heróica de José de Anchieta), mudei-me para o Rio de Janeiro em 1958 e em 1959 para São Paulo, onde concluí o Curso Clássico no Colégio São Luiz, ingressando na Companhia de Jesus em 1961, no Noviciado de Itaici. Lá fiz também um ano de estudos de Letras e Retórica, tendo-me mudado em 1964 para Nova Friburgo, RJ, a fim de cursar a Graduação em Filosofia.

Em Nova Friburgo recebi um “choque intelectual”: em meio às disciplinas da tradicional Escolástica, os ensinamentos de dois professores que me afinaram o senso crítico, principalmente na rebeldia contra o Golpe Militar de 31 de março. Da postura dialética do Padre Henrique Vaz, os ensinamentos do Papa João XXIII e do Concílio Vaticano II, “herdei” uma posição inconformada diante das desigualdades sociais do Brasil, que acabou me levando não somente à filosofia de Emanuel Mounier e à sociologia de Karl Marx, como também a uma nova postura de vida, que abraço até hoje. A de tentar ser sujeito ativo na política de transformação de nosso capitalismo dependente a um socialismo autônomo e democrático.

Com essas ideias, me mudei para Arenápolis, Mato Grosso, onde fiz, no início, uma experiência de “desenvolvimento de comunidade” e, depois, um mergulho em políticas educacionais revolucionárias. Até hoje tento equilibrar minha vida de “chefe de família” e de político militante no Partido dos Trabalhadores (PT) apoiado por um privilegiado “sucesso profissional”, que me levou a ser por 30 anos professor da rede pública da educação básica e docente da Universidade Federal de Mato Grosso.

De outro lado, dispus-me à construção do PT em MT, por meio de candidaturas “mal sucedidas” a governador, deputado estadual e deputado federal, enquanto me envolvi na direção da AMP/AMPE/SINTEP de 1984 a 1988 e da CPB/CNTE de 1987 a 1993. Escrevo “mal sucedidas” entre aspas, porque não só me serviram de lições para a prática política, mas porque me prepararam para o trabalho a que me dediquei dali por diante: estudioso, formulador e defensor de mudanças significativas nas políticas educacionais.

Fico contente porque pude influenciar a aprovação e aplicação de dispositivos da Constituição, da LDB e dos Planos Nacionais de Educação referentes à educação

pública, gratuita, universal e de qualidade emancipadora, inclusive como consultor legislativo do Senado Federal, a partir de 2002, até hoje.

Embora seja um apaixonado pela leitura e autor de mais de dez livros, reconheço que meu pensamento e ação resultaram muito mais das experiências, lutas e tentativas de intervir na realidade do que de uma filiação a teóricos e a escolas da Academia. Não posso esconder, contudo, a profunda admiração por Paulo Freire, por seus pensamentos e suas realizações.

Solange Leoni & Carlos Bauer – Tendo em vista o contexto político da Ditadura Militar, gostaria que você me falasse um pouco da sua vivência enquanto estudante no Rio de Janeiro. Vocês tinham plena consciência das razões pelas quais lutavam? A “luta de classe”, a “mais valia” e tantos outros conceitos marxistas, possuíam, na sua visão, aplicação prática nas suas bandeiras naquele tempo?

João Monlevade: Obviamente, a Ditadura Militar não teria acontecido sem a polaridade da Guerra Fria: éramos resultado das colonizações portuguesa, inglesa e norte-americana, e o Golpe Militar de 1964 foi uma reação aos tímidos, mas reais, embora contraditórios avanços da sociedade rumo ao trabalhismo, o sindicalismo e, no limite, ao socialismo. Este era o clima quando voltei de dois anos em um “college” dos Estados Unidos.

Aluno da PUC-RJ tendo como um dos professores Cândido Mendes e Costa Pinto, inteirei-me dos conceitos básicos do marxismo, aproximei-me de militantes da JUC e da Ação Popular, mas me encantei com a ideia de sair do burburinho dos grandes centros para uma ação social no interior do Mato Grosso, a 220 km ao norte de Cuiabá. Fiquei livre dos quartéis do Exército, para me dedicar ao que eu passei a considerar uma “educação revolucionária”, que preparasse os jovens e as jovens estudantes para “fundar e a receber um futuro socialismo” por meio da vivência de um “cooperativismo produtivo escolar”.

Das emoções da Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, passei para o exercício da “paciência histórica”, envolvendo estudantes acima de dez anos de idade em duas ideias: a de que não precisavam sair de Arenápolis para estudar nas grandes cidades (por que garantiriam a sequência dos estudos até a educação superior) e a de que trabalhando enquanto estudavam, produziram na agricultura, indústria,

comércio e serviços de forma cooperativa e acumulariam uma poupança suficiente para ingressar autonomamente no mundo do trabalho. Deu certo.

Solange Leoni & Carlos Bauer – Muito nos interessa saber como era fazer oposição política dentro do regime militar, principalmente, quando se sabe que desde o AI-2, estavam proibidos a heterogeneidade partidária. Houve algum episódio específico de enfrentamento com a polícia? Qual era o grau de violência da polícia?

João Monlevade: No Rio de Janeiro, onde vivi em 1968, ano do famigerado AI-5, já se sofria os efeitos do AI-2, com a derrocada das lideranças dos partidos organizados de 1946 em diante. Como disse, minha opção política pessoal era ser oposição à Ditadura, que havia armado a farsa da ARENA contra o MDB. Chegando ao MT com uma proposta não de oposição política, mas de “construção do novo”, ignorei o *status quo* da Ditadura, não muito consciente do que estava fazendo em relação aos donos do poder local: prefeitos, vereadores e deputados eram todos patrões ou por eles cooptados.

Apostei no futuro: assim passou a década de 1970, toda vivida em Mato Grosso, inclusive já como professor na Universidade Federal de Mato Grosso, onde o clima entre os docentes era o de tentar “ignorar a Ditadura”. Em 1977 tive uma experiência dolorosa: enquanto me havia afastado do trabalho para fazer um mestrado em educação na Unicamp, as autoridades políticas e educacionais do Mato Grosso, inclusive com anuência da Secretaria de Educação, baixaram em Arenópolis para demolir nossa experiência de escola produtiva em regime de cooperativismo. Aliaram-se a neo-imigrantes locais com a “sentença” de que eu era comunista e de que escola é lugar de estudar, não de trabalhar.

Esta postura, em parte por ser oriunda do Poder, em parte por seduzir alguns professores e funcionários com o argumento de que eu era subversivo, resultou num desmonte quase total da escola como projeto de produção cooperativa, embora se mantivessem algumas aparências. O golpe maior foi o da destruição da prática, inaugurada em 1976, de doar a cada aluno/na de seis anos de idade recém-matriculado/da, uma novilha enxertada para destinar sua descendência durante 12 anos como “diploma de formatura” dos alunos que iriam concluir seu ensino médio.

Tal projeto, embora embrionário, tinha sido viabilizado por uma aliança da

escola – por meu intermédio – e o bispo jesuíta de Diamantino, Dom Henrique Froelich, que se encantou pela ideia. Doou para as crianças as 120 novilhas, que foram conduzidas para o pasto desocupado do pai de um jovem instrutor de gráfica na escola. Imaginem a reação dos fazendeiros vendo passar pela cidade a “boiada dos estudantes” que iria se reproduzir e ser base econômica de uma reforma agrária real, ameaçando seus latifúndios e sonhos de prosperidade sem fraternidade.

A notícia deste “plano absurdo”, nascido do ingênuo processo de desenvolvimento de comunidade de seis anos anteriores assustou as autoridades políticas de Cuiabá que “cheiraram” nele um potencial e real “poder revolucionário”, pois seduzia todos os estudantes e todos os pais de alunos – transformados pela ação da escola - em pequenos proprietários no presente e grandes donos de terras em futuro próximo.

“Afinal”, comentou um dos professores, “onde vamos colocar daqui a cinco anos as duas ou três mil cabeças de gado dos estudantes”? Numa reunião convocada e presidida pelo secretário de educação, e na ausência dos “idealizadores da escola produtiva” (o João Monlevade e o Bispo) foi consumada a intervenção, desmontando-se não somente o projeto como afastando da escola a equipe diretiva que havia sido eleita pelos educadores. O ato mais simbólico foi o de se proibir dali em diante à presença na chácara que a Prefeitura havia doado à escola, de 16 vacas leiteiras e um touro, que o Secretário “distribuiu” entre alguns dos presentes “que já possuíam terra e gado”.

As hortas que contavam com seis hectares, a gráfica, a marcenaria e a oficina de costura (que funcionava em um templo presbiteriano) – ou seja, o potencial produtivo da escola - foram desativadas. Os instrutores destas práticas não foram descontratados, mas deixaram de ser professores. O Curso de Licenciatura de Formação de Professores das Práticas (previsto pela Lei 5692 de 1971), frequentado por 80 instrutores de 30 municípios do Estado) foi desautorizado, dois anos depois, pelo Conselho Estadual de Educação, a mando do Secretário de Educação, por exigência do governador e com beneplácito dos deputados da Arena e do MDB.

Voltando dois anos atrás: isto que considero “paranoia anti-comunista” quase resultou em minha prisão por eu apoiar os posseiros da Gleba União; fiquei livre porque no dia em que a Polícia Militar levou de caminhão para seu quartel em Rosário Oeste mais de 30 posseiros, incluída a professora da escola rural, eu estava dando minhas aulas quinzenais na UFMT em Cuiabá... Em outras palavras: enquanto as

forças armadas prendiam e torturavam militantes nas grandes cidades, minha distância dos quartéis e meu não envolvimento com as organizações clandestinas (malgrado contatos esporádicos com alguns de seus membros) impediram que tivesse alguma experiência concreta de perseguição e prisão.

Solange Leoni & Carlos Bauer – Do ponto de vista teórico, considerando que a leitura de pensadores de esquerda, como Gramsci, eram fundamentais naqueles tempos, quais nomes você destacaria na sua lista de referências?

João Monlevade: Tenho de confessar que minha idade de 80 anos e meu distanciamento de 60 anos do mestrado e 30 do doutorado estão me dificultando a lembrança de minhas “referências”. Do próprio Gramsci, que era a unanimidade da esquerda intelectual, guardo conceitos e reflexões, mas não me lembro de ter lido inteira nenhuma obra completa dele: as Cartas do Cárcere eram leitura obrigatória, mas me contentei com fragmentos que me pareciam mais significativos. Além do Paulo Freire, do Mauricio Tragtenberg e do Moacir Gadotti, no doutorado, mantive contato com a obra de Casimiro Reis Filho, que tinha sido meu orientador no mestrado. Entre escritores marxistas brasileiros, lembro de ter lido livro e artigos do Gorender. Entre estrangeiros, concordava com quase tudo que lia de Rosa Luxemburgo e Michel Foucault.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Sabemos que a sua presença na história da educação está profundamente marcada pela trajetória do movimento dos professores brasileiros e suas perspectivas de organização associativistas. Por isso, conte-nos um pouco sobre a sua vivência dentro da militância sindical, fale-nos dos companheiros, quais foram os principais embates que, por ventura, tenhas participado? Considera-se um vitorioso?

João Monlevade: A primeira das experiências de “valorização dos educadores” (nunca os limitei aos “professores” ou docentes) foi como diretor da Escola Estadual de 1º e 2º Graus e Sen. Mário Motta, em Arenápolis, MT. Foram duas ações de minha iniciativa: a primeira de viabilizar a formação em nível médio (Curso Normal) para as pessoas do interior que lecionavam nas pré-escolas e nas escolas de 1º Grau e a

segunda um projeto de valorização de funcionárias da conservação e limpeza. Na primeira, dirigi um Curso Normal que ocorria no período de Férias em Arenápolis, que reunia professoras já em atividade nas escolas, de dezenas de municípios de Mato Grosso.

Para efetivá-lo, convidei professoras experientes de Cuiabá, de Campinas, de São Paulo e do Rio de Janeiro. A mesma experiência ocorreu em outras cidades do MT, como na Escola Coração de Jesus em Rondonópolis. A segunda, embora de menor abrangência, foi mais ousada. Consciente de que a escola deve educar, mais que instruir, quando diretor de escola em Arenápolis, convenci os membros do Conselho Escolar (formado por representantes dos pais, dos estudantes, dos professores e dos funcionários), que tinha reuniões todas as noites de segunda feira, a mudar o esquema de limpeza das salas de aula.

Segundo minha opinião, alunos sujando e funcionários limpando reproduziam a sociedade escravocrata e desigual que persistia na região. Segundo o princípio de “quem suja, limpa”, as funcionárias passaram a deixar, junto à porta das salas de aula, vassouras, rodos, baldes com água e sabão e panos de chão para um pequeno grupo de alunos/as e a professora limparem a sala que haviam sujado. O assunto era polêmico, porque já estava “no ar” a tese de que limpeza era papel do Governo e funcionários eram cabos eleitorais dos políticos.

Fomos para uma Assembleia Geral: mais de 300 pais estavam presentes. Abri a reunião explicando os objetivos da mudança e respondendo à preocupação de alguns: “o que vão fazer, então, as funcionárias da limpeza?” Pediu a palavra um pastor pai de dois ou três alunos que defendeu o status quo com esses e outros argumentos. Cinco minutos de fala. Aí veio a “democracia centralizada...” Tomei a palavra, perguntei à Assembleia se podia falar em nome do Conselho Escolar e dei minha “aulinha de socialismo e fraternidade”, usando só esta última palavra. Fomos pra votação. O pastor ficou assustado quando ninguém além dele apoiou sua ideia... Desnecessário dizer que dali em diante não só as salas como as outras dependências, inclusive os banheiros dos estudantes (onde passamos a induzir a presença também de professores e funcionários) viraram exemplos para toda a região.

Solange Leoni & Carlos Bauer – Vamos falar agora, especificamente, sobre o Sintep-MT. Sabemos que a sua participação efetiva só aconteceu após um

Congresso em Curitiba a pedido das diretoras da AMP (Associação Matogrossense dos Professores) pois reconheciam seu conhecimento e envolvimento com a Reforma do Ensino da Lei nº 5.692/71. Por essa razão, gostaríamos que você destacasse pelo menos três aspectos fundamentais na luta política do Sintep-MT. Como foi a sua participação no Comando da Greve de 1984? Destacaria outra participação nos movimentos grevistas?

João Monlevade: Realmente, minha primeira participação no movimento de educadores, embora episódica, foi neste Congresso em Curitiba, a convite de diretoras da AMP. Naquele ano ainda não sentia os efeitos da desvalorização dos professores, mesmo porque já era, além de professor em Arenápolis, docente temporário na UFMT, tendo, pois, um rendimento mais que suficiente. Não sofria na pele as agruras da categoria.

Vamos aos três aspectos da luta sindical. O primeiro foi a questão do próprio papel da greve no movimento sindical. O governador assim argumentava: “por mim, os professores ganhariam um salário muito maior do que recebem. Mas não há dinheiro no cofre estadual”. Respondi numa reunião de negociação, já com semanas de greve que nem atava, nem desatava: “governador, nós não somos uma categoria qualquer, nós gostaríamos de saber se o governo não tem mesmo receita suficiente para dobrar nossos salários”. Estava presente o secretário de Fazenda, e o governador lhe perguntou: “você pode mostrar a receita de impostos do ano passado e o que gastamos na educação pública”. Ao que respondeu: “o senhor autorizando, amanhã mesmo posso fazer isso”.

Eram cinco da tarde. Perguntei: “quanto mais depressa tivermos este dado, mais depressa acaba a greve, se nos provarem que não há dinheiro e que não podem arrecadar mais...” Aí começou um processo fundamental no movimento grevista de servidores públicos: o de nos valermos de dados científicos, não de arrebatamentos emocionais e de mentiras oficiais dos nossos superiores hierárquicos. Diga-se de passagem: tramitava no Congresso a PEC do Senador João Calmon, que restabelecia a vinculação de percentuais de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Ganhamos a greve e o aumento do salário base da carreira para 3 salários mínimos, a serem implantados gradativamente.

Essa prática ganhou os discursos de todo o movimento sindical dos professores e tornou-se o art. 212 da Constituição, e em 2009, pela Emenda 59, dispositivo para

o Piso Salarial de todos os profissionais da educação (art.206, VIII). O segundo foi o da composição da jornada dos professores de todas as etapas da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Inspirado em minha própria experiência de professor na UFMT, na qual cumpria o meu regime de trabalho de vinte horas semanais em oito horas de aula e o restante em atividades de preparação das disciplinas, de avaliação dos estudantes, de pesquisa e extensão, perguntei a mim mesmo e aos colegas de direção da AMPE se não poderíamos reivindicar algo parecido para os professores da educação básica pública. Convenci-os que nada teríamos a perder com esta proposta.

No Conselho de Representantes da Associação, que reunia os presidentes de quase cem sub-sedes que havíamos criado em esforço de sindicalização e organização dos educadores, a ideia foi aprovada. Trabalhamos em duas frentes: na de conscientizar a categoria e na de sensibilizar os deputados estaduais para implementar a ideia. Regime de 40 horas semanais e trabalho de 20 horas para “interação direta com os estudantes” – expressão sinônima de “aula”, que sempre nos incomodou. Como no caso dos ganhos salariais em 1985/86, não faltaram reações do governo e da assembleia legislativa, com o argumento simplista de que esta mudança implicaria dobrar as despesas, o que se julgava impossível.

O governador interino tornou-se nosso aliado, levado por dois argumentos: o da força da ideia, revolucionária no Brasil e que dialogava com a busca de maior qualidade do ensino, muito em voga nacionalmente, e o da adesão massiva dos professores, uns porque se compenetraram da necessidade de uma jornada que chamávamos de “orgânica” e necessária para manter a saúde dos educadores e provocar a qualificação das atividades de ensino – vítimas então do “ativismo”. Hoje, passados trinta anos desta conquista – parcialmente encampada pela Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério, que garante dois terços da jornada para o ensino e um terço para as outras atividades de suporte da docência – podemos levantar a hipótese de que muitos professores queriam seus 50% de “horas-atividades” para assumir outro emprego e melhorar sua remuneração.

Tanto que em São Paulo dali se originou a distinção de usar estes horários extraclasse em parte para trabalho na escola, em parte para trabalho em lugar de livre escolha do professor – dividindo a categoria como queriam os governos-patrões. Em Mato Grosso, este regime durou até que se acumularam argumentos da inobservância geral do cumprimento legal. Aliado a outros fatores, chegou-se com a Lei Orgânica

dos Profissionais da Educação Básica, LOPEB, anos depois à legalização de jornada de 30 horas semanais – o que facilitou a dobra de contratos de trabalho, com o dobro do salário, mas sem pagamento de horas extra, como manda o art .5º da Constituição.

Registre-se que a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, em 2008, consagrou o regime de 2/3 das horas semanais à "interação com os estudantes" e o pagamento do Piso Nacional em regime até 40 horas, que preservou a conquista de Mato Grosso até recentemente.

O terceiro aspecto foi o da conquista da gestão democrática na rede de ensino público de Mato Grosso, assumida posteriormente como bandeira da CPB e da CNTE, tornando-se um dos princípios do ensino público no art. 206 da Constituição. Costumávamos incluir na gestão democrática três elementos: a libertação do poder de governadores e prefeitos indicarem e nomearem os gestores das escolas a seu bel prazer, com intenções políticas e eleitorais.; a primazia das decisões coletivas na administração pedagógica e de gestão das escolas – representada pelos Conselhos Escolares e a transparência financeira na arrecadação e despesas dos recursos públicos.

Toda a rede de ensino público, até a década de 1980, carecia de gestão democrática e o autoritarismo dos governos e legisladores eram tidos como “naturais”, inclusive com o argumento de que professores e funcionários da educação “nada entendiam de gestão”, nem mesmo de legislação sobre o uso dos recursos financeiros. Levamos esta discussão para a direção da AMP na disputa da Diretoria pela chapa “Novos Rumos”. Com sua vitória, promovemos a denúncia dos desmandos centrais e locais e o preparo técnico de nossas lideranças, principalmente nos estudos de orçamentos e balanços por ocasião das greves, que começaram em 1980 (com a exigência de concurso público para professores e funcionários da educação) e se repetiam quase a todo mandato dos governadores praticamente até hoje, ainda que a circunstância da pandemia do Novo Coronavírus tenha inviabilizado a mobilização massiva em 2020 e 2021.

A AMP (Associação Mato-grossense dos Professores), a AMPE que de 1986 a 1999 a sucedeu como Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação e o SINTEP/MT (Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso), até hoje, tem dado exemplo de gestão democrática interna pela universalidade da sindicalização e descentralização de seus recursos financeiros, pelas decisões coletivas em instâncias centrais, regionais e locais e pela eleição democrática de suas

lideranças.

Tais práticas não somente alçaram suas lideranças aos níveis estaduais da Central Única dos Trabalhadores, CUT, a que é filiada e ao nível nacional da CNTE – onde seus diretores ocuparam e ocupam presidência, regionais, secretarias de políticas educacionais e outros postos que na CPB e no início da CNTE se concentravam na mão de sindicalistas de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Analisando o Sintep-MT por dentro, como poderíamos definir suas principais tendências políticas na década de 1980? Sabemos das divergências entre as esquerdas no país, como essas diferenças se faziam refletir dentro de um sindicato? Existia algum tipo de monopólio do argumento? Explique, por gentileza, como se chegava a um consenso com determinada pauta?

João Monlevade: Quarenta anos depois, tenho uma lembrança simplista desta questão. Éramos na maioria petistas na direção da AMP, depois que vencemos as eleições com a Chapa Novos Rumos. Todos nós somos tributários do movimento do Novo Sindicalismo, liderado por Lula no ABCD paulista e nos episódios eleitorais, quando ele e eu fomos candidatos a governador de São Paulo e do Mato Grosso, respectivamente.

Apurando a memória, reconheço que duas tendências tentaram influenciar nos rumos da AMP, da AMPE e do Sintep, na década de 1980, até 1994, quando fui para o doutorado na Unicamp e depois me mudei para o Distrito Federal: os companheiros da Convergência Socialista, liderados e financiados por um professor da Faculdade de Educação da UFMT e alguns professores da O Trabalho, com mais influência na sub sede de Cáceres. Afora estas diferenças internas no PT, havia elementos esparsos que já tinham tido uma rápida passagem pela direção da AMP e um grupo numeroso declarado independente, quase todos do Município de Rondonópolis, que disputou conosco a liderança do Comando da Greve de 1984, um pouco antes da “ocupação” que fizemos da Associação com a Chapa Novos Rumos.

O consenso que predominou de 1984 em diante se formou por dois fatores, entre outros: a avassaladora maioria dos votos na eleição e a “costura” de uma plataforma de intenções e ações que se construiu no movimento e respondia muito

bem às aspirações do professorado. O único dissenso mais forte foi quanto à ideia de permitir aos funcionários não docentes que fizessem parte da AMP: a proposta da direção foi derrotada em votação no Congresso de 1986, somente logrando êxito no de 1987, graças à difusão nacional da proposta de unidade da classe trabalhadora e ao trabalho eficiente da diretoria, em especial das mulheres que a compunham e que forçaram a mudança da votação trazendo funcionários e funcionárias da capital e do interior para manifestação na plenária do Congresso com faixas muito eloquentes: “nós, funcionários/as também somos educadores/as”.

Dali por diante a unificação, inclusive pelo nome AMPE - Associação Matogrossense de Profissionais da Educação se consolidou a ponto de ter sido líder da unificação a nível nacional da CPB com os funcionários e os então chamados “especialistas em educação”.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Em linhas gerais, qual foi a importância do Sintep-MT no interior do movimento sindical docente brasileiro e no processo de organização e desenvolvimento da CNTE? Em sua opinião, qual é o papel que essa entidade tem desempenhado na história dos trabalhadores em educação brasileiros?

João Monlevade: Respostas dadas às perguntas anteriores já abordam este tema. Resta lembrar mais dois fatos: o primeiro, do pioneirismo de Mato Grosso na oferta de cursos técnicos para a transformação dos funcionários em exercício - primeiro da rede de ensino de Cuiabá e depois da rede estadual de ensino - em profissionais da educação. O Sintep esteve à frente desta proposta, desde a fundação da AMPE, formulando seus currículos e articulando a demanda que já possuísse nível médio.

O Conselho Estadual de Educação, que tinha representantes do Sintep e da CUT, mesmo antes da LDB de 1996, autorizou e reconheceu os cursos que diplomaram quase 10 mil funcionários/as das redes estadual e municipais. Esta conquista foi a base de mudanças legislativas em âmbito nacional, que culminaram na oferta do PROFUNCIONÁRIO de 2004 em diante, programa de cursos técnicos-pedagógicos para mais de cem mil educadores não docentes, em alimentação, infraestrutura e gestão ou secretaria escolar, bem como em multimeios didáticos em quase todos os estados do Brasil.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Sabemos que as entidades sindicais dos trabalhadores em educação foram decisivas para a fundação e a consolidação política da CUT. Por isso, qual é o balanço histórico que você faz dessa relação?

João Monlevade: Como já dito, as lideranças da AMP, AMPE e SINTEP se vinculavam ao PT, e, por consequência, à Central Única dos Trabalhadores, originado do Partido. Mato Grosso esteve sempre presente nos Encontros que culminaram na fundação da CUT e, no âmbito do Estado ocuparam sempre cargos em sua diretoria, algumas vezes da Presidência. Por isso, a categoria dos trabalhadores da educação básica pública, por não ter tido acesso à titularidade do governo estadual, teve quase sempre uma postura e um papel de oposição.

Na década de 1980, os militantes mais ativos da AMP fizeram oposição ao governo do PDS, votaram na maioria no MDB em 1986, mas ainda neste mandato se portou como oposição, diante do não cumprimento de propostas comuns. Algo semelhante ocorreu com a CUT neste período, depois de fundada. No imaginário coletivo da sociedade mato-grossense, de 1984 em diante, a Associação e o Sindicato eram identificados com a CUT e o PT, ainda que as lideranças dos educadores petistas tentassem deixar claro que a CUT era um campo mais amplo e se esforçassem por isto. Não adiantou muito este esforço...

Solange Leoni & Carlos Bauer– E a CUT, o que pode ser dito da história dessa Central que foi, nos fins do século XX, a mais importante e combativa organização sindical que os trabalhadores brasileiros foram capazes de construir?

João Monlevade: Se a pergunta se refere a Mato Grosso, havia certa identidade no reconhecimento da importância da CUT e de sua combatividade, como ocorria no Brasil. Entretanto, como não havia praticamente operários do setor industrial no Estado, a identidade se dava mais a nível simbólico, cabendo mesmo à imprensa a divulgação das lutas e eventos da Central.

Acresce a esta observação o fato de que nas duas últimas décadas do século XX, o eixo econômico do Estado se deslocou da Cuiabania, do Sul e do Oeste para o chamado Nortão, onde prosperaram não mais a pecuária e as pequenas propriedades, mas a agricultura intensiva e fortemente mecanizada de grãos como o

milho e a soja. Com isso, o Sintep, por representar a maioria dos servidores públicos, não teve mais a “concorrência” dos sindicalistas rurais nas mobilizações dos trabalhadores. Na verdade, os professores, pelo seu “preparo” e mobilização, ocuparam um vácuo por décadas.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Por fim, existe algum poeta, alguma canção, ou pensamento que você poderia sugerir como epígrafe desta entrevista?

João Monlevade: Existir, deve existir. Mas confesso que, embora muito agradecido e alegre pela chance de colaborar, estou prá lá de cansado. Vou banhar pra visitar mais uma vez minha netinha Clarice. Que ela cresça como uma autêntica trabalhadora e cidadã.

2º Bloco da entrevista

O contexto histórico, social e político da Fundação do Sintep-MT

Solange Leoni & Carlos Bauer– No contexto da nova República e da nova Democracia, tendo em vista o paradoxo entre os avanços sociais, trazidos com a “Constituição Cidadã”, e a degradação social gerada pela implementação das medidas econômicas do governo Collor. Gostaríamos de saber qual foi o papel do movimento sindical no Brasil? E como se deu a participação do Sintep-MT?

João Monlevade: Todos sabemos que Collor foi eleito com uma forte oposição representada na candidatura Lula e de poucos outros candidatos, a exemplo de Leonel Brizola e Mário Covas, candidatos do PDT e do PSDB. Assim, o PT assumiu a liderança da oposição, com forte relação com a Central Única dos Trabalhadores e alguma articulação com estes e outros partidos menores, representados no Legislativo Nacional. Esta liderança estava garantida pelas intensas mobilizações sindicais em todo o país.

Em Mato Grosso, o SINTEP, filiado à CUT, liderou a resistência ao neoliberalismo do Governo Collor em ações não só sindicais, como de construção de uma educação democrática e emancipadora e de firme defesa das reivindicações salariais, como também de apoio às candidaturas de esquerda e de centro-esquerda ao Governo, às Prefeituras e aos Poderes Legislativos.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Nessa conjuntura de ampliação desenfreada da miséria social e da concentração da renda nacional, quais foram às estratégias de resistência adotadas pelo movimento associativista e sindical dos trabalhadores da educação mato-grossense? Quais suas principais armas e seus principais representantes no Congresso Nacional?

João Monlevade: O que tenho a dizer já expus na resposta à pergunta anterior. Adiciono duas informações: a do esforço da CUT, por meio principalmente do Sintep, em defender a universalização da sindicalização dos trabalhadores (principalmente dos bancários e dos rurais) e em lutar pelo acesso da população às escolas públicas, inclusive na Educação de Jovens e Adultos. De Mato Grosso tivemos presente na Câmara dos Deputados em Brasília o Gilney Viana, fundador do PT no Estado.

3º Bloco da entrevista

A organização dos trabalhadores da educação no MT

Solange Leoni & Carlos Bauer– Desse modo, gostaríamos de saber quais foram as principais realizações e como poderíamos dimensionar a importância histórica da Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP)?

João Monlevade: A AMPP foi fundada bem antes da Lei Federal nº 5692, de 1971, quando só era obrigatório o ensino primário – o que vinha desde a Constituição do Império. Eram poucas em MT as escolas públicas que ofereciam o chamado então Primeiro Ciclo do Ensino Secundário, cujos professores têm formação superior e mais capacidade de mobilização.

Assim, o movimento, além de ser numericamente inexpressivo – com poucos núcleos nas cidades do interior – se dava mais em função da “união da classe”, quando muito de afirmação social da categoria. Mesmo assim, as diretoras da AMPP (quase todas mulheres) já sentiam e verbalizavam a necessidade de unir os/as professores/as na luta por sua valorização, especialmente salarial. Logo depois de fundada, se filiou à Confederação Brasileira de Professores Primários.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Houve a presença da AMP no processo de transformação da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) em Confederação dos Professores do Brasil (CPB)? O que poderia ser destacado dessa participação?

João Monlevade: Na verdade, com a Lei 5692, tornou-se quase “obrigatória” a transformação da CPPB em CPB, ainda mais que agregaria força ao movimento de TODOS/AS os trabalhadores do magistério público atuantes na atual educação básica. Em razão da força repressiva dos Governos Militares (1994/1985) e da não-sindicalização dos servidores públicos, mesmo com o arrocho salarial geral, os sindicatos (e as Associações como a AMP) sofriam a pressão por limitar sua ação às tarefas sociais e assistenciais. Assim, esta transição foi “natural”, destacando-se a absorção dos quadros do magistério secundário e uma crescente participação deles nos congressos nacionais da CPB.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Com a decretação e a realização de uma greve em 1979, a AMP sofreu intervenção do governo de Frederico Campos (1979 a 1983). O que significou para a entidade essa arbitrariedade governamental nos desígnios da entidade?

João Monlevade: Desde 1968 não havia concurso público para ingresso no magistério da rede estadual. Todos os educadores eram contratados de forma temporária, o que criava um clima de dependência e temor pela perda do emprego em qualquer tempo. Entrementes, avolumavam-se o número de professores e, de certa forma, também o dos sócios da AMP, tendência só abalada pela criação do estado do Mato Grosso do Sul, em 1977.

No fim da década de 1970 passou a funcionar os Cursos de Licenciatura e de Pedagogia, que favoreceram o despontar do senso crítico na categoria. Com a presença de professores mais bem formados e conscientizados na Diretoria da AMP, reuniu-se a concorrida Assembleia, que decretou a greve, imediatamente “estranhada” e reprimida pelo governador de então, da ARENA e indicado por militares. A população deu apoio e ficou chocada com a revelação de que MT estava sem concurso previsto em lei para o ingresso de professores há mais de 15 anos. Para não sair desmoralizado, o Governo promoveu um concurso público em 1980, interpretado

como vitória dos grevistas.

Solange Leoni & Carlos Bauer– A aprovação do primeiro Estatuto do Magistério em Mato Grosso foi resultado do movimento grevista de 1979? De que forma a AMP participou dos movimentos pela redemocratização do país?

João Monlevade: Até certo ponto, sim. Mas já havia uma política nacional de implantação de carreiras do magistério nas redes estaduais e nas dos grandes municípios. Havia inclusive um “modelo” de progressão de carreira para professores por formação profissional, através de diplomas em Normal Adicional, Licenciatura Curta, Licenciatura Plena, e até Mestrado e Doutorado.

Este modelo tinha sido concebido por um militar gaúcho e dava um acréscimo salarial de quase duzentos por cento do início ao fim da carreira. Na verdade, concurso e carreira são faces da mesma moeda, da racionalização e burocratização do fazer pedagógico, embutindo um início de democracia na educação.

Solange Leoni & Carlos Bauer – Em 1987, houve a aprovação congressual de filiação da AMP à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O que representou esse gesto político na história da entidade?

João Monlevade: No meu entendimento, representou três avanços: “nacionalização” da atuação sindical da AMP/AMPE no campo e nas posições cutistas; confirmação da presença e poder do grupo petista e pró CUT na AMPE/Sintep por longos anos, até agora; influência de esquerda nos avanços políticos e pedagógicos na história da AMPE/Sintep (unificação sindical de professores e funcionários, transformação em sindicato, gestão democrática nas escolas públicas, com eleição de diretores; conquista da jornada composta de interação com estudantes e “horas-atividade”; piso salarial profissional nacional e outros itens de valorização dos profissionais da educação. Com isso, a entidade se firmou não só como representante autêntico dos educadores como o maior sindicato do MT.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Também, em 1987, durante um novo Congresso, com a participação dos funcionários na condição de observadores, a AMP passou a ser denominada Associação Mato-Grossense dos Profissionais da

Educação (AMPE). Como essa mudança poderia ser caracterizada?

João Monlevade: Primeiro, não foi fácil esta transformação. Os funcionários das escolas não eram só invisíveis, subordinados, sem reconhecimento de suas lideranças. Havia entre os professores a convicção de que eles e elas não eram “propriamente” educadores, mas auxiliares. Tanto que no Congresso de 1986 a mesma proposta foi derrotada por ampla maioria. Pesou na decisão não só a mobilização deles e delas, com presença significativa de trabalhadores/as da capital e do interior, com faixas dizendo “funcionários também são educadores”, como o clima de unificação das associações (UTE em MG, CPG em Goiás) e do projeto de unificação da CPB, que iria se concretizar em 1989.

Um fato curiosamente profético: a denominação de AM de Profissionais da Educação (e não de trabalhadores em educação, como já era em MG e seria na CNTE). Profissionais supunham formação específica – técnica e pedagógica – como se votou em Aracaju em 1990 como Plano de Ação da CNTE e como consta na Constituição e na LDB, desde 2009 e 2013 respectivamente.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Em linhas gerais, o que podemos dizer da presença do Sintep/MT na luta pela democratização da Educação Pública Básica de MT, quais foram os momentos mais marcantes dessa trajetória?

João Monlevade: Como já dito, desde o ano de 1986, a AMPE conquistou as eleições de diretores, as decisões coletivas e a transparência da gestão financeira nas escolas estaduais, logo estendida à rede municipal de Cuiabá e de alguns outros municípios. Posteriormente, governo de direita anulou a gestão democrática, que foi restabelecida por luta do Sintep.

Decisões coletivas foram o ponto de maior contradição no projeto e processo de GD. Estavam previstos Conselhos Escolares, confirmados na LDB, mas o peso histórico do autoritarismo e do clientelismo, somados à desmobilização das categorias neles representados (professores, funcionários, estudantes e pais) levaram às práticas burocráticas e corporativas que os enfraquecem. No momento, nova legislação, de caráter retrógrado, alterou regras de eleição de diretores e estão exigindo empenho mais amplo e decisivo do sindicato e de outras forças sociais para

seu aprimoramento e afirmação.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Como você classificaria a sua geração, os seus companheiros ativistas do Sintep/MT? Como você entendia as campanhas corporativas por melhores salários, defesa da carreira e melhores condições de trabalho?

João Monlevade: Fui sócio ativo e diretor da AMP/AMPE/Sintep de 1982 a 1986, quando passei a integrar a Direção da CPB/CNTE. Nunca considerei as campanhas por melhores salários como corporativas: sempre levei e ganhei na Assembleia o conceito de que o salário nos é pago pelo povo e, portanto, se queremos ganhar mais, além de trabalhar melhor, precisamos entender de finanças públicas e aumentar suas receitas, para garantir os salários.

Trabalhar melhor inclui, inclusive, ter jornada máxima de 40 horas semanais, não ter acúmulo de cargos, ativar um sistema democrático e não privilegiado de previdência e aposentadoria, carreiras unificadas de professores e funcionários, menor desigualdade entre os pagamentos de educadores das redes básica e superior, formação continuada permanente, jornadas com percentuais iguais de interação com os estudantes. Isso é quase descrever uma sociedade socialista, e é o que penso e tento passar para colegas de profissão e para a população em geral.

4º Bloco da entrevista

Sobre fundação SINTEP-MT

Solange Leoni & Carlos Bauer– Do ponto de vista organizativo, como se deu a preparação do congresso fundacional? Como e por que o congresso foi realizado? Qual foi o local e com quais condições de infraestrutura se deu a realização do congresso?

João Monlevade: Talvez surpreenda, mas o Congresso de Cáceres, em que fundamos o Sintep, me pareceu um movimento natural, de aplicação dos dispositivos da Constituição recém-promulgada, sem contestações internas ou externas. Tanto que nem foi realizado na capital do estado, mas numa cidade pacata às margens do Rio Paraguai, no Pantanal.

Já tínhamos uma tradição de congressos democráticos e participativos e quando se organizou uma oposição mais forte, com a Chapa PRÓ-FESSOR, que defendia sindicatos separados entre Professores e Funcionários (como era e é em SP e DF) nossa maioria foi esmagadora e vários funcionários foram eleitos como da Direção do Sintep unificado pela AMPE.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Qual foi o temário congressual? Quais as pautas políticas principais? Aproximadamente, quantos delegados foram eleitos e quais foram os critérios de representatividade adotados pelos organizadores do congresso?

João Monlevade: Como era e é de praxe entre nós na CPB e na CNTE os congressos se compõem de uma parte de Conjuntura Nacional e Estadual, outra de Políticas Sindicais e uma última de Políticas Educacionais, alternando Palestras e Debates, Trabalhos em Grupos e Plenárias e uma última sessão de eleição da Direção pelos delegados das sub sedes municipais. A presença deles, por conta do aumento das distâncias, foi boa, mas menor que nos congressos de 1987 e 1988.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Quais foram as entidades que assumiram a responsabilidade pela convocação e a organização do evento? Qual era o número aproximado de trabalhadores que essas entidades representavam na base?

João Monlevade: Não tenho os dados precisos. A única entidade que convocou o Congresso foi a AMPE, que também a organizou. Precisando de dados numéricos, creio que a secretaria do Sintep os tem. Outras informações com o Elismar Bezerra, que foi o presidente lá eleito.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Quais foram as correntes políticas dentro do debate congressual? Houve a publicação de um caderno com as propostas que seriam discutidas ao longo de suas atividades?

João Monlevade: Lembro-me de que em todos os congressos havia redação de teses ou de um texto-base para discussão e aprovação. No de Cáceres não me lembro

exatamente como foi. Havia muita discussão nos grupos e defesa das disposições plenárias. Nada aprovado sem maioria, que se almejava fosse bem significativa, tendendo ao consenso.



APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA 2 (Elismar Bezerra – 18/06/2022)

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)

Roteiro de entrevista contextualizada com os ativistas sindicais e políticos que participaram do processo de fundação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT).

1º Bloco da entrevista

Questões pessoais

Solange Leoni & Carlos Bauer– Pode nos falar sobre o seu ingresso no mundo do trabalho quando você era professor? Quais foram seus principais enfrentamentos enquanto professor?

Elismar Bezerra: A minhas atividades em sala de aula propriamente ditas foram poucas porque eu me envolvi com o movimento sindical, aí não tem como você trabalhar em sala de aula direto, digo como professor da educação básica, embora tenha dado inúmeras palestras, seminários, cursos de formação etc. Então veja, na verdade, é a primeira vez que eu entrei em sala de aula como professor que foi ainda nos anos 80 para substituir professores efetivos. E naquele tempo, o próprio professor efetivo entrava em contato com você e te colocava na sala de aula.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Acontece ainda hoje.

Elismar Bezerra: Porque às vezes ele tinha algum problema de saúde ou tinha que se ausentar e você o substituíria durante alguns dias, semanas etc. E ele pagava você, você não tinha nem vínculo com o estado. Eu não sei se isso acontece em São Paulo, mas aqui no Mato Grosso era comum isso. Então, a primeira vez foi desta forma e eu tinha menos de 18 anos na época, em torno de 17 anos, por aí de idade.

E depois a atividade mais importante que eu a desenvolvi. Assim, a experiência,

aliás, mais importante que eu desenvolvi como professor foi a minha experiência com EJA. Primeiro porque nós trabalhamos com pessoas, inclusive, que já tinham trabalhado com o próprio Paulo Freire, então, a referência teórico metodológica nossa, aliás, didático pedagógica nossa era Paulo Freire, principalmente. E aí, os que trabalhavam? Educação popular, Brand Ham, Haddad, não o nosso Haddad do PT, não. Rubem Alves, além do próprio Paulo Freire e de todas aquelas pessoas com que ele fez livros dialogados, etc.

Então essa era referência e veja naquele tempo havia muita crítica ao livro didático, muita crítica, muitas até meio superficiais. Tal é porque também a gente na educação às vezes vive muito disso. Se levanta uma palavra de ordem, uma crítica e todo mundo assimila e passa a repetir, sem entendê-la. Concretamente, isso é muito ruim para a educação, para os educadores, etc. Enfim, então, naquele tempo nós não tínhamos um livro didático específico para trabalhar como hoje, tanto que nós, com nosso trabalho, ao final, produzimos uma cartilha chamada a luta da noite. Que era fruto das nossas reflexões, as nossas experiências, dos desafios, das dificuldades, das construções didático, pedagógica, teórico metodológico.

E nós fazíamos a partir desses referenciais todos, mas principalmente, do referencial do trabalho docente, mesmo com os adultos. Então, de forma prática, a minha experiência com relação ao livro didático era de que havia essa crítica muito grande ao livro didático que ele era muito e ideologizado no sentido da não crítica.

Eu acho até que não tem muito sentido isso. Essa é minha avaliação. Hoje o problema não é o livro didático. Quer dizer, se você não tem a capacidade teórico metodológica para compreender, no sentido de fazer a crítica necessária, você pode ter o melhor livro didático que você não vai trabalhar. Precisa ter presente que o livro didático é um instrumento, é um apoio não elemento fundamental.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Não só para EJA? Acho que para as crianças também.

Elismar Bezerra: Isso. Exato, eu estou dizendo para a educação de modo geral, ele é um apoio, é um instrumento de apoio, não a figura mais importante, o mais importante. Aí eu não tenho dúvida de que é o professor com a sua competência e, principalmente, com a sua vontade, disposição e capacidade para se perguntar sobre o processo que desenvolve, se ele não tem essa disposição, essa vontade, essa

capacidade, fica complicado. Quer dizer, eu digo sempre que o professor precisa antes de tudo ser aprendiz, disposto a aprender sempre se não a prática dele, a atividade dele, fica comprometida.

2º Bloco da entrevista

Criação e desenvolvimento do SINTEP/MT

Solange Leoni & Carlos Bauer –Porque o SINTEP foi criado? Na verdade, você não fez parte desse processo de criação, no nascimento, mas o que você pode dizer sobre a criação do SINTEP?

Elismar Bezerra: Então, veja só, nós temos 2 coisas aí, uma é a criação da associação que realmente foi lá nos anos 60, eu estava nascendo, então não participei. O SINTEP foi criado comigo já, tanto que eu sou o primeiro presidente do SINTEP. Eu sou o primeiro presidente do SINTEP/MT, então eu, junto com alguns outros companheiros e companheiras, nós somos os fundadores do SINTEP. A partir da plataforma, vamos dizer de luta e de instituição que existia, que era a associação mato-grossense dos profissionais da educação. Então foi criado por quê? Primeiro, porque havia um movimento sindical forte, no sentido da sindicalização dos trabalhadores do serviço público para superar aquela visão de associação.

Então a posição nossa de sindicalismo cotista era de que essa criação do sindicato era fundamental no sentido da afirmação da Independência das categorias de todos trabalhadores do serviço público. E no sentido de qualificar melhor a luta e de estabelecer, inclusive, uma relação orgânica efetiva entre servidor público e demais trabalhadores, inclusive da iniciativa privada e concebendo esse servidor público também como um trabalhador, apesar das suas especificidades ou das especificidades das suas atividades produtivas nos serviços públicos.

No meu entendimento, devido a concepções equivocadas se fala a todo momento de chão de escola como se tivesse falando de chão de fábrica. Escola e fábrica são situações diferentes. Somos trabalhadores, todos somos. Mas uma coisa é você desenvolver atividade, outra é ser docente ou as atividades que constitui o trabalho à educacional escolar não é muito diferente de um operário de uma fábrica. Aquilo que resulta das atividades do operário de uma fábrica é notadamente o produto do seu trabalho, é um objeto, é uma coisa, uma mercadoria. Nós educadores, não. O

que seria objeto de trabalho nosso é um sujeito social também. Então são relações que se estabelecem entre sujeitos. Muda todo o processo, não muda todo o caráter do nosso trabalho. As relações de trabalho propriamente ditas do educador são relações que se materializam a partir das vontades dos interesses, das necessidades de 2 sujeitos, o sujeito que ensina e o sujeito aprendente. Então isso nos diferencia muito da atividade produtiva de um operário de uma fábrica, por exemplo, de produção de fogões, fogão, geladeira, etc.

Então a criação do SINTEP se dá nessa conjuntura de afirmação dos trabalhadores do serviço público, especialmente dos trabalhadores da educação. Nosso caso é com trabalhadores que se irmanam, que se articulam organicamente com outras categorias de trabalhadores no sentido de fazer um movimento nacional orientado, conduzido, dirigido pela CUT.

Solange Leoni & Carlos Bauer– E aí, pensando nessa conjuntura, quais eram os principais desafios que estavam colocados para organização associativista dos professores do Mato Grosso? Quais foram as maiores dificuldades?

Elismar Bezerra: Bom, eu acho que os grandes desafios nossos eram a necessidade da afirmação. Não tanto do ponto de vista institucional, de direitos, etc. Quanto do ponto de vista da própria compreensão nossa sobre o que significava a estabilidade no serviço público. A Conquista dessa estabilidade mediante o concurso público, isso era uma coisa que é fundante e fundamental para a própria carreira dos educadores, para ter o mínimo de segurança em relação às concepções e atitudes egoísticas do mundo empresarial cujo interesse sempre é o trabalho. Porque o grande poder sobre os trabalhadores na iniciativa privada é exatamente o poder que tem de demitir e, portanto, essa ameaça é recorrente, reiterada do empresário, de que se o trabalhador não fizer as vontades do patrão ele é demitido.

Imagina esse trabalhador que cuja única condição, a única forma de conseguir ou de garantir a sua sobrevivência é com aquele trabalho. Então ele se vê coagido a atender essa vontade. Então acho que uma das conquistas mais extraordinárias nossa de servidor público em geral e particularmente dos educadores, dos professores é exatamente a Conquista da estabilidade.

Essa conquista da estabilidade nos dá um poder frente ao poder do empresário, que é exatamente de não poder nos demitir de acordo com a sua vontade. Isso não

significa que servidor ou professor não pode ser demitido, se cometer desvios, erros, etc, que justifique a sua demissão. Mas não podemos ser demitidos pela vontade de um empresário que não gosta das nossas posições políticas, por exemplo. Então, essa é uma conquista fundante. A outra é o piso salarial com base no salário mínimo que hoje quase ninguém mais fala nisso.

Acho que o enfraquecimento da nossa luta é não só pela conquista em si, mas também pela própria concepção dos servidores que não consegue perceber a importância desse referencial. É o referencial econômico que se estabelece a partir do salário mínimo, a importância desse salário mínimo para a vida do trabalhador, confrontando a própria visão de salário mínimo de modo geral, do empresário etc. Tal como o sistema capitalista o concebe, etc. Tudo isso era conjugado com outra necessidade e conquista que eram as horas, as atividades que nós conquistamos na época, na razão de 50% da jornada de trabalho nosso, que era uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, e você tinha um salário, um piso salarial, e nós conquistamos isso.

É bom dizer que esse piso salarial, no estado de Mato Grosso tinha como base no salário mínimo. Ao nosso ver era, com base no salário mínimo, mas que ia se conquistando, se integralizando esse valor ao longo do tempo, então começamos com tanto por cento e a cada período ia aumentando esse valor até integralizar um salário mínimo. Na época essa era a reivindicação mais radicalizada. Era um salário mínimo para cada 20 horas. Mas nós conquistamos.

Porque isso significava uma coisa extraordinária. Então veja esse salário conjugado com a hora, atividade que era 50% da jornada de trabalho destinado, ao que eu chamava de formação individual e coletiva do professor e também destinada a planejar as suas atividades docentes, discutir a própria escola e evento e corrigir trabalhos, planejamento, da atividade pedagógica etc.

Além disso, a própria gestão democrática não se restringia ou não tinha como elemento fundamental a eleição de diretor de escola. O que se pretendia não era democratizar. Óbvio que a eleição de diretor era um elemento importante porque era, vamos dizer, inaugural desse processo democrático de gestão da educação. Mas não era o elemento fundamental. Porque o objetivo da gestão democrática era reconceituar a administração escolar. Era reconceituar na administração pública, na educação em que a gente buscava estabelecer um processo em que todos os que tomavam parte no desenvolvimento do processo educacional escolar fossem tratados

como sujeitos, portanto responsáveis inclusive pela administração da escola em sentido amplo.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Sim. Está aqui, seu livro, pode nos falar um pouco sobre ele?

Elismar Bezerra: Nós tivemos uma experiência muito interessante com o Snap que você vai ver nesse livro que eu te dei, que foi a minha dissertação de mestrado. Uma escola para os trabalhadores de Mato Grosso. Então aí você tem essa experiência que nós tivemos no Snap em que a gente concebia com condições para ser também o diretor da unidade escolar. Sempre bom. Aí tem tudo. Você pode verificar qualquer coisa, esclareça depois alguma dúvida que houver.

Mas então a gestão democrática, o piso, as horas, as atividades e a estabilidade são 4 elementos, principalmente esses primeiros 3 elementos, o piso, a hora, a atividade formavam a base, a estrutura de uma política educacional verdadeiramente libertadora no âmbito da administração pública e estadual porque ela dava ao professor, não o direito de fazer o que quisesse, mas para definir uma política educacional e realizá-la, não da sua cabeça, mas tudo definido no coletivo, inclusive com a participação da sociedade e das instituições também, como assembleia legislativa, Câmara, etc. Então acho que esses eram os elementos fundamentais dos grandes desafios.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Em relação à gestão democrática, existe algo que vocês pensaram, planejaram que foi colocado lá nesse projeto e que não aconteceu?

Elismar Bezerra: Eu acho que nem que foi planejado o que foi concebido. Para a gestão democrática, no sentido em que eu disse antes que significasse essa conquista, um processo de reinvenção da gestão educacional e escolar com a participação, a presença ativa e autônoma de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional escolar. Então isso não foi concebido generalizadamente pela massa de educadores e de comunidade escolar, infelizmente. O próprio processo educacional difuso na sociedade, o status quo conseguiu fazer a gestão democrática, reduzir-se à eleição de diretor.

Essa reinvenção da administração escolar, não se efetivou generalizadamente nem na cabeça dos educadores. Grande parte achava que a gestão, a eleição do diretor, uma eleição do conselho deliberativo escolar e uma reunião outra de prestação de contas, isso era o suficiente para caracterizar o processo como democrático. Esse modelo, na verdade, não era a gestão democrática na qual a gente pudesse discutir como é que a escola consegue realizar a sua finalidade de difundir os conhecimentos concebidos como fundamentais para a qualificação dos atendentes e dos próprios educadores, para protagonismo efetivamente democratizante na sociedade.

Numa verdadeira gestão democrática, é preciso verificar se os rumos que a escola está tomando está de acordo com a vontade, a necessidade daquela comunidade escolar, à luz da sua realidade econômica, social e que, portanto, demanda determinado tipo de escola e de conhecimentos etc e, portanto, de trabalho de educadores. Essas questões devia orientar a gestão democrática. O processo de gestão e direção das escolas, não na figura do diretor, mas no conjunto dos educadores e dos próprios estudantes e dos membros da comunidade escolar.

E acho que nós tivemos até um recuo nessa concepção de gestão democrático. Eu acho que a gestão democrática, concebida conforme a gente tinha presente naquele tempo realmente dava um outro caráter as nossas escolas, à condução do processo educacional escolar e à própria interpretação dos resultados alcançados pelas escolas, etc tal.

Solange Leoni & Carlos Bauer– Quais foram as atividades organizadas pelo SINTEP nos seus primeiros anos de existência que marcaram a história dessa entidade?

Elismar Bezerra: Nós desenvolvemos um processo forte de formação dos professores no sentido de entender o que é o movimento sindical. Então nós investimos muito nisso, que era uma história do movimento sindical no Brasil, história do movimento sindical no mundo, etc. Nós trabalhamos isso toda semana. Veja, pode parecer que eu esteja exagerando, não é? Toda semana nós tínhamos atividades formativas no estado conduzidos pelos internos ou era uma reunião formativa ou era um seminário. Era um encontro. Nós fazíamos isso no estado inteiro. E olha que naquele tempo, o sindicato nem carro tinha, não é.

Nós fazíamos isso ou viajando de ônibus ou com carros de companheiros

nossos, pessoalmente, caso João Monlevade, então nós viajamos estado todo, fazendo essas reuniões, esses encontros. Essas informações todas. E é importante dizer, a gente tinha sempre a preocupação de todos os nossos discursos serem fundamentados na história do movimento sindical. Discutir as coisas da educação limitada à o processo estritamente pedagógico, mas dá sempre esse caráter mais geral, não é das nossas lutas, dos nossos problemas, dos nossos desafios, das nossas conquistas também.

Isso era um processo de formação que às vezes nem a gente tinha noção da importância dele naquele período. Mas foi muito importante porque isso consolidou o sindicato no estado. E de tal modo que as tentativas de criação da categoria, com a criação de outras organizações sindicais ou associativas no campo da educação não prosperaram, de modo que a gente se impôs hegemonicamente por essas atividades formativas, por essas discussões.

Então essa eu julgo que foi uma das coisas mais importantes que nós tivemos. É na direção do sindicato, naquele momento, porque ela criava uma base. Era a política que nos fortalecia enquanto movimento sindical. Além óbvio das nossas pautas específicas, como eu já citei anteriormente, salário, relações de trabalho, mas o lance mais importante era afirmar a nossa independência, porque os governos sempre tendem a querer cooptar de um modo ou de outro as direções sindicais, principalmente no âmbito da administração pública.

A gente fazia sempre questão de marcar as nossas diferenças com relação a todos os governos. Isso nos dava autoridade, por assim dizer, muito grande não só junto a categoria, mas a sociedade mato-grossense como um todo na época.

Solange Leoni & Carlos Bauer – Falando um pouquinho sobre a primeira greve organizada pelo SINTEP, já com você não na direção, o pode ser dito sobre esse movimento, a greve de 1989?

Elismar Bezerra: Então, veja, a greve naquele momento tinha uma característica muito diferente. Primeiro, por causa da própria estrutura econômica social do estado de Mato Grosso. Nós não tínhamos uma empresa privada forte como nós temos hoje. Nós não tínhamos, por exemplo, agronegócio. Óbvio que nós já tínhamos uma estrutura fundiária, que era a base para desenvolvimento do agronegócio, nos moldes em que ele se desenvolve hoje. Mas a economia no estado nos seus municípios todos

era muito mais impactada pela administração pública cujos salários faziam é, na verdade, movimentavam a economia, principalmente dos comerciantes.

Nos municípios do interior havia muito atraso no nosso pagamento e os professores e servidores, de modo geral, compravam fiado nas vendas, nos armazéns, nas pequenas lojas, mercados enfim, no comércio dos municípios todos. Então isso criava um problema econômico social no município. Porque esses comerciantes vendiam e sabiam que só podiam receber depois que o governo do estado pagasse. Então, quando havia um movimento nosso de greve, havia o apoio dos comerciantes, dos empresários naquele momento, ajudando a pagar ônibus para vir para as assembleias gerais.

Óbvio que havia empresários contra aquilo, achava que era coisa política. Mas, de modo geral, nós tínhamos um apoio muito forte da sociedade. Exatamente por essa questão econômica social, que às vezes as pessoas não conseguem perceber claramente que esse elemento econômico da luta não é da greve. Esse elemento é socioeconômico da luta. Porque os salários dos servidores públicos eram importantes para economias locais dos municípios.

A classe média mato-grossense era constituída por servidores do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Secretaria da Fazenda, Fiscais que ganhavam bem e por especialistas da educação que tinham salário razoável. Era essa gente que constituía a classe média. Hoje a classe média é constituída por trabalhadores que estão na iniciativa privada. É bem remunerado ou razoavelmente remunerado, os donos das pequenas empresas, como oficinas de carro ou algumas empresas que no ramo da beleza ou pequenos comércios. Então a economia mudou muito no estado e criou esses estratos sociais com uma condição sócioeconômica que a gente poderia caracterizar como classe média, classe média baixa, que, portanto, é colocado numa situação relativamente inferior o salário de modo geral. Não que ele não tenha importância, mas ele não faz frente a esses outros setores da economia estadual.

Então veja, a greve tinha esse elemento que eu acho que é importante destacar. Ela tinha esse apoio da sociedade E nós, evidentemente, fizemos alguns movimentos, algumas atividades muito importantes. Eu te falava, por exemplo, da caminhada por salário, trabalho, educação, uma coisa assim. Não me lembro mais o de outro movimento daquele tempo que mobilizou o estado inteiro e parou Cuiabá. Foi um movimento realmente muito grande que marcou.

É, vamos dizer, a força política do SINTEP, com manifestações nas ruas de

Cuiabá, com o pessoal chegando do interior do estado nas entradas da cidade dali viemos todos caminhando. De todas as entradas de Cuiabá, até o centro, na praça Rachid Jaudy, onde foi o ápice da manifestação em que nós tivemos ali uma grande manifestação pública, com discursos e inclusive de políticos renomados como Dante de Oliveira, que foi um que a gente deixou falar no nosso evento e que ele dizia que era a maior manifestação que já tinha existido na história de Mato Grosso, superior, inclusive, ao maior comício que tinha sido realizado antes que era o das diretas já em 1984. Foi realmente uma mobilização muito grande isso, enfim, consolidou o SINTEP, a nossa luta, como algo muito importante na história de Mato Grosso e para a sociedade mato-grossense.

Solange Leoni & Carlos Bauer –No momento de construção do SINTEP os professores se consideravam trabalhadores ou prevalecia a concepção que constitui uma pretensa classe média da sociedade?

Elismar Bezerra: Olha, nós tivemos, inclusive, dificuldade para transformar a associação mato-grossense de professores em associação mato-grossense de profissionais da educação, porque tinham professores que não se julgavam trabalhadores. Eles achavam que era uma categoria diferente dos demais trabalhadores e se espelhavam muito na figura do advogado. Isso não era só em Mato Grosso, tinham essas manifestações em outros estados de que, ao invés da gente ter sindicato e uma Confederação nacional e a vinculação a CUT termos uma espécie de OAB, uma organização dos professores do Brasil, a exemplo da OAB. Quer dizer, nós conseguimos destruir isso ou pelo menos desenvolver um trabalho que mostrou que a organização e as lutas sindicais eram superiores a essa concepção equivocada sobre a própria categoria, sobre o próprio trabalho docente.

Então essa foi uma luta para nós nos afirmarmos como trabalhadores da educação. Acho que conquistamos isso. Hoje, mais ainda, dada a própria condição econômica dos educadores, com salários aviltados, como a gente vê hoje não só no estado de Mato Grosso, mas de modo geral, e que em termos de poder de compra, sobre alguns aspectos é menor do que o que nós conquistamos naquele tempo. Então eu me lembro, eu não sei o ano agora, mas ainda que foi no final dos anos 80, início dos anos 90, fruto dessas lutas todas, o meu salário como professor iniciante, com nível superior, pedagogo, era de 11 salários mínimos.

Então veja, embora o salário mínimo não tivesse esse valor que temos hoje ou que tínhamos até bem pouco tempo atrás, antes de o atual governo tomar posse, ainda assim 11 salários mínimos são 11 salários mínimos. Então, era um poder de compra razoável. Isso foi fruto das nossas lutas. Isso tudo ajudou a esses professores começarem a se ver mais como trabalhadores e perceberem a importância do próprio sindicato.

Solange Leoni & Carlos Bauer - Foram realizados vários congressos, então quais eram as principais tendências políticas que atuavam no interior da associação e se houve campanhas de filiação ao SINTEP?

Elismar Bezerra: Sim, nós sempre fazíamos nas nossas reuniões, isto é o discurso da necessidade da filiação como forma de fortalecer a entidade, porque nós tivemos, em vários momentos, o governo tentando destruir a entidade, inclusive, pelo não repasse ou dificultando, tanto no desconto das contribuições dos salários dos professores, os profissionais da educação, quanto na forma de fazer esse desconto. Determinado momento queria que o governo não fizesse isso, não fosse feito esse desconto da contribuição na folha e que cada professor que quisesse contribuir com o sindicato, contribuiria depois de receber o seu salário. Era uma forma de nos esforçar, mesmo sem recursos para a luta.

Mas não conseguimos superar isso porque, em determinados momentos, virou pauta de reivindicações das nossas lutas e greves e eles não conseguiram prosperar com isso. Várias vezes tentaram contra isso, inclusive contra a liberação de professores e demais servidores da educação. Tanto que nós tivemos que colocar isso na Constituição estadual e depois na lei orgânica que regulamentou os direitos dos servidores públicos, que foi a estadual de 1990, se não me engano. Foi aí que se regulamentou a situação dos servidores públicos. De modo geral, a lei foi quase toda escrita por nós.

Solange Leoni & Carlos Bauer – Fale um pouco sobre os congressos que foram realizados.

Elismar Bezerra: Os nossos congressos eram muito concorridos. Além dessas reuniões que gente fazia no interior do estado todo, havia a reunião dos nossos

conselhos de representantes que foi uma coisa que nós instituímos junto com o SINTEP já que essa reunião precedia às assembleias gerais, principalmente para decidir por greve etc. Nesses conselhos se refletia sobre a conjuntura, sobre a condição dos próprios trabalhadores da educação, etc. Então, os congressos eram muito concorridos e nós tivemos nesse Congresso grandes discussões e decisões, todas muito importantes.

Então foram momentos de afirmação da nossa organização, das nossas lutas, das nossas concepções e tiveram a participação realmente de intelectuais aqui de Mato Grosso, além das direções da CNT, da CUT etc. Era diferentemente de outros centros, em que a esquerda estava muito dividida em várias tendências, principalmente o PT. No SINTEP nós tínhamos divergências, mas muito incipientes. Quer dizer, nós tínhamos a direção geral que se identificava, assim mal concebidamente, com uma articulação que era uma tendência do PT, do movimento sindical na época e tínhamos companheiros. Era convergência socialista, mas que a gente tinha um bom diálogo porque essa direção estadual, majoritariamente, era de gente que tinha relações, vínculos, história ligada à igreja católica, principalmente as comunidades eclesiais de base.

Tanto eu como os companheiros, orientavam muito a nossa luta nesse sentido, dessa perspectiva da comunhão, da solidariedade etc. Então, nós nunca tivemos racha entre nós. É preciso dizer que antes do SINTEP tínhamos uma luta entre nós. O nascente movimento ocultista contra membros da diretoria anterior, que tinha uma visão mais conservadora, por assim dizer, mas mais para a direita do que para qualquer outra coisa. Mas nós os vencemos. Tanto que agora teve praticamente chapa única na qual foi eleita a nova direção do sindicato.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Você acha que vai mudar alguma coisa essa nova direção no SINTEP?

Elismar Bezerra: Acho que não. Acho que segue o que estava sendo trabalhado.

Solange Leoni& Carlos Bauer –É, agora a gente vai falar um pouquinho da CNT? Qual é a sua opinião sobre o papel das entidades na história dos trabalhadores em educação?

Elismar Bezerra: Então, eu acho que para nós aqui no estado, nós contribuimos muito

mais com a CNT do que o inverso. Eu digo assim na condução da luta específica, quer dizer, a nossa relação com a CNT foi muito importante. Nós fornecemos quadros, destacados na CNT, como o próprio João Monlevade, que é uma figura que articulou isso com uma presença muito importante na CNT, ainda quando era CPB e depois, o próprio Abicalil foi para lá, virou dirigente da CNT e vários outros companheiros ocuparam postos de direção na CNT.

Eu particularmente nunca quis participar porque eu gostava mais de ficar aqui no estado com as nossas atividades, mas sempre contribuindo naquilo que fosse necessário.

Não estou dizendo assim, no sentido de criticar, não existe nada disso. Eu acho que eu me senti importante, etc. E sempre nas nossas lutas a gente falava da importância de ter no sentido de articular as lutas nacionais e, em determinado momento, nós apresentamos os esforços em tentar unificar as greves. Mas assim se disser que a CNT impactou a luta nossa, eu acho que não, acho que foi muito mais o contrário, nós contribuimos muito mais com as nossas mobilizações e produção de propostas para a luta nacional. Exemplo disso, foi a contribuição do João Monlevade para a reflexão sobre o custo da educação para definir os valores que os estados e municípios deveriam aplicar na educação; a contribuição no campo; as nossas reivindicações; a própria gestão democrática, enfim várias atividades. Desse modo, acho que nós contribuimos muito com nacional e com aquilo que nós conquistamos e realizamos aqui.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Numa conjuntura de ampliação desenfreada da miséria social e da concentração da renda nacional, quais foram às estratégias de resistências adotadas pelo movimento associativista e sindical de Mato Grosso? E como foi o movimento no período do governo Collor?

Elismar Bezerra: Eu já era presidente do SINTEP quando foi eleito Jayme Campos. Aqui com governador do estado foi uma conjuntura muito difícil, de enfrentamentos muito fortes no sentido de buscar manter as conquistas que nós tínhamos alcançado anteriormente. Porque o trabalho assumido do Jayme Campos era de destruir isso tudo: Gestão democrática, PIS, etc. Tanto que quando ele assumiu o governo aqui nós estávamos em greve e essa greve impossibilitou ele de tomar posse na assembleia legislativa, por exemplo. Ele não tomou posse porque nós tínhamos

invadido a assembleia, estávamos acampados na assembleia legislativa.

Houve, inclusive, um enfrentamento muito grande no dia da posse dele com esfaqueamento de companheiros nossos pela chamada p2. É, foi uma luta brava. Então veja como é que nós enfrentamos o governo Collor? Primeiro, continuamos a luta nossa de tentar esclarecer o que era o governo Collor à luz das nossas reivindicações. Como ele confrontava as nossas reivindicações e as nossas conquistas. Então isso foi importante porque foi criando um conceito sobre o governo.

Não era um conceito obviamente negativo, uma crítica melhor dizendo, crítica sobre o governo. E aí veio aquele processo todo do impeachment dele, em que ele renunciou, aquela coisa toda que a gente já sabe. Eu acho que a mesma parte da categoria, que eu acho até que foi majoritária que votou nele naquele tempo, começou a perceber como nós tínhamos razão. Porque isso, você trabalha, trabalha, às vezes, a pessoa nem está acreditando muito no seu discurso, mas vem a história e mostra com um fato. Então eu acho que o enfrentamento foi muito isso aí. Nesse ponto todo o trabalho, obviamente da CNT foi importante no sentido de mostrar a conjuntura nacional. Os enfrentamentos que ocorriam a nível nacional e que nós éramos partes da própria CUT, o conjunto de entidades ligadas aos trabalhadores que faziam enfrentamento naquele tempo e aqueles desmandos todo.

Solange Leoni& Carlos Bauer – E aí mais uma pergunta sobre esse período é como a vanguarda do sindicalismo mato-grossense se comportou no combate às políticas econômicas e sociais adotadas pelo Collor? Só em complemento mesmo.

Elismar Bezerra: Foi desta forma, organizando nossa luta, fazendo o enfrentamento, fazendo as greves que nós fazíamos aqui durante o governo Jaime Campos, que nós buscamos demonstrar sempre que era uma extensão perversa do governo Collor, da necessidade de nós nos organizarmos mais, inclusive colocando a necessidade de nós termos uma preocupação também com a questão eleitoral mais ampla, no sentido de elegermos gente ligada nós.

Qual foi o enfrentamento que nós fizemos, articulando com outros servidores públicos? Naquele tempo, nós criamos o chamado fórum sindical, que foi uma organização de todas as entidades dos servidores públicos. Nós fizemos greve, movimento unificadamente aqui no estado. Foi uma construção muito boa e,

obviamente, o SINTEP tinha a direção daquele movimento por seu tamanho, por sua capilaridade, por sua presença em todos os municípios do estado e uma presença ativa e qualificada. Então, essa unificação dos servidores do povo foi muito importante no enfrentamento não só ao governo Jayme, até nos governos anteriores, como de Carlos Bezerra e depois, no próprio governo de Collor. Então, essas lutas, greves, unificação dos servidores públicos, realmente foi um negócio muito interessante. Fizemos assembleia de todos os servidores públicos com todas as entidades. Assembléias numerosas, participativas, com fortes manifestações públicas.

Em Cuiabá, nos outros municípios do estado fizemos várias formas de enfrentamento, de resistência. Nós tivemos uma assembleia no liceu cuiabano, em Cuiabá. Realmente nunca esqueço esse fato porque foi um fato muito marcante. Nessa assembleia não tinha 50 pessoas. Eu não vou dizer desanima porque a gente não desanimou, mas de decepção com categoria por pensar o seguinte, puxa, todo trabalho que a gente fez e a categoria, de repente, numa assembleia que a gente chama para organizar a luta contra esses ataques às nossas reivindicações não vem ninguém na assembleia. Ninguém, estou falando, não tinha 50 pessoas. Normalmente a gente fazia assembleia com milhares de pessoas.

E nós voltamos, eu lembro, para a sede, a gente conversando, eu falei, bom, precisamos reorganizar as nossas atividades, ir para o interior, fazer uniões, fazer assembleias, fazer discussões com os professores nas escolas, em tudo quanto é lugar. Fizemos depois aquela grande caminhada da educação, do salário, do trabalho que juntou gente tornando-se o maior movimento de trabalhadores até ali da história de Mato Grosso, a maior concentração pública.

Solange Leoni& Carlos Bauer –E sobre a aprovação do primeiro estatuto do magistério do Mato Grosso foi resultado do movimento grevista de 79, o que você pode nos falar sobre isso?

Elismar Bezerra: É preciso a gente articular essas conquistas nossas com o que ocorria a nível nacional. Eu me lembro de uma luta grande nossa, para estabelecer aquele percentual obrigatório dos recursos públicos para a educação, aquela emenda João Calmon, que pouca gente se lembra. Hoje por causa das nossas e de outras reivindicações que colocavam necessidade dos profissionais da educação, todos os estados e municípios têm, cada um, seu estatuto do magistério.

Então, veja, embora aqui não tivesse o movimento sindical que se desenvolveu depois, principalmente com a ANP, mas existia uma organização com dificuldades da própria conjuntura de ditadura militar. Eu não estou desqualificando absolutamente nenhum membro daquelas associações, mas era um limite que se tinha naquele tempo. Enfim, eu não tenho dúvida de que todas as conquistas que o magistério teve foram lutas, resultado das nossas lutas sempre, até porque a conquista da educação básica, de modo geral, é uma conquista dos trabalhadores.

As nossas lutas tinham esse caráter de afirmação como sujeitos da história. Toda as nossas conquistas eram assim, eram fruto disso. Então a própria educação básica é conquista dos trabalhadores no sentido da sua qualificação para a vida social, para a vida econômica social, enfim, para a vida nacional.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Em linhas gerais, o que nós podemos dizer da presença do SINTEP na luta pela democratização da educação pública básica de Mato Grosso e quais foram os momentos mais marcantes dessa trajetória?

Elismar Bezerra: Essas lutas nossas principalmente do SINTEP sempre teve esse caráter de reivindicações, especificamente econômicas ou sindicais, articuladas com as reivindicações mais gerais, de educação, de qualificação, de educação básica etc. Então no campo da democratização da educação, no sentido mais da gestão, foi uma luta ferrenha de enfrentamentos muito grandes, especialmente no governo Jaime, que acabou com a eleição de diretores, etc.

E veja como também o *status quo* comete erro. Quer dizer, eles, no meu entendimento, tinham conseguido uma vitória contra nós, que era de esvaziar o conteúdo da gestão democrática, reduzindo-a como eu disse, a eleição de diretores. Quando ele tenta acabar com a eleição de diretor, ele se afigura para a sociedade como um cara antidemocrático. Na medida em que não quer que o diretor de escola seja eleito pela própria comunidade. Veja até isso, eles queriam destruir, então houve um enfrentamento grande com prisões, com polícia, com um monte de coisa, e nós acabamos depois conquistando isso. Eles faziam essas coisas todas e a gente reconquistou a eleição de diretor e parecia então, um recuo.

Então eu não tenho dúvida que as lutas, de modo geral, contribuíram para democratização da educação, seja no sentido da oferta da educação das massas, como no sentido da busca da qualificação dessa oferta e da qualificação do próprio

processo educacional escolar, como também na democratização da gestão da escola. E assim cada Conquista nossa representava uma tentativa de destruição. Sempre foi assim. Você Conquista hoje, e ainda hoje o governo está discutindo e busca destruir essas conquistas. Nós tínhamos uma estrutura orgânica da rede estadual de educação em Mato Grosso, que era a seguinte, você tinha escola intermediária, você tinha as delegacias regionais de ensino e administração central.

Quando nós conquistamos a gestão democrática, nos termos que inclusive instituímos a Constituição estadual de 1988, nós tínhamos a eleição de diretor de escola, nós tínhamos os conselhos deliberativos escolares da escola e nós tínhamos as plenárias regionais dos conselhos deliberativos de jurisdição de cada delegacia de ensino e tínhamos a eleição para delegado de ensino. E tínhamos depois, na instância superior, o fórum estadual de educação, além do conselho estadual de educação. Veja com isso tudo, nós “mandávamos” na educação, com essa estrutura, então, o que ocorreu quando o Dante assumiu o governo, ele acabou com as delegacias regionais de ensino, portanto, quebrou essa estrutura e quebrou, portanto, essa lógica ou essa estratégia nossa de enfrentar o status.

Essa mostra exatamente como havia uma lógica naquela conquista, no encaminhamento, na concepção de gestão democrática. Não é que o governo quebrou quando acaba com essa instância intermediária. Ele acaba com a instância intermediária, criando um caos na educação, porque as escolas passaram a viver uma situação de acefalia. Não é de falta de direção, ou pelo menos de falta de presença, local da Seduc. E isso só foi, parcialmente restaurada agora no governo atual, que criaram o que eles estão chamando de delegacia de direção regional da educação.

Por quê? Porque é um escândalo, você, num estado do tamanho de Mato Grosso, em que, por exemplo, Luciara que a cidadezinha que eu nasci, quase 1200 km daqui de Cuiabá, 1100 km aqui de Chapada dos Guimarães, conduzir uma política educacional? Todos os seus elementos são diversos. Seja pedagógico, seja administrativo de Cuiabá, sem uma instância intermediária que possa fazer a discussão e os encaminhamentos com as unidades escolares de um município desse como Luciara como Santa Terezinha, que fica mais ao leste ainda Vila Rica, etc.

É um absurdo isso, mas o estado escolar não se importa. Um absurdo, se ele se importa com seu interesse, então se isso vai destruir a educação ou não é outra coisa, até porque em grande medida, eu trabalho na minha tese do doutorado, eu digo, dado a natureza do agronegócio e as suas necessidades para o desenvolvimento da

produção, com característica de um capitalismo periférico, ele não carece muito da qualificação e da mão de obra que, ao nível da educação básica, até porque ele importa as tecnologias todas, né, dos centros do capitalismo mundial. De modo que essa tecnologia acaba não carecendo da formação das massas de modo geral.

Tanto que eu questionava isso com os empresários. Você não vê um movimento do empresariado no sentido de qualificar a escola básica. Pelo contrário, as suas posições com relação à educação básica, principalmente na educação pública, é no sentido de tentar enfraquecer os seus movimentos e, principalmente, o protagonismo autônomo dos professores.

3º Bloco da entrevista

Congresso fundacional

Solange Leoni& Carlos Bauer – Na verdade, agora último bloco, só para falar sobre o Congresso fundacional mesmo. Como aconteceu e onde aconteceu? Qual foi o tema deste Congresso?

Elismar Bezerra: Bom, eu sou ruim dessas datas todas, não lembro. Mas o Congresso ocorreu em Castros (MT), um município que fica a 220 km de Cuiabá. Um dos municípios mais antigos do estado de Mato Grosso. Foi um Congresso realmente importante em que a gente funda o sindicato a partir de um processo de consolidação do sindicalismo no estado a partir do SINTEP. Então foi um Congresso importante, com a presença muito grande de pessoas do estado inteiro.

Convidamos pessoas para participar de várias orientações políticas. Uma das figuras que falou lá foi o professor Estácio Mazzotti. Não sei se ouviu falar dele. Ele trabalhou aqui na universidade federal de Mato Grosso. Depois ele foi embora, se não me engano, foi para Rio de Janeiro. Além dele, outros. eu acho que é importante a divergência. Você se supera na luta. Porque quando as pessoas, por paixões ideológicas tentam cometer absurdos, a realidade os converte. De um modo ou de outro ele se acerta ou ele é expurgado da luta por seus absurdos. Eu digo no campo da luta dos trabalhadores.

Então nós não tínhamos problemas com as divergências, por isso o Congresso muito bom, muito rico e saímos de lá com o SINTEP fundado e ainda com a nomenclatura que a gente usava AMP/ SINTEP até transformar definitivamente só em

SINTEP. Associação mato-grossense dos profissionais da educação em sindicato dos trabalhadores da educação de Mato Grosso. Então foi isso. Foi um Congresso muito importante.

Outro fato importante foi a criação da universidade estadual de Mato Grosso UNEMAT, em que nós apoiamos o companheiro Maldonado, com quem trabalhei muito. Outros momentos junto com ele, inclusive quando ele foi secretário de educação em Cuiabá e depois nós 2 no mesmo partido. Eu me lembro até de uma assembleia que teve lá em casa que nós estávamos participando, apoiando a criação da UNEMAT com Maldonado à frente. Você veja que no SINTEP todos tínhamos presença em muita coisa.

Solange Leoni & Carlos Bauer – Continua essa representatividade?

Elismar Bezerra: Não, eu acho que reduziu um pouco porque a sociedade cresceu muito por suas diversidades todas. Eu digo em termos institucionais, de movimentos, de processos econômicos, de instituições, empresas, etc. Você não tinha naquele tempo muita coisa que você tem hoje, grandes empresas, grandes corporações, grandes associações, inclusive de empresários com o poder. Como a maior organização de empresários aqui no estado era a Fecomércio, a federação dos empresários rurais, era uma coisa muito mais do universo empresarial, não tinha capilaridade, não tinha penetração na sociedade assim com força política.

Hoje você tem uma interlocução grande na sociedade, essa interlocução é contra os movimentos de trabalhadores no sentido deles apresentarem conteúdos na forma desses cursos de formação no sentido de desqualificar a escola pública desqualificar o trabalho do professor.

Solange Leoni & Carlos Bauer – Você poderia falar sobre como os delegados foram eleitos nesse período, a democracia e a proporcionalidade das representações?

Elismar Bezerra: Sim. Nós sempre tivemos isso. Na verdade, seguia mais ou menos a orientação da própria CUT e da CNT. Os delegados eram eleitos no Congresso, de forma democrática, com votação e tudo mais para eles. Eu não me lembro nunca de nós termos excluído alguém. Era uma coisa muito “igrejeira”. Por nossa formação,

buscávamos o entendimento, o diálogo, a comunhão. Alegria, na verdade, era fazer aquele movimento.

Eu acho que essa é uma coisa importante, porque nós tínhamos alegria em fazer aquilo, nós tínhamos prazer em fazer aquele movimento. Havia uma coisa boa, uma atmosfera boa entre nós, alegria mesmo, no sentido de nos sentirmos bem irmanados no encaminhamento. Isso é para dizer que aquilo era maravilhoso. Nós fazíamos isso, não que nós não tivéssemos divergências e discussões acaloradas, mas nunca no sentido de criar cisão nem na diretoria.

Desde quando nós nos colocamos na direção do sindicato, não é a direção cutista do sindicato, quando criamos e passamos a conduzir os sindicatos, realmente foi nessa situação e isso transparece muito. Eu acho que para a categoria como um todo. De modo que nós acabamos inibindo qualquer tentativa de oposição e tal, tanto que as eleições foram sempre marcadas depois com chapas únicas. Do nosso campo, só naquele momento quando eu fui presidente é que tivemos realmente uma disputa muito forte. O professor Bosco foi o presidente da outra chapa. Ele nos enfrentou. Foi numa discussão, num embate muito duro em todo o estado, inclusive em alguns momentos, com apoio do governo do estado.

Mas eu gosto muito desse trabalho de base. Assim, nos moldes das comunidades eclesiais de base, porque havia conteúdos nas nossas discussões. Eu acho que quando há conteúdo assim, você convence. Você convence no sentido, não de uma pessoa votar, mas no sentido de caminhar junto. Quando o caminho é junto, aí você enfrenta qualquer coisa, qualquer poder, inclusive do estado. Então nós vencemos aquela eleição e nos consolidamos na direção do sindicato.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Qual foi seu maior desafio nesse período todo?

Elismar Bezerra: Então eu assumi o sindicato. Eu tinha. Eu tinha 25 anos, então era um menino. É, eu fui muito precoce nessas coisas aí, então eu tinha 25 anos. E eu digo assim, quando você é muito novo e assume um sindicato do tamanho do SINTEP de uma categoria como de professores, você tem alí muita gente com idade de ser seus pais, às vezes até mais. Nesse sentido, você precisa provar que é competente, que é capaz de conduzir aquilo. Então, sempre tive essa preocupação. Eu nunca parei de estudar, de tentar entender as coisas.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Você concluiu o doutorado?

Elismar Bezerra: Terminei em 2017, todos os meus cursos. Eu nunca, nunca prorroguei. Nunca fui Além do tempo estabelecido na graduação, no mestrado, no doutorado. No mestrado, inclusive terminei. Eu acho que uns 6 meses antes. E no doutorado também defendi dentro do prazo, sempre preocupado em estudar, em tentar compreender a luta, todos aqueles momentos. Não que não tivesse cometido um ou outro equívoco porque não é fácil você entender a realidade. Se fosse, todos éramos cientistas, doutores, né. E então eu acho que a dificuldade era essa.

O fato ter cara de 25 anos enfrentando todas aquelas lutas, sem nunca ser de uma família de políticos e tal, sem interesse referencial. Então, se fazer naquela luta toda, você precisa ter como referência, na verdade, a necessidade da luta. A honestidade do seu propósito, honestidade da sua entrega ao movimento, às lutas todas e tal. E eu acho que isso foi o grande elemento que me fez ter essa trajetória toda porque ninguém podia ou pode dizer que eu fui, que eu tive uma atitude incorreta com a técnica, com a categoria, em qualquer momento. Não existia isso. No conjunto da categoria nunca houve traição, nunca houve desvio de recursos, nunca ouvi nada disso porque nós buscávamos ser muito verdadeiros na nossa luta. Nós fazíamos com alegria porque nós acreditávamos naquilo. Porque aquilo era nossa vida, era nossa opção de vida, então nós éramos muito sinceros naquilo. Eu acho que isso foi um elemento determinante para nós conquistarmos o que conquistamos.

Solange Leoni & Carlos Bauer – É isso. Você gostaria de deixar mais alguma? Algum esclarecimento, alguma coisa que você gostaria de colocar aqui para eu pesquisar e depois a gente retomar? Ou tá tudo certo?

Elismar Bezerra: Não, eu acho que é isso. Acho que já abordei tudo.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Vamos falar com o Monlevade também. Não conseguimos ainda, mas a gente ainda vai fazer mais um complemento.

Elismar Bezerra: Ele me falou que está vindo aqui em Mato Grosso acho que dia 18 me parece na semana que vem ele vem, marcou para conversar comigo. Vamos conversar um pouco sobre isso. É, eu acho que é interessante. Você vê aquela história

que eu te falei, do encontro estadual de educação do SINTEP que nós criamos lá em 1990 e eu acho que nós fizemos o primeiro encontro lá. Acho que foi em São Félix do Araguaia o primeiro, o segundo foi em Rondonópolis.

Sempre fazemos esse encontro exatamente dentro dessa preocupação nossa de fazer avançar a educação básica. Primeiro, compreendermos que efetivamente educação básica não é por sua significância econômica, social e não estritamente escolástica. É, portanto, no sentido de qualificar os trabalhadores da educação na compreensão e condução dessas lutas todas, desses processos todos, de realização da educação básica no estado. Então acho que seria interessante dar uma pesquisada, porque tem publicação sobre isso também. Você deve ter visto.

Solange Leoni & Carlos Bauer – Então obrigada. Um ótimo dia para você.

Elismar Bezerra: Um abraço. Sábado bom final de semana para você.



APÊNDICE C: Roteiro de entrevista 3 (Carlos Augusto Abicalil- 01/07/2022)

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)

Roteiro de entrevistas contextualizadas com os ativistas sindicais e políticos que participaram do processo de fundação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT).

Entrevistado: Carlos Augusto Abicalil

Solange Leoni & Carlos Bauer– Para começo de conversa, gostaríamos de agradecer sua disposição em colaborar com a construção do nosso trabalho acadêmico, que está empenhado em recuperar a história dos movimentos políticos, associativistas e sindicais dos trabalhadores em educação, como também em procurar preservar a memória dos seus ativistas. Também solicitamos que, após a sua revisão, autorize a utilização do seu nome próprio e a divulgação dos resultados escritos desse registro nas pesquisas acadêmicas, artigos e livros que publicaremos.

1º Bloco da entrevista

Questões pessoais

Solange Leoni & Carlos Bauer – Quando e como foi o processo de escolha do seu curso universitário, em que instituição você estudou e como se deu o seu processo de formação acadêmica? Você participou do movimento estudantil, quais eram as principais bandeiras do movimento estudantil do seu tempo de estudante?

Carlos Augusto Abicalil – Bom, o meu tempo de estudante, ao que você se refere foi antes de eu chegar aqui ao estado de Mato Grosso, fui formado em várias situações distintas. No meu primeiro período como estudante, já no ensino médio, foi na busca por emancipação do Grêmio estudantil. Eu sou um dos fundadores do Centro, no ETA

lá do colégio instituto, em Nova Friburgo, onde estudava em um colégio jesuíta. Eu estudava por bolsa.

Eu sou o décimo de 14 irmãos. Como nós éramos vários irmãos estudando lá eu tive acesso à bolsa vinculada de desempenho acadêmico. Como tinha um corte de média, eu não podia ficar em recuperação. Eu participei, nos anos 70, da refundação do que nós chamamos de Grêmio estudantil. E coincidiu também com o ano de 2 eventos graves, não tão grave como de 2011, mas também grave de enchentes na cidade. Nós nos organizamos numa mobilização em favor dos que ficaram desabrigados. Naquele período havia muita complicação com a gestão pública municipal, então nos engajamos num movimento pela recuperação da cidade por transparência, etc. Ao mesmo tempo, eu atuava na pastoral da Juventude da diocese de Nova Friburgo, naquele momento, sob a condução do dom Clemente Isnard, primeiro bispo da diocese. Ele era um monge beneditino e podia participar, inclusive, da organização da Juventude em toda a região centro norte do estado.

Sou do Rio de Janeiro conforme disse anteriormente, e fui o primeiro da minha família a estudar fora da cidade. Fiz vestibular para economia na universidade federal Fluminense, onde iniciei o curso. Na sequência, lá atuei também no movimento estudantil, menos, porque eu tinha que trabalhar à noite para poder me manter. Eu estudava de noite e trabalhava de dia num estaleiro onde eu aprendi a lidar com várias ferramentas de construção naval e também me iniciei na discussão da organização sindical.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Houve algum tipo de enfrentamento com os golpistas de 1964 que marcou sua vida de estudante?

Carlos Augusto Abicalil – A luta contra a ditadura estava envolvida nesse movimento. Quando eu mencionei o evento das enchentes. Em 78/79, lá na prefeitura no município de Nova Friburgo, nosso engajamento foi com a população da periferia profundamente desabrigada, abandonada numa construção inacabada gigantesca. Mais de 700 pessoas aglomeradas e ali nós começamos também um debate em torno de organização de base.

As associações de moradores eram nascentes naquele período. Naquele caso, com desabrigados e desabrigadas que eram de 4 bairros diferentes que foram aglomerados no mesmo ponto, com mobilização de jovens ações solidárias, como

recolher e distribuir alimentação, organizar a comunidade para demandar direitos, saneamento básico, concerto das vias de acesso, pavimentação de vias de acesso. Estão me envolvi nesse sentido, nessa movimentação, tudo isso coincidia com o período final da ditadura militar. Participei inclusive do grande ato pelas diretas que ocorreu no Rio de Janeiro.

Ainda antes de mudar-me aqui para Mato Grosso. Chegando a Mato Grosso me engajei diretamente. Não apenas através da comunidade eclesial de base já iniciada na prelazia de São Félix, em um lugarejo que hoje é um município chamado Ribeirão Cascalheira. Posteriormente, também na cidade de Barra do Garças, pude participar da fundação início de atividades de 2 comunidades eclesiais de base lá. Tudo isso, bem antes de chegar aqui a Cuiabá, onde eu estou.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Quando e como se deu o seu ingresso no mundo do trabalho educacional?

Carlos Augusto Abicalil – Vim para Mato Grosso num concurso público. Aliás, numa chamada pública não era concurso, era para contrato temporário. Foi na primeira prefeitura de oposição do estado, no Mato Grosso, na época MDB. Em Barra do Garças, na rede estadual. Vim então trabalhar muito. Mediado pelo bispo Pedro Casaldáliga, já falecido da prelazia de São Félix do Araguaia, foi neste período, então, que ingressei um ano depois.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Quais eram as principais características do trabalho docente nesse período? Antes de chegar ao papel de dirigente sindical, você lecionava para qual etapa do ensino fundamental? Você consegue se lembrar do conteúdo e da forma que utilizava para disseminar o conhecimento literário junto aos alunos?

Carlos Augusto Abicalil – Trabalhei nas escolas, eram noturnas, profissionalizantes na maior parte do caso. Contabilidade, administração, essas coisas para a LDB de 72.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Ao longo de sua carreira quais foram os principais desafios enfrentados no ensino aos jovens estudantes?

Carlos Augusto Abicalil – A formação de uma geração nova, e com uma perspectiva de dedicação profissional transitória, muito curta. Acho que são fenômenos novos e qualquer superação dependerá muito dessa geração que está recentemente ingressada. Formada recentemente e interessada nas carreiras públicas, acho que uma parcela não pequena, lamentavelmente ainda crê que as conquistas são individuais e o que vale é que esteja bem a sua individualidade.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Sua presença na história da educação está profundamente marcada pela trajetória do movimento dos professores brasileiros e suas perspectivas de organização associativistas. Conte-nos um pouco sobre a sua militância sindical, como ela começou e quais foram os principais embates que, porventura, tenham participado? Como o Sr. via a luta dos professores num contexto mais global? Tinha conhecimento do que se passava, por exemplo, em outros países da América do Sul?

Carlos Augusto Abicalil – Bom, primeiro fui inspirado e formado na minha adolescência e juventude, na teologia da libertação. Esta inclusive, na dinâmica da própria formação da Juventude. Evidentemente, isso muito me inspirou naquela época pela chamada opção preferencial pelos pobres e um olhar específico ao que hoje se chamam excluídos, marginalizados e vulneráveis. Que é uma palavra que está em moda agora, as vulnerabilidades. Bom, isso, evidentemente, em cada canto que eu estive, foi a pauta principal da minha entrada. Foi o primeiro objeto de estudo.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Como e por que o SINTEP/MT foi criado?

Carlos Augusto Abicalil – Olha, o SINTEP nasce como associação de professoras primárias no feminino. De professoras primárias, acabou de completar 57 anos, anteontem. Eu estive na posse da nova direção que assumiu antes de ontem. Estávamos lá dois ex-presidentes e além da chapa que assumiu.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Como você avalia a conjuntura em que SINTEP/MT foi criado, quais eram os principais desafios que estavam colocados para a organização associativista dos professores mato-grossenses?

Carlos Augusto Abicalil – Ele nasce sobreposto à organização da associação mato-grossense de professoras primárias, quando ainda o contrato era todo precário, na

base do a palavra do chefe político de turno. Eu ainda peguei restos desta situação quando cheguei à Barra do Garças. Boa parte das professoras e professores que existiam nas escolas estaduais ainda eram desse período. Pouquíssimos haviam feito concurso público, cujo primeiro foi em 84, um ano antes de eu chegar. É, evidentemente, que essa situação nos levou a nos mobilizar dentro de um movimento nacional, porque coincidiu também com a fundação da CPB. É que hoje é a CNT.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Quais foram às atividades organizadas pelo Sintep-MT nos seus primeiros anos de existência que marcaram a história dessa entidade?

Carlos Augusto Abicalil – Isso tudo citado a gente conseguiu através de muita mobilização, muito debate público. Nós fizemos debates públicos. As autoridades, os secretários, vinham às plenárias por convite, participando intensamente das discussões de orçamento de lei, de diretrizes orçamentárias na assembleia legislativa, o que também significava que havia uma porosidade, digamos assim, da esfera legislativa.

Solange Leoni & Carlos Bauer – Em linhas gerais, qual foi a importância do Sintep-MT no interior do movimento sindical docente brasileiro e no processo de organização e desenvolvimento da CNTE? Em sua opinião, qual o papel desempenhado por essa entidade na história dos trabalhadores em educação brasileiros?

Carlos Augusto Abicalil – Ela foi fundamental. Hoje segue sendo fundamental, embora num patamar em que o categorizam abaixo da intensidade que deve ter, como aqui os retrocessos se agravaram durante a pandemia porque foram, nesses últimos 2 anos. É, evidentemente, a expectativa com o conjunto desordenado de implementação que coincidiu com municipalização da escola este ano e implantação atabalhoada completamente.

2º Bloco da entrevista

O contexto sociopolítico da fundação do SINTEP

Solange Leoni& Carlos Bauer – Numa conjuntura de ampliação desenfreada da miséria social e da concentração da renda nacional, quais foram as estratégias de resistência adotadas pelo movimento associativista e sindical dos trabalhadores da educação mato-grossense? Como combater esse inimigo ainda mais poderoso, o capital internacional? O que vocês poderiam oferecer ao trabalhador da educação?

Carlos Augusto Abicalil – O combate ao projeto neoliberal foi de fundamental importância na busca da superação da crise econômica e social instalada pelos sucessivos governos brasileiros no período da chamada transição democrática. Houve um grande esforço e muita capacidade política e organizativa dos trabalhadores em promover amplas e massivas mobilizações para assegurar a conquista e a manutenção dos direitos sociais no plano da luta imediata e reativa, mas, também, de procurar intervir, do ponto de vista estratégico, nos assuntos políticos nacionais. O estímulo à mobilização popular era entendido como vital para melhorar as condições de vida da ampla maioria da população trabalhadora e para a formulação de uma alternativa classista de transformação da sociedade brasileira.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Como a vanguarda do sindicalismo mato-grossense se comportou no combate às políticas econômicas e sociais adotadas pelo governo Collor? O que na prática foi feito?

Carlos Augusto Abicalil – Bom, em primeiro lugar, vamos nos lembrar que Collor fez propaganda contra a Constituição. Isso não é um fenômeno do Bolsonaro, não. O Bolsonaro fez de maneira mais degradada, mas lá atrás o Collor, o primeiro presidente eleito pós-constituente, se elegeu ou não, com um discurso contra a Constituição. Vamos lembrar o que ele dizia da reforma agrária na formação de milícias. Ele defendia as milícias rurais.

E efetivamente fake news, como eu disse, já era a ferramenta daquela época que motivaram a desacredita na candidatura de Lula, a única capaz de fazer frente a Collor. Foram as fake news que constituíram a destituição do Lula. Lá nós estávamos

sem as ferramentas de velocidade, a instantaneidade de hoje, mas com o mesmo discurso contra a Constituição.

O estado, um grande elefante. Você não deve se lembrar dessa imagem, mas a propaganda estatal era de que nós éramos um grande elefante. O estado do serviço público era um grande elefante, lento e precisava se transformar num animal que é veloz. Como era um link ou uma onça pintada, essas eram as figuras. É a linguagem que ele utilizava para esse contexto. Então é evidente que foi um confronto muito direto, então nós tivemos um período de conflitos muito intensos.

3º Bloco da entrevista

A organização dos trabalhadores da educação no MT

Solange Leoni& Carlos Bauer – Em 1987, houve a aprovação congressual de filiação da AMP à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O que representou esse gesto político na história da entidade?

Carlos Augusto Abicalil – Isso originou muita conflitualidade, tanto que o Congresso que definiu a filiação à CUT não se encerrou no tempo determinado. Teve que ser concluído com um aditivo, digamos assim. Felizmente conseguimos ser vitoriosos na sequência. Essa mesma corrente de pensamento dirigiu o SINTEP continuamente. Algumas ocasiões com alguma expressão de oposição, mas na maior parte delas, sem oposição, conseguir se estruturar em chapa.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Em outubro de 1988, logo após a Constituição, ocorreu a fundação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT).

Carlos Augusto Abicalil – O primeiro encontro do Congresso que foi bastante difícil mesmo até hoje o SINTEP é o maior Congresso sindical não filiado à CUT.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Em linhas gerais, o que podemos dizer da presença do Sintep/MT na luta pela democratização da Educação Pública Básica de MT, quais foram os momentos mais marcantes dessa trajetória?

Carlos Augusto Abicalil – É o maior sindicato do estado, com organização em 141 municípios, que para as nossas condições objetivas é muito complexa.

Enfrentamos a municipalização e a pulverização sindical, porque veio outro fenômeno junto com a municipalização. Também pulverizaram se até por combater o SINTEP, estruturas sindicais mais frágeis na maior parte do caso gerais do serviço público municipal, para não se distinguirem na categoria de profissionais da educação. Mas não é uma exclusividade.

Solange Leoni & Carlos Bauer – Como a sua geração de dirigentes do Sintep/MT entendiam o significado das campanhas corporativas por melhores salários, defesa da carreira e melhores condições de trabalho?

Carlos Augusto Abicalil – Eu tenho muita felicidade de ser de lá. Então, em relação ao Congresso, eu participei como delegado de base. Talvez tenham sido minhas primeiras experiências de intervenção coletiva em plenária deliberativa. A possibilidade de exercer é com muito orgulho, não apenas a presidência. Direção regional dos internos. Foram meus cargos ali.

Solange Leoni & Carlos Bauer – Até que ponto o *impeachment* do Collor foi visto como vitória do PT? Houve medo de retrocesso nas atividades sindicais, sobretudo do SINTEP/MT?

Carlos Augusto Abicalil – Houve uma intensa mobilização até que se chegou ao impeachment. O Collor não sairia se não fosse o movimento caras Pintadas. Ficou a fama do movimento estudantil, procuramos convencionar entre nós que, sem a base organizada da educação dos profissionais, servidores públicos, eles não teriam suporte para ganharem a dimensão que ganharam, seja no nível da UNE, do ensino superior, seja no nível da educação básica, através da UBES, da união Brasileira de estudantes.

Solange Leoni & Carlos Bauer – De que forma o sindicato contornou ou superou esse momento de crise política e econômica?

Carlos Augusto Abicalil – Nós fomos muito explícitos nas nossas lutas públicas, inclusive na denúncia das iniciativas do que significava o governo Collor. Participamos intensamente de atividades na assembleia legislativa, como disse nesse período dos anos 80 e 90. Nossa presença consistente, ocupando espaços, fazendo documentos, fazendo formulação, foi muito intensa e logo no período pós-impeachment essa

ascensão da representação sindical.

4º Bloco da entrevista
sobre a fundação do SINTEP-MT

Solange Leoni& Carlos Bauer – Quando o congresso fundacional foi realizado?

Carlos Augusto Abicalil – Em 1988 na cidade de Cáceres/MT.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Qual foi o temário congressual?

Carlos Augusto Abicalil – Debates sobre a constituinte LDB, cartilhas do sindicato, a formulação do sistema e da gestão democrática, com cartilhas de disputa, inclusive na conferência oficial convocada pelo governo do estado. Eu recolhi isso em várias iniciativas que nós tivemos para a legislação estadual.

Solange Leoni& Carlos Bauer – Como os delegados foram eleitos? A democracia e a proporcionalidade das representações foram garantidas?

Carlos Augusto Abicalil – Eleitos pelo voto direto da comunidade escolar. Obrigatoriamente temos de defender o seu projeto político pedagógico junto da comunidade, composto junto e aprovado e depois no período também avaliado. Esse foi o processo concebido originalmente onde a participação com a comunidade escolar era fundamental. Era conjugado desde o processo de composição.

Solange Leoni& Carlos Bauer – E, por fim, o que o Senhor sugere para que eu possa incluir nesse meu processo de investigação científica? Nomes? Entidades? Acredita que o meu trabalho é relevante? Em que sentido eu poderia contribuir com a história do movimento sindical no Brasil?

Carlos Augusto Abicalil – Odorico Ferreira Cardoso Neto escreveu uma publicação que retrata esse período que nós estamos conversando aqui. Ela foi publicada pela Paco Editorial e se chama inventário da luta dos trabalhadores da educação em 3 décadas. Então ele pega este período. Tanto Elismar quanto eu estamos como entrevistados neste livro. Depois, tem a tese de doutorado dele, a democratização na

escola pública no estado de Mato Grosso pela editora da UFMT. Ele pega o período dos anos 90 até os anos 2000. É interessante porque tem muito do disso que nós estamos comentando, inclusive essa deterioração, digamos assim, do processo. Eu listei esses livros porque achei que a pesquisa poderá requisitá-los porque ele têm uma memória também bastante sistematizada sobre a questão sindical e gestores da época.



APÊNDICE D: Continuação da entrevista (Carlos Augusto Abicalil- 01/07/2022)

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)

1º Bloco da entrevista

Didatura militar

Solange Leoni& Carlos Bauer: Tem uma questão relacionada à ditadura militar, mas o senhor era bem jovem? Nesse período, o senhor se lembra de alguma questão relacionada à ditadura?

Carlos Augusto Abicalil: Bom, desde o período em que estou envelhecendo chamado segundo grau hoje ensino médio, havia o fervor das revoluções centro-americanas naquele período. Eu fui iniciado na chamada teologia da libertação, coincidindo com minha Juventude, tanto na formação dentro da escola, como depois da militância do movimento estudantil e de juventudes. E, evidentemente, a luta contra a ditadura estava envolvida nesse movimento. Quando eu mencionei o evento das enchentes.

Solange Leoni& Carlos Bauer: As histórias são muito próximas, né?

Carlos Augusto Abicalil: Isso. Esse movimento coincidiu, portanto, com a luta por democracia. Engajei-me no movimento nacional. Pela constituinte, fiz parte do fórum nacional da educação pela constituinte e, na sequência, até 1996, o fórum em defesa da escola pública, na LDB. Quando eu morava na divisa entre Goiás e Mato Grosso, inclusive na representação do SINTEP, para esses eventos nacionais ficava mais fácil, porque eu estava a meio caminho entre Cuiabá e Brasília. Nesse período, de Barra do Garças a Brasília havia asfalto, de Barra do Garças até Cuiabá, não tinha asfalto. O João Monlevade mesmo era um encarregado na AMPED, fundação

de núcleos à época se chamava núcleos.

Da associação foi durante muito tempo um agente que fez os primeiros contatos nessa região do Araguaia, com quem trabalhamos muito visitando o município a município, muitas vezes diretamente de escola para escola. Eu fui o segundo delegado da época. Chamava-se delegado sindical de toda a região leste do Mato Grosso. Tem uma atenção enorme desde Ribeirãozinho, na nascente do Rio Araguaia, até Santa Terezinha, na divisa com o Pará. O João Monlevade muitas vezes fez esse percurso conosco para nós instituirmos os chamados núcleos da ANP. Me antecedeu Cármen Lúcia, que ainda é viva a professora aposentada lá em Barra do Garças.

Houve também um papel importante, relevante da presença do João Monlevade, que é uma figura importantíssima nesse processo organizativo na universidade, porque isso também dava ele espaços de interlocução mais amplos, digamos assim, do que aqueles e aquelas que ainda sem telefone celular, em muitos municípios, sem energia elétrica. No caso de Mato Grosso, né, ou com energia elétrica limitada, determinadas horas sem telefonia, sem esses mecanismos de comunicação, éramos muito isolados. A principal via de comunicação nos anos 80 local e regional era rádio. Os jornais impressos chegaram com 45 dias de atraso no interior pra gente entender e a televisão que estava crescente naquele momento era de rede nacional. Não tinha programação em conteúdo local para entendermos um pouco como é que isso funcionava.

Solange Leoni& Carlos Bauer: É, eu estou com alguns contatos do pessoal desse período como a Verinha.

Carlos Augusto Abicalil: É a Verinha aqui de Cuiabá. Verinha iniciou em Rondonópolis porque ela se formou lá na federal de Mato Grosso. Hoje é federal de Rondonópolis. É autônoma. E depois ingressou aqui em Cuiabá. Quando eu vim ser diretor do SINTEP, ela já era diretora da sub-sede de Cuiabá. Já aí já não tinha mais núcleos, se chamava sub-sede.

Solange Leoni& Carlos Bauer: E aí nós temos essa caracterização do período, mas como o assunto, ele faz parte da história, mas ele está muito presente hoje,

a gente acaba fazendo esse link. E uma coisa que me despertou uma curiosidade muito grande foi como esses movimentos eram ativos naquele período, com uma série de questões desafiadoras ainda hoje.

Carlos Augusto Abicalil: É, mas eu imagino que são situações bastante distintas. Primeiro, naquela etapa nós víamos uma carestia terrível debaixo de uma ditadura que dizimou muitos líderes. E que provocava muito medo, mas particularmente na juventude, eu estou falando das pessoas que tinham a minha idade naquela época cobertas pelo medo. E era a referência de reação. Se esperava muito da Juventude, às vezes mediada por um adulto. É oculto, digamos assim, não muito visível, que é o meu caso, quer dizer, na minha experiência foi assim, no suporte, inclusive, muitas vezes tirando dúvidas ou fazendo algum tipo de orientação e a gente, as juventudes com muito protagonismo naquele período.

Então, tanto a juventude vinda de 1968 do movimento estudantil que foi fortíssimo, como a Juventude posteriores àquelas da qual eu faço parte da geração seguinte, tinha o foco muito grande na reconquista da democracia e na superação da carestia, temas do presente que não eram tão visíveis, mas que só são possíveis e visíveis hoje porque houve essa luta anterior. Então hoje as chamadas identidades coletivas, as diversidades das políticas de inclusão, na verdade, se somam ao retrocesso enorme que nós estamos vivendo em temas como carestia, regulação do trabalho, que eram temas daquela época. Hoje são bastante mais complexos de se tratar.

Os processos formativos se dão muito por essa presença cara a cara, com material que muitas vezes a gente rodava em casa. Muitas e muitas noites eu passei junto com outros companheiros desenhando, datilografando, portanto, com o calor humano. A presença é um fator mobilizador muito grande e ao mesmo tempo, também vai criando laços bastante substantivos entre as pessoas e os agentes. É essa presença, que é um momento bastante distinto do de hoje que foi acelerado com a pandemia.

Então, esse tipo de vínculo de relação de presença física também nos obrigava a conhecer condições e situações muito concretas. Tais como as situações das mulheres, “chefas de famílias” que eram reconhecidas nas cidades como tais, porque eram profundamente discriminadas e desrespeitadas. Se as mulheres eram a maioria

e como são até hoje da nossa categoria, você imagina isso nos 40 anos atrás. Em cidades pequenas do interior, de uma região de expansão populacional guiada pela ditadura nos anos 80 e 90.

Esses assuntos foram se torando motivos de organização e protagonismo sindical. Por isso, não é um detalhe que o SINTEP tenha nascido com professoras primárias. É uma marca importante porque também vem inspirando outros tipos de busca por direitos e afirmações.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Não falta, né?

Carlos Abicalil: Nós também fomos inaugurais na luta por constituir um conceito mais amplo de profissionais da educação e, segundo o nome da ANMP, onde também tem a presença do professor João Monlevade.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Sim.

Carlos Abicalil: O conjunto de profissionais da educação, tem a experiência, como a João Monlevade, entre outros, com o mundo jesuíta. No caso dele, de formação até no nível superior. No meu caso, nos anos finais do que era ginásial, hoje é fundamental em todo o ensino médio.

Solange Leoni& Carlos Bauer: E que a conquista essa não é da unificação dos profissionais da educação com os docentes? Eu vejo isso hoje.

Carlos Abicalil: É, essa é uma marca muito mato-grossense, que depois se espalhou pelo país. Não é ainda universal, digamos assim. Há várias situações em que isso não se confirmou, mas aqui nós tivemos esse debate muito inspirado, num período que era efervescente de organização, que foi o período pré-constituente.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Eu ia citar minha infelicidade, né? Que eu vejo a verdade, eu não vejo isso acontecer em Santo André. Eu vejo 2 mundos, 2 mundos paralelos dentro de uma unidade escolar muito infeliz.

Carlos Abicalil: E em todo esse processo, sempre na contramão dos governos, é bom que a gente diga, né, é porque, como meu patrão, a vida inteira foi governo. É bom que a gente diga que as disposições de governos são muito avessas a essa visão. É conceitual, mais ampla e até hoje querem voltar a falar apenas de magistério. Essas tensões não se dissolveram embora nós tenhamos tido uma experiência, talvez por isso de ineditismo. Por coincidir com o período de reorganização e luta democrática, ganhou um estranhamento maior em um reflexo primeiro na organização sindical, depois, na composição do debate em torno de carreira, estruturação do sistema de ensino.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Piso salarial também?

Carlos Abicalil: É.

2º Bloco da entrevista

A organização associativista dos professores do MT

Solange Leoni& Carlos Bauer: E aí voltando um pouquinho para esse período, quais eram os principais desafios para a organização associativista dos professores, em específico no Mato Grosso?

Carlos Abicalil: Em primeiro lugar, concebemos um tema que ficou muito visível na transição entre AMP e SINTEP como classe trabalhadora, quer dizer, com esse período constituinte que coincide com a retomada da possibilidade de superar o bipartidarismo. E ao mesmo tempo, da construção de centrais sindicais. No caso de serviço público, nós éramos proibidos de ter sindicato. Então esse debate vem conjugado na construção do sindicato.

Nesse período o Elismar que você entrevistou recentemente foi uma figura muito importante, porque ele foi o trânsito entre AMP e SINTEP e foi das 2 restantes que levaram a filiação à central única dos trabalhadores naquela época. Como hoje somos o maior sindicato organizado no âmbito do estado, como na maior parte dos estados e que não são industrializados, ocorre, aqui também foi assim, evidentemente, essa construção de um conceito de que não somos mais um colégio de professoras primárias que nós somos uma categoria profissional e que, portanto,

tem que ter relações profissionalizadas, acesso ao concurso público.

Descolam coronel de turno da determinada região, que isso pressupõe condições e relações de trabalho que deveriam rumar para a estabilidade e cujo polo da nossa busca era atender a um direito público subjetivo dos estudantes. Portanto, sempre também tivemos nessa construção o outro polo sujeito de direitos, que não são só os profissionais, são os estudantes. Por isso, no caso do SINTEP, eu não sei se você conseguiu ver alguma literatura produzida pelo próprio sindicato, é essa visão do polo de direito do estudante. Sempre esteve presente não apenas no anúncio das pautas de reivindicação, mas também na própria formulação que o sindicato fazia e publicava, inclusive do debate em torno da conformação do direito à educação e à organização do sistema de ensino, debate, inclusive raros, em outros sindicatos até hoje.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Que vem forte com a gestão democrática? Que eu observo pelas leituras e até pelas entrevistas.

Carlos Abicalil: Claro, porque isso está profundamente vinculado ao processo constituinte e pós-constituinte. Como digo, poucos foram os sindicatos no Banco do Brasil inteiro que tivemos tanta afinidade. É entre aquilo que era a formulação e organização do território. Quando eu estou dizendo território nos municípios como território, no envolvimento com o entorno social e a construção do próprio sindicato. Então, quando a gente observa os princípios que estão escritos no artigo 205, 206 da Constituição, eles estão todos presentes nas pautas do sindicato. Desde a transição de AMP para SINTEP.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Eu vou até pular algumas perguntas entrando na gestão democrática, porque quando eu entrevistei o professor Elismar, ele falou muito da questão da gestão democrática, mas que hoje não representa mais a luta que se teve para consolidar a gestão. Então hoje ele disse que fecha assim, somente nas eleições para os diretores?

Carlos Abicalil: Desejaria eu que se fechasse aqui, nem fecha mais. Eles matam na equipe da Seduc e, salvo engano meu, e ele sabe que o governador, ao qual ele serve

hoje nem permite mais consulta à comunidade, fez um processo eletrônico de um edital que não supõe nem vínculo do profissional com a escola, supõe um pacto de gestão com o resultado, lamentavelmente, agora eu compreendo a crítica do que se transformou a maioria das escolas, por interesse dos governos que não valorizaram o processo de debate democrático.

Eu sou de um tempo que tive de lutar contra o governador que sucedeu a lei de gestão democrática, porque aqui foi aprovada antes da constituinte. Vamos lembrar? Não sei se eles se lembraram disso. Mas a lei do estado foi aprovada antes do princípio da Constituição por luta da nossa categoria. Ele, inclusive, presidiu o sindicato. Ela teve de ser reformulada depois porque o governador que sucedeu foi o Jayme Campos, na época pelo PFL, que hoje é UNIÃO Brasil, interditou o processo. Eu sou da primeira geração de diretores eleitos.

Eu fui e participei das 2 primeiras eleições e na terceira, quase fui preso. Tive ordem de prisão porque fizemos a revelia da orientação do governo. O processo de gestão democrática. Nas escolas dos municípios de Barra do Garças e Pontal do Araguaia, que são vizinhos são contigo, se é e onde a gente teve a experiência. Inclusive, havia um colegiado de diretores que enfrentavam o chamado delegado de ensino da época. Enfrentava com base na lei, não era fora da lei, não, tanto que ganhamos todas, acho, todos os processos. É que havia interdição do delegado de ensino da época, fundamentado na disposição legal da época. Nós somos vitoriosos.

Desde concurso público, lotação de pessoas, explicação para atribuição de classes e aulas, autonomia da escola para defender o projeto político pedagógico. Eu fui o responsável por implementar o ensino médio na escola que dirigia. E sem ter filosofia, sociologia na grade oficial, nós implementamos na escola com base na assembleia escolar, mobilização do entorno. Com base em resultado de concurso público, embora o concurso não se pautasse quando eu fiz filosofia, sociologia, porque não existia na grade.

Vários de nós aprovados éramos formados em filosofia, história, sociologia, por causa da licenciatura, que até hoje é assim. Foram brigas muito intensas. Razão pela qual houve um arrefecimento da medida de que diretores foram se entendendo como descolados da luta coletiva de identidade. Isso foi um processo de indução que permitiram sucessivas reeleições e constituíram gratificações, que são mais do dobro do salário. Nós lutamos sempre contra isso. Nós instamos a democracia.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Então se perdeu um pouquinho no objetivo.

Carlos Abicalil: Se perdeu, mas eu digo, essas perdas foram como que “Comendo pelas beiradas” as concessões que não eram do pleito inicial e foram cristalizando posições. Eu, por exemplo, no primeiro ano de gestão, quando faltava professores talvez um semestre, não tinha química, física, implementando o ensino médio, eu dava aulas em contrato adicional porque entendia que era minha obrigação como profissional da educação. O fato de ser diretor de escola eleito era período temporário de um serviço distinto daquele do colégio de docente. Mas não é todo mundo que entendeu. Sim, evidentemente ao meu lado havia quem defendesse que tinha que ter um adicional de dobro. De triplo quem já tinha a 40 horas assumia +20.

É um absurdo total as coisas que os governos foram concedendo contra a lei e contra a orientação, inclusive do que estava previsto na lei. Mas por que isso fazia o vínculo da luta comunitária desses líderes, lamentavelmente. É injusto dizer que são todos, mas esse processo veio trazendo uma deterioração que não é só no processo educacional. Vamos ver também os conselhos de saúde, os conselhos tutelares. Eu estou falando porque estão na mesma matriz de debate democracia e democratização de políticas públicas, que sucessivamente foram ganhando feições.

Assim, o próprio conselho estadual de educação, cujo mandato eu compartilhei com o Elismar, minha posição e a dele foram veementemente distintas. Por exemplo, no tema dos jetons. Ambos somos servidores públicos, né? Estamos lá por representação do segmento público. Portanto, não cabe na minha cabeça que nós tenhamos jetons, porque inclusive nas seções do conselho de educação, nós estamos exercendo parte do nosso trabalho remunerado e só estamos lá por causa disso porque somos representação. No caso de Mato Grosso, na hora de votar o regimento na segunda gestão de autonomia para que o conselho autogerir-se, apenas nós, representantes do sindicato, fomos contrários aos jetons. Hoje é uma máquina de multiplicar rendimento.

Solange Leoni& Carlos Bauer: É bem complicado, não é?

Carlos Abicalil: É muito complicado, porque mesmo quem é do setor privado está lá por representação. Portanto, é uma entidade associativa que sustenta. Quem está pela federação da agricultura, pela mata, federação patronal, é dirigente. Quem está pelo SINTEP, o sindicato patronal está lá como dirigente, não está porque é

funcionário do conselho, que é outra coisa. Eu estou falando de uma instituição boa que eu quero dizer que não foi um fenômeno lamentavelmente, de distanciamento da luta pela democracia, de alguns que, já a partir desses horizontes conquistados foram desfrutando de outras oportunidades, digamos assim, que os afastaram, inclusive da base social. É lamentável.

Acho que nós estamos num período de revisitar as outras condições. Não é repetir a experiência histórica, mas que vai dizendo claramente que muitas coisas terão de ser revistas e no meu entendimento não é o procedimento de gestão por resultado e contrato temporário sem vínculo com a comunidade escolar e com a luta política. E aí quando a gente fala da gestão democrática, que não é apenas a questão da das eleições, né, em relação ao diretor, qual seria o principal objetivo da gestão democrática? É quando eu conversei com o Elismar, ele disse, que, inclusive, apoiava a eleição. Ou a eleger ali um aluno, por exemplo, de 18 anos, para que assumisse esse papel enquanto diretor.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Uma unidade escolar? E aí?

Carlos Abicalil: Bom se defendeu. Eu não conhecia essa posição, mas se defendeu, era usado. Hoje é um profissional de carreira, até porque tem responsabilidades grandes na gestão em que o Elismar foi secretário. Instituído, inclusive, uma entidade privada para gerir recursos. É diferente do período que eu estive. E obrigaram as escolas a registrar um CNPJ de uma associação de pais e mestres para gerir recursos centralizados. Você imagina o que seria responsabilizar um estudante de 18 anos e onde tem um estudante de 18 anos? Na rede estadual são estudantes noturnos, trabalhadores, já que estão ou muito atrasados no ensino fundamental no ensino médio, então é uma proposta que eu diria assim é interessante, mas ela está muito descolada, inclusive hoje não tô nem falando dos anos 90.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Sem dúvida.

Carlos Abicalil: Da realidade concreta, do território escolar.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Dependendo da região que a escola está inserida, é totalmente fora?

Carlos Abicalil: Bom fora? Então vamos lembrar o que era? Em 1984, 85,86% a

escola de segundo grau, no Mato Grosso. Nós estamos falando de 10% dos estudantes talvez, e boa parte deles muito acima, trabalhadores. As escolas eram noturnas, profissionalizantes na maior parte do caso. Contabilidade, administração, essas coisas para a LDB de 72 e indicavam numa condição de trabalhadores, isso aí era uma vez e, sinceramente, me surpreendi com a posição hoje, mas me surpreenderia mais ainda se isso fosse público naquele período.

Foi muito importante o processo dirigido pelo Elismar, porque ele se empenhou muito em que essa discussão ocupasse o estado inteiro. Ele foi a muitos municípios e sucedeu a esse período. Coincidiu com esse período, uma secretária que depois que o criou, foi professora da universidade de Elismar e senadora. Foi secretária na implementação da gestão democrática, que também circulou muito pelo estado. Conseguiu fazer o primeiro processo do sistema democrático, como disse ainda antes da constituinte, mas na sequência foi interditado pelo governo que sucedeu.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Eu acho que ele teve uma série de contribuições bem interessante, principalmente no que se refere à EJA. Mas hoje na gestão que ele se encontra foi a maior responsável por fechamento de salas da EJA?

Carlos Abicalil: Nunca vimos com tanta veemência a não só de EJA como da gestão democrática, que é grave. O governador aqui diz respeito a uma lei complementar, é muito grave. É uma lei complementar fazendo uma interpretação da decisão do Supremo Tribunal Federal de 20 anos, sem julgar mérito, que o supremo não julgou o mérito sobre uma regulamentação que cumpre todos os dispositivos constitucionais, mas não cumpre o contrato de gestão. Impõem por uma plataforma digital para selecionar os atuais vigentes, que devem render, voltou a ser cargo de confiança, não é bom e pode dizer isso. Nossa concepção de gestão democrática não supunha cargo de confiança de governo.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Aqui em Santo André tem assim.

Carlos Abicalil: O cargo de direção da unidade é diferente do de confiança da unidade escolar. Por isso, eleito pelo voto direto da comunidade escolar, obrigatoriamente temos de defender o seu projeto político pedagógico junto da comunidade, composto junto e aprovado e depois no período também avaliado. Esse foi o processo concebido originalmente onde a participação com a comunidade

escolar era fundamental. Era conjugado desde o processo de composição.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Sim.

Carlos Abicalil: Comissão eleitoral, até aquilo que ia concretamente para a disputa, que era um compromisso, quando a gente apresentava um projeto para a disputa eleitoral, esse projeto era o guia de avaliação dos anos seguintes. Tinha que ser pelo menos na experiência das quais eu participei. Foi desse jeito, todos faziam assim? Provavelmente não, mas se não fizeram e os gestores de nível superior de turno não se ocuparam é porque seguramente não apostaram nessa via.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Nessa aposta nessa proposta, né?

Carlos Abicalil: É.

Solange Leoni& Carlos Bauer: É, eu estou indo por outros caminhos porque é do meu interesse. Eu vejo isso acontecendo realmente? E essa eu acho que essa mudança aí na trajetória do caminho é algo assim, se pensar, se refletir? Como as coisas acabam mudando aí no meio?

Carlos Abicalil: Se você tiver curiosidade, há um professor da UFMT hoje, doutor. Odorico Ferreira Cardoso Neto, que escreveu uma publicação que retrata esse período que nós estamos conversando aqui. É SINTEP/MT, Barra do Garças e Pontal do Araguaia. Esta publicação é daqui.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Como o nosso é uma questão histórica de 79 e 89, e a terceira seção lá, ela vai ser voltada para as 3 principais conquistas deste período que nós julgamos serem: o piso salarial; a hora atividade e a gestão democrática. Então são os três (3) disparadores que nós temos para essa terceira seção e vamos abarcar todas essas 3 num combo.

Carlos Abicalil: Então ela veio como combo, este combo é anterior à Constituição. Isso que é importante destacar é porque são processos, produtos da luta que só ganharam legitimidade constitucional, posteriormente a sua conquista. Isso se deveu muito a um trabalho articulado no período constituinte, entre movimento social e representação parlamentar.

Tanto assim que essa legislação, a de lei de gestão democrática, nasce de um projeto de deputado. Isso foi o produto, foi a razão do questionamento do governo que sucedeu. Porque nasceu no legislativo algo que, pela Constituição, tinha que ter origem no executivo pelo artigo 37. Como se trata de organização do serviço público, uma proposta de gestão democrática não podia nascer da assembleia, embora sancionada pelo governador. Isso foi uma etapa superada, porque na legislatura seguinte é com o governo Dante de Oliveira, que nós conseguimos. Depois de muita pressão e inclusive de uma conferência estadual de educação, nós ganhamos. São as leis complementares que hoje estão vigentes.

A lei complementar do sistema onde a gestão democrática, aí princípio regular depois de uma lei ordinária. E a lei Lopevi, a lei da dos profissionais de educação à conquista da hora atividade foi fundamental porque ela partiu de uma concepção muito presente e muito tensionada até hoje, de que faz parte do trabalho intrínseco do magistério a formação continuada, a preparação das atividades pedagógicas, a relação fora do tempo da sala de aula com o conjunto da comunidade, inclusive pais, alunos, etc. E ao mesmo tempo é isso constituído nas universidades, um princípio já superado há décadas. Uma condição já implementada.

Solange Leoni& Carlos Bauer: E como ela se nacionalizou? A questão da hora atividade?

Carlos Abicalil: Já no governo Fernando Henrique Cardoso, ela só foi nacionalizada. Um pouco antes com Itamar Franco, quando foi ministro da educação, Murilo Rangel, que era professor. Ele dava aulas para o magistério no ensino médio, depois foi para a universidade.

Naquele período, houve o grande movimento internacional de educação para todos, que fez parte, inclusive, de um compromisso global dirigido pela ONU e pela UNESCO e que, no caso brasileiro, esteve por vários anos para ser implementado. A conferência só veio a ocorrer, já com o Murilo ministro, quando deveria ter ocorrido no primeiro ano do governo Collor.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Podemos dizer que surgiu em Mato Grosso, surgiu em Cuiabá essa?

Carlos Abicalil: Não, já tive outras discussões. Se você for ver, todo o material de formação da APEOESP, o sindicato de São Paulo, você é de Santo André?

Solange Leoni& Carlos Bauer: Sou.

Carlos Abicalil: Eles tinham um material riquíssimo. Desinformação já aparecia lá porque tinha muita influência das faculdades de educação públicas de São Paulo. Da Unicamp, da USP, que já tinham essa discussão instalada lá concomitante. Do ponto de vista objetivo talvez nós tenhamos sido os primeiros a terem a afirmação em lei, com muitos complicadores, até porque era uma massa de categoria em que a maioria não era efetiva, era contratada, né. A hora atividade só valia para efetivos.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Interino, não é?

Carlos Abicalil: E boa é os interinos. Não tínhamos hora atividade. Foi uma luta posterior. Daí eu não era mais presidente. Ao mesmo tempo, esses efetivos, na sua maioria, jamais tinham feito concurso público, foram estabilizados pela constituinte, que já tinham mais de 5 anos contínuos de vínculo. Só para entender alguns complicadores, evidentemente, isso gera um nível muito diferenciado do que seja a concepção da hora atividade a ponto de vários desses companheiros de profissão optarem depois por acumularem cargos sobre as 40 horas de hora atividade e a hora atividade passou a ser uma posse pessoal, como se pudesse dispor para outro emprego, inclusive outro emprego na rede pública.

Isso, a rigor, é, lamentável, mas isso é assim hoje, porque os governos permitiram. Porque não zelaram pela que esse tipo de processo fosse implementado com o rigor deveria ter profissional. Nós fizemos uma lindíssima experiência de colegiado de diretores com todas as escolas estaduais e incorporando na sequência diretores municipais para organizar calendário comum, processo de transporte, distribuição de matrícula, de modo que aquelas famílias ficassem próximas de sua casa entre rede estadual e rede municipal para se entender. Isso não se deu no estado inteiro, mas estava na concepção da organização do sistema esse tipo de pacto ação cujo principal favorecido é o estudante com o portador de direito. Muitas vezes tinha que contrariar os interesses dos professores e professoras. Porque significava que não ficavam só nas classes que eles desejavam ou tinham inclusive de um período

para outro, de alterar, inclusive a etapa da educação em que atuava. Porque estavam habilitados para tal. Foi um período muito intenso de superação dos velhos cadernos de aula que eram usados 10 anos seguidos o mesmo caderninho.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Ainda hoje?

Carlos Abicalil: Eu digo, porque isso é um dos temas quentes daquele momento.

Solange Leoni: E continua, e continua, é muito atual.

Carlos Abicalil: Agora, se não é uma liderança local, não é centrada que todo o tempo promova essa desestabilidade, esse incômodo, digamos assim. Essa acomodação é uma tendência do próprio envelhecimento das pessoas. É como se as escolas não tivessem o dever de se mover. Em relação ao que está ocorrendo o choque da pandemia agora no seu no retorno presencial, deve estar tendo hiatos enormes, é porque esse debate também ficou interditado. É quando os gestores não compreendem que o processo de retorno não é simplesmente para voltar de onde tinha parado.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Sem dúvida é recomeçar, na verdade.

Carlos Abicalil: Recomeçar é uma luta constante, na verdade é. Está sendo um período muito complicado, muito complexo. É uma função gratificada. Função gratificada está correto porque função gratificada é necessariamente um integrante da categoria. E como função gratificada em razão das responsabilidades adicionais.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Justamente.

Carlos Abicalil: Recebe, para além da sua tarefa docente, isso é correto, o que não é cargo comissionado, que não é função gratificada, e cargo em comissão.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Nós somos função gratificada? De qualquer forma.

Carlos Abicalil: É a nossa Batalha aqui na implementação da gestão democrática.

Esse, aliás, é um dispositivo que está em lei. Um decreto do governador Mauro Mendes é que retorna à condição de cargo comissionado, que é um retrocesso muito grande. E eu acho que resultará num fracasso porque esse tipo de leitura empresarial da escola não costuma ter muito êxito.

Solange Leoni& Carlos Bauer: De qualquer forma, enquanto coordenadora pedagógica, em função gratificada. Ainda assim, é como se fosse um cargo comissionado, porque você se torna assim um representante daquele partido dentro da unidade escolar? Então, você não tem autonomia enquanto gestora não autonomia, você cumpre tarefas. É daquela função?

Solange Leoni& Carlos Bauer: Conquistas importantes?

Carlos Abicalil: Das importantes, o piso salarial profissional na instituição dele, vinculado ao salário mínimo. Pra gente não achar que era uma coisa espetacular, porque alguns superestimam. Era uma pauta nacional piso salarial equivalente a três (3) salários mínimos para os docentes, somente não era piso para todos os profissionais. No caso de Mato Grosso, nós conseguimos acoplar a isso a instituição de horas. Atividades como te disse por transposição de carreira, pessoas que já estavam antes ou estabilizadas pela constituinte. Pouquíssimas eram de concurso público? Herdeiras, portanto, de um histórico bastante diferente, não se estendia a professores interinos, que éramos maioria. Aliás, nossos contratos de interinos eram quando tínhamos férias. Nosso contrato era só para o tempo letivo.

Solange Leoni& Carlos Bauer: E ficava descoberto nesse período.

Carlos Abicalil: É nesse período, o contrato se interrompia, você tinha que concorrer no ano seguinte, nós ficamos 2 meses sem ter vínculo contratual. E quando vinha o contrato novo, levava 567 meses para receber o primeiro salário.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Era um projeto?

Carlos Abicalil: Para a gente entender, mas foi uma conquista muito significativa e junto dela, o conceito de gestão democrática. É importante recuperar isso. As funções de coordenação pedagógica deixaram de ser exclusividade dos concursados como

especialistas. Aqui no Mato Grosso, a categoria de especialistas foi instituída nos anos 70.

Foi uma categoria que não necessariamente tinha medo de concurso. Valia o título, se era pedagogo, pedagoga com especialidade em supervisão, orientação, administração escolar, acho que eu não estou enganado. Eram essas três: orientação, supervisão, administração. Vários foram se tornando especialistas por decreto. É então, quando se implementou o piso houve muito debate porque a situação dessas pessoas, que jamais tiveram feito concurso público que foram instadas à condição de especialistas com condições muito vantajosas de carreira, porque não se alterou a carreira na implementação da hora atividade, como eu te falei, Gerou também uma distorção bastante grave do conjunto de profissionais da educação, o que necessariamente nos levou a rediscutir. É o chamado estatuto do magistério.

Com a supressão e essas funções de coordenação pedagógica, sobretudo coordenação pedagógica, passaram a fazer parte do processo de gestão democrática. Tanto é assim que, na lei vigente, essas são funções temporárias de eleição do colegiado docente. É um colegiado docente que escolhe a cada tempo quem são os seus coordenadores, com várias formas de organização possível. Entre elas, não seja dedicação integral. O coordenador pedagógico poderia ser de dedicação parcial. O atual governo desmontou isso porque o vínculo da coordenação pedagógica com a fazer específico da docência, no nosso entendimento, era muito importante.

E que esse coordenador e essa coordenadora para não se transformar num correio de transmissão dos delegados de ensino, inclusive se sobrepondo a diretores, porque a relação era direta quando existiam os especialistas, eles eram os vigias da delegacia dentro da escola. Em São Paulo ainda tem essa presença, inclusive com carreiras próprias. Especialistas no Mato Grosso, nesse período, nós conseguimos suprimir na etapa seguinte, quando reconstituímos a carreira e foi uma atenção muito grande porque junto do debate da gestão democrática do piso. Na hora atividade também. Titular dos pedagogos e por decreto aos sábados, essa condição é exclusivamente tarefa deles, essa missão de coordenação pedagógica. Na sequência, foi, por exemplo, o debate da superação de série por círculos, que são processos que vêm numa mesma matriz.

Lá dos anos 80 para diante, muito tensionados essa implementação. Quando eu digo, foi muito importante para dar o passo seguinte. Ela também trouxe o conjunto

da categoria no debate em torno do trabalho pedagógico, a superação dessa visão de caixinhas exclusivas para administradores, supervisores etc, não sem sofrimento, não sem conflito, mas a meu juízo de uma maneira bastante positiva.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Sim.

Carlos Abicalil: A afirmação do colegiado da unidade escolar de trabalho, colegiado do compromisso com o projeto político pedagógico, da revisão de processos avaliativos, da supressão de dispositivos excludentes nos regimentos escolares. Mas lembrar que nessa época era comum expulsar. Se estender, colocar para fora quem não tinha nem responsabilidade do diretor, tomava a expulsão, levando esses pais a procurar outra vaga. Hoje, felizmente, essa situação gera responsabilidades.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Recentemente, e em Santo André, nós passamos por um processo de municipalização de 17 escolas.

Carlos Abicalil: De uma barbaridade?

Solange Leoni& Carlos Bauer: Sim.

Solange Leoni& Carlos Bauer: E hoje não é como nós abarcamos essas 17 escolas. A discrepância de estado com o município é gigantesca. Porque o diretor ainda é essa figura autoritária. Hoje ainda é o diretor. Quem escolhe a sala que o professor vai ficar. Isso é não estado.

Carlos Abicalil: É porque o estado tem concurso.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Justamente.

Carlos Abicalil: O estado de São Paulo tem uma legislação nesse caso anterior a constituinte, a lei que regula a atribuição dos diretores por concurso público é anterior à constituinte.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Muito.

Carlos Abicalil: É uma aberração, digamos, por falar aqui em confiança, é uma aberração a lei do sistema estadual de São Paulo ser anterior à Constituição.

Solange Leoni& Carlos Bauer: E essa discrepância é muito gigante e eles estão muito incomodados. Não é com essa absorção do município, então nós estamos tendo? E vivenciando uma série de atritos aí, estado e município? Por conta dessas diferenciações de gestão? Então, o diretor está inconformado que ele não vai escolher a sala do docente do próximo ano? Isso é só um exemplo.

Carlos Abicalil: Eu sou da gestão democrática, na instituição das horas atividades e do piso salarial. Foram movimentos. Como eu digo, convergentes, concomitantes e convergentes, ainda sem a proteção de um acabar, acabou sendo jurídico amplo. Como disse, de origem do legislativo, não foi de origem do executivo. No caso das horas, atividades da eleição. É que depois geraram também complicadores institucionais, mas superados.

E por uma parcela da categoria contemplada nesse modelo, que era uma parcela minoritária e boa parte dela não tinha participado de concurso público. Parte do processo quando eu digo importantíssimo. Isso marcou o cenário nacional porque influenciou outros estados e nos levou com êxito na conferência nacional de educação para todos até essas formulações assumidas no documento firmado pelo ministro, à época, Murilo Ringo, como falei pelo Itamar Franco presidente, foi o chamado pacto nacional pela valorização do magistério e qualidade da educação. Nome enorme.

De 1994, esse documento orientou várias coisas, entre elas a questão do Fundef, instituição do Fundef e de 1997, nasce ali a formação de um grupo de trabalho que pela primeira vez, reuniu Ministério da educação, secretário de estado e secretários municipais. E a com a representação de trabalhadores que até então jamais tinha sido reconhecida como uma interlocutora de política nacional de educação, aliás, não havia interlocução nacional de educação básica.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Até então.

Carlos Abicalil: O conceito de hoje até então não se institui. Ali nós estamos falando

de algo de 1994. É com desdobramentos. Depois, por exemplo, principal deles com o Fundef e 97 depois, no Fundeb, com o piso indo para o texto constitucional. Mas esse processo, que nasceu em alguns estados aqui no Mato Grosso, precedeu a Constituição. Então esse ineditismo é uma marca muito importante da luta sindical aqui e da relação também de influência sobre os espaços de decisão política no executivo e no legislativo.

Solange Leoni& Carlos Bauer: E isso que eu quero trazer aí na, nesta dissertação, espero conseguir. São muitas informações, não é?

Carlos Abicalil É.

3º Bloco da entrevista

A CNT e o SINTEP/ MT

Solange Leoni& Carlos Bauer: É, eu vou retomar uma questão sobre a CNT em que estão falando sobre o SINTEP e esse interior do movimento sindical e no processo de organização da CNT. E aí, é sua opinião mesmo? Qual é o papel que essa entidade tem desempenhado na história dos trabalhadores em educação?

Carlos Abicalil: Primeiro, nós temos uma tradição de inserção desde a CPB. Ao debate sindical, João Monlevade foi secretário educacional ainda na CPB. Eu quando ingressei na CNT, no primeiro mandato, eu fui secretário de imprensa e comunicação, mas tive a responsabilidade de acompanhar a constituinte, a LDB. Então, embora formalmente fosse secretário de comunicação da CNT e minha atribuição de tarefa foi acompanhar o debate de conformação do constituinte e depois, de todo o monitoramento da LDB, junto com outras entidades nacionais. Tanto que eu era representante no fórum nacional em defesa da escola pública.

De lá para cá, eu fui secretário de assuntos educacionais da CNT e depois presidente por 3 vezes. Hoje, a secretária de assuntos educacionais é do SINTEP. Quem antecedeu também o Gilmar pra gente entender que tem que dizer nós pelo debate que organizamos aqui, ganhamos também uma referência, um reconhecimento nacional. A própria concepção das diretrizes nacionais de carreira, que ainda não ganharam feição de lei, são ainda uma resolução. Do conselho de

educação, tem muita inspiração nos debates trazidos aqui, que foram também sucessivamente transformados em resoluções congressuais da CNT.

A gente conseguia fazer com que esse movimento, articulando com outros sindicatos, pudesse ter expressão naqueles documentos congressuais da CNT. No pronunciamento, coordenamos o Fundef e a coordenação dos grupos de assessoramento técnico de implementação. Do Fundef foram comandados pela Secretaria de assuntos educacionais. Para mim, entender não é. Ao mesmo tempo, toda a formação de conselheiros, sejam conselheiros de educação, seja sejam os conselheiros do Fundef. Hoje do Fundeb, são processos que foram dirigidos por essa mesma vertente organizados, pesquisados em estados.

A pessoa responsável pela assessoria da CNT em vários desses assuntos é daqui de Mato Grosso. Filho de um professor da UFMT que contribuiu muito conosco durante todo o processo formativo, o Eduardo Ferreira. Deve estar uns 20 anos, já não sei o que é importante, inclusive a gente ter quadros que não são dirigentes, que são de assessoria, é, mas que tem esse acompanhamento histórico de longo prazo e vão guardando de certo modo o que nós chamamos memória institucional, né, que muitas vezes aparece como dirigente e é importante que esteja presente.

Solange Leoni& Carlos Bauer: E a gente entra um pouquinho em relação à CUT?

Carlos Abicalil: Sim.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Alguns debates ali em relação à associação eram muito intensos. Havia muita reação ao conceito de trabalhadores, então isso era uma parte também do debate que orientava a mudança institucional. De AMP para SINTEP foi um debate muito intenso na categoria mais antiga que preferia a nomenclatura de magistério ou profissionais de educação stricto sensu.

Esse debate estabelece um conflito geracional muito claro entre as pessoas mais antigas e fundadoras da ANP. E a nova geração, já com licenciatura, muita gente formada fora de Mato Grosso nesse período, provavelmente a maior parte dos licenciados não éramos nascidos em Mato Grosso, viemos de outras regiões do país, o próprio Monlevade. Eram pouquíssimos os que tinham formação superior. Se estava assim na capital, imagina no interior do estado que nem era universidade ainda, era uma fundação municipal em Cáceres. A gente entende que é esse movimento que vai avançando e crescendo e, evidentemente, a demanda por formação de curso superior

e por concurso público.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Aí quando o senhor fala dessa questão, do que já vieram, pessoas com maior formação, né? Foi nesse período de novo sindicalismo?

Carlos Abicalil: A oferta de ensino superior também não é de interiorização. Não é porque houve um processo de interiorização que a UFMT fazia suas primeiras experiências e licenciaturas parceladas de moda aqui no interior. Poder ter a formação fora do campus era uma coisa inédita, não era uma modalidade à distância como se conhece hoje, mas era o que foi chamado parceladas.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Podemos dizer que era híbrido, não?

Carlos Abicalil: Era, não era híbrida, presencial, mas era parcelado. Como é o regime de itinerância da educação, do campo. Depois, recebeu esse nome de itinerância. Então as parcelas eram assim, as horas atividades foram fundamentais para parceladas porque na hora atividade você podia fazer o curso presencial ou semipresencial da parcela, ou juntar um conjunto de carga horária e nos fins de semana um pouco mais esticados nos feriados e férias, terem as atividades presenciais num determinado polo, isso em convênio com municípios. Foi o chamado processo de parcelamento. Depois, AUF MT. Num passo seguinte, alguns anos depois, lançou o primeiro programa de licenciaturas. Posso estar enganado, mas nós, federais, foi a primeira que inaugurou educação a distância para a licenciatura no modelo.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Isso não aparece nas leituras.

Carlos Abicalil: É, no modelo semipresencial, ou seja, sempre teve atividades presenciais, não era por internet, era uma apostila de trabalhos, de monitoramento. Tinha tutores e monitores locais. É em convênio com municípios. Muita gente se licenciou neste processo já em exercício, já atuando no magistério estadual. É por esses processos, como também teve a inédita experiência de formação de licenciatura intercultural indígena. Foi iniciada num consórcio entre a universidade federal de grande Dourados. Antes era federal de Mato Grosso do Sul. E a universidade estadual do Mato Grosso. Gestaram o que hoje é conhecido como licenciatura intercultural

indígena. Ainda antes de ser concebida modalidade educação indígena.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Que hoje é a lei?

Carlos Abicalil: É, hoje é lei.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Cobrada? Dos planejamentos dos professores.

Carlos Abicalil: É.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Não deveria, né?

Carlos Abicalil: É.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Já será algo absorvido pelos professores, né?

Carlos Abicalil: Sim, sim, sim, sim. É?

Solange Leoni& Carlos Bauer: Ao invés de incluir, existe um processo de exclusão, né? Quando você obriga esse planejamento?

Carlos Abicalil: É, aí é outra. É a tradição Brasileira, não é o que não está escrito na lei, parece que não pertence ao compromisso. É uma tradição do direito positivo, muito ocidental e no caso brasileiro, muito influenciado pelo período colonial português.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Talvez uma questão de formação também não é do professor. Não dá conta.

Carlos Abicalil: É informação, é que não é estritamente aquilo que está no currículo. É uma formação e percepção do conjunto da realidade do seu papel político. É óbvio que os currículos das licenciaturas podem, mas só eles não. No meu entendimento não dão conta. Eles farão as provas, exames e os trabalhos de conclusão de curso. É talvez a parte escrita, né, naquilo que corresponde ao papel, bastante eficiência, mas não resulta. Efetivamente, em um compromisso de ação cotidiana.

Solange Leoni& Carlos Bauer: E aí, dentro desse, desse cenário todo, como o o SINTEP se comportou nesse combate às políticas econômicas.

Carlos Abicalil:

E depois na eleição de Fernando Henrique, aqui coincidiu com Dante de Oliveira O SINTEP promoveu a conferência estadual de educação, debatendo muito

intensamente assuntos como financiamento, carreira, democratização, relação estado e município. A cooperação Inter federativo, assistência técnica, a formação de um sistema único que está inscrito na nossa Constituição estadual. Para não haver isso que você está vivendo aí nas paralisações das escolas.

Isso tudo a gente conseguiu através de muita mobilização, muito debate público. Nós fazemos debate público. As autoridades vinham, os secretários, vinham às plenárias por convite, nosso trocando muito documento, participando intensamente das discussões de orçamento de lei, de diretrizes orçamentárias na assembleia legislativa, o que também significava que havia uma porosidade, digamos assim, da esfera legislativa. Esse tipo de recepção, de receber contribuições, quando isso não era possível, digamos, pela negociação direta, a gente fazia na base da pressão, organizava grandes caravanas dos movimentos.

Foi um momento de muita, em intensa mobilização de rua, dizemos, era uma caminhada gigantesca. O carimbo de ser uma praga que a gente estava. O Júlio Campos dizia isso. Se sinta uma praga, uma erva daninha porque em qualquer terreno onde eu vou tem lá a manifestação. As manifestações sediavam nos municípios onde o governador se deslocava. A gente estava lá com faixa, com uma comissão de recepção desde o aeroporto. Depois, nas atividades.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Um período de muita ebulição, né

Carlos Abicalil: Muito é muito ebulição, então esse fervor que, suponho também encontro, aglomeração, ato público. São coisas que estão ficando difíceis. Ele é contagiante, ele vai. Ele vai irradiando no entorno. É impossível ficar invisível, porque além de ruidoso, né, tem algazarra, tem presença pública, tem colorido, tem manifestação, tem conflito, tem calor, tem grito, tem música. Nós usamos como ferramenta muitas paródias nesse período.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Eu vou puxar aqui então, em linha gerais, o que nós podemos dizer, então da presença do SINTEP na luta pela democratização da educação pública básica do Mato Grosso.

Carlos Abicalil: Ela foi fundamental. Hoje segue sendo fundamental, embora num patamar em que o categorizam abaixo da intensidade que deve ter, como aqui os

retrocessos se agravaram durante a pandemia porque foram, nesses últimos 2 anos. É, evidentemente, a expectativa com o conjunto desordenado de implementação que coincidiu com municipalização da escola este ano e implantação atabalhoada completamente.

Como é que eu digo, injustificável a reforma do ensino médio, porque você bagunçou a oferta do fundamental e, ao mesmo tempo, desordenou completamente o ensino médio quem estava no primeiro ano, 2 anos atrás, estava num terceiro, que nada tem a ver. Em relação àquilo que estava lá atrás. E de maneira peremptória, não é obrigatória, de modo que até hoje nós estamos fechando o primeiro semestre a várias escolas sem terem ofertado componentes curriculares completos.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Sim.

Carlos Abicalil: Isso é retorno aos anos 1980. Nós temos superado essa fase, é 20 anos atrás. Essa fase de desordem, quando o ano letivo começou, tínhamos conseguido chegar ao nível em que a fluidez dos processos de funcionamento das escolas, contratação de professores e funcionários de atribuição de classes e aulas de debate curricular estavam no outro patamar. Infelizmente, hoje nós estamos nesse e eu tenho muita expectativa, disse. É a oportunidade da posse.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Totalmente.

Carlos Abicalil: Da nova direção, que há um desafio muito intenso de recuperar é esses espaços de diálogo, de debate, muito premiados por essa instabilidade que voltou por essa agitação, digamos, no mau sentido. De desmonte, de desmanche, mas também isso é uma oportunidade de tomada de consciência coletiva. Há um aspecto relevante para nós, colocamos na pauta que é o perfil dos que ingressam hoje na profissão.

Dos novos concursados é em que boa parte tem aquela. Profissão de concurseiro onde a atividade de profissional da educação é um tema transitório até o próximo concurso público. Essa febre que com isso é 2010 por aí ela não cessou ainda e ela também gera um desconforto grande na base da categoria, inclusive porque a perspectiva de quem ingressa não é de permanecer, ele se dedicar a essa produção

não é um espaço de realização. São profissionais, uns passos de trânsito para outra possibilidade adiante, o que efetivamente altera em muito a concepção deste profissional e o seu compromisso com o processo educacional.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Totalmente.

Carlos Abicalil: É como. Como conduta não é conduta permanente.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Com tantas vitórias e conquistas do SINTEP qual é a pauta mais urgente hoje para que a gente não enfrente esse retrocesso que já estamos enfrentando não é possível esse processo de reversão?

Carlos Abicalil: Eu, sem dúvida nenhuma, na consciência desses que ingressaram, eu estou dizendo, recorte de 2010 porque foi a grande expansão de oferta pública é a uma profundamente. A vigência do Fundeb é alargada, Extensão da obrigatoriedade ao ensino médio. De tudo isso, gerou uma grandíssima expansão. Isso é inconteste. Nós temos que ver os números. Mas coincide também com uma geração nova, formada com uma perspectiva de dedicação profissional transitória, muito curta. Acho que são fenômenos novos e qualquer superação dependerá muito dessa geração que está recentemente ingressada.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Verdade?

Carlos Abicalil: É esse tipo de leitura de mundo da sociedade, normalmente, não favorece a organização social e avanços coletivos, mas também é uma passagem. Eu digo, é como se fosse uma espécie de doença que tratada, reconhecida na primeira, você tem que reconhecer que é possível ter superação. É um desafio global, não é um desafio localizado no Brasil e talvez seja mais grave em razão do tamanho da desigualdade.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Sim, justamente.

Carlos Abicalil: Mas não é um desafio isolado, acaba a carência de profissionais da educação. É um fenômeno das sociedades desenvolvidas, vivendo esse momento da carreira, é gravíssimo. É, e a precarização nos novos contratos também é um

fenômeno mesmo em nações ricas. Lamentavelmente. Muito por essa visão introjetada pelo neoliberalismo de quem é o mérito individual que vale e que a sociedade se fundamenta apenas no regime de competitividade, cuja correspondência na educação é a competência e a habilidade que estão presentes na BNCC.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Justamente, são muitos debates. Na verdade, é difícil falar do passado com tantas questões acontecendo, né? É.

Carlos Abicalil: É verdade.

Solange Leoni& Carlos Bauer: É, e na verdade eu vou fechar em 3 questões, tá bom?

Carlos Abicalil: Sim, tentarei ser rápido, porque de fato, nosso tempo já avançou.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Eu gostaria que o senhor falasse do Congresso de fundação do SINTEP a sua participação nesse período. Esse período que o senhor assumiu nessa primeira gestão. E o que o que se sucedeu, e aí, para encerrar, eu gostaria que você citasse uma epígrafe, um poeta, uma frase para a gente deixar aqui marcado esses.

Carlos Abicalil: Então eu vou começar pela epígrafe, porque quando você falava aí me lembrei do Belchior, ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro, isso é do tempo, da ditadura, do enfrentamento lá ainda um homem de sorte, se não estou enganado, é o nome da música. É em relação a esse período de efervescência. Minha participação era como delegado de base não era dirigente do SINTEP, delegado de base eleitoral em Barra do Garças, professor interino, ainda não era concursado.

É eu participei da decisão defendendo a tese de filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT) é a época conforme eu te disse de um conflito bem demarcado da nova geração com a geração que nem tinha feito concurso público aquela que é fundadora da ANP vários daqueles quadros continuam até hoje nas atividades internas felizmente conseguiram interpretar o que significava essa passagem que teve, o nível, o ardor e o fervor das discussões daquela época o primeiro encontro do Congresso que foi bastante difícil e, mesmo até hoje, o SINTEP é o maior Congresso de não filiado à CUT. É o maior sindicato do estado, com organização em 141

municípios, que para as nossas condições objetivas é muito complexa.

Enfrentamos a municipalização e a pulverização sindical, porque veio outro fenômeno junto com a municipalização. Também pulverizaram se até por combater o SINTEP, estruturas, estruturas sindicais mais frágeis na maior parte dos casos gerais do serviço público municipal, para não distinguir na categoria de profissionais da educação. Mas não é uma exclusividade. Eu tenho muita felicidade de ser de lá. Então, em relação ao Congresso, eu participei como delegado de base. Talvez tenha sido minhas primeiras experiências de intervenção coletiva em plenária deliberativa. Foi o primeiro Congresso em que participei da AMP e SINTEP.

Depois disso, foram vários outros encontros etc. E me deu a possibilidade de exercer com muito orgulho, não apenas a presidência. Direção regional dos interinos. Foi com meus caros gestores que participei na CNT. Fui três de presidente, uma de secretário de comunicação e uma de secretário educacional, e a última com projetos internacionais. Foi quando eu fui eleito deputado federal que eu ainda dirigia. Embora não fosse dirigente aqui, porque os congressos são tempos diferentes. Não lembro agora a segunda pergunta, você fez. Eu respondi 2 e ficou faltando na segunda.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Eu vou reformular para você fechar.

Carlos Abicalil: É?

Solange Leoni& Carlos Bauer: Dessas 3 conquistas que eu citei, o senhor fez parte das 3.

Carlos Abicalil: Sim.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Muito, todas levadas a partir da sua agenda política até o Congresso. Como se deu essa consolidação dentro do seu período de vigência ali?

Carlos Abicalil:

Isso influenciou a emenda 59 de que eu tenho prazer de ter sido um dos autores, a emenda 59 é que instituiu o fim da DRU do sistema nacional de educação e o plano com metas de financiamento para lá no artigo 214. A emenda 53, que instituiu o Fundeb, boa parte da formulação, vem de um livrinho nosso aqui, uma

cartilha do sistema único de educação pública do estado de Mato Grosso. A época das siglas UEPB e a gente propunha um fundo único entre estado e município, em que também tem interação minha. Fiz uma proposição de diretrizes nacionais de carreira com as bases da nossa carreira, que foram apresentadas no Congresso Nacional.

Eu, se eu não estou enganado, inclusive cheguei a editar uma publicação de mandato, na época chamado itinerário de luta, em que esses projetos, nascidos nesse debate sindical, se transformaram em iniciativas formuladas no âmbito nacional, algumas até hoje não se transformaram em lei, como por exemplo, diretrizes nacionais de carreira, em que pese a gente na emenda 53, ter dito que deverá ter lei nacional com as diretrizes de carreira, coisa que não tinha no texto condicional.

O Piso salarial profissional, passou a incorporar o texto condicional no artigo 206. Profissionais da educação, além do magistério passaram a incorporar o artigo 206 nas alterações na LDB no artigo 61 de tem quem são as categorias que compõem os profissionais da educação. Incluindo pedagogos, porque com o fim, a LDB não contemplava os pedagogos como profissionais da educação, porque eles não eram estrito senso, magistério. O caso de São Paulo é explícito. Supervisores, diretores, inspetores, são pedagogos, mas não estão no magistério.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Sim.

Carlos Abicalil: Para entender isso, transformou textos de LDB. Se for por outro lado, seu texto de LDB é o que, portanto, são conteúdos que foram gestados nesse território do debate sindical, mesmo as pautas nacionais. Todas elas foram disputadas também aqui no estado de Mato Grosso, oncomitantemente, algumas até com precedência.

Solange Leoni& Carlos Bauer: É isso, pena que nosso tempo acabou rápido. Eu agradeço muito.

Carlos Abicalil: Eu agradeço muito, Solange. Imagino que tenha sido produtivo para seu trabalho de pesquisa. Estive várias vezes em Santo André em conferências de educação. Aí eu estou falando de mais de 10 anos atrás, quase 20 anos atrás. Tenho muita estima pelo processo educacional daí, da rede do processo de formação importantíssima daí. Era fundação, salvo engano meu tinha status de fundação.

Solange Leoni& Carlos Bauer: É, nós temos uma fundação. A Fundação Santo

André.

Carlos Abicalil: Mas eram experiências. Naquela época se dedicava à formação. Depois teve uma etapa de formação profissional. É se eu não me engano, tinha numa antiga fábrica que foi sendo transformada num grande centro de formação. Mas isso já faz tempo.

Solange Leoni& Carlos Bauer: Tivemos grandes perdas por aqui, viu? Infelizmente. Mas é isso que nós temos hoje, tentar reverter esse processo.

Carlos Abicalil: Não é repetição do antigo, eu disse, mas essa com pressão que a gente está vivendo hoje gerará, sem dúvida nenhuma, um momento novo que eu desejo que seja melhor do que a travessia que nós estamos fazendo agora.